



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA

**A BATALHA DE OURIQUE E A BATALHA DE
ALJUBARROTA COMO EXPRESSÃO DA LUSITANIDADE:
UMA ANÁLISE DE OS *LUSÍADAS* SOBRE A PERSPECTIVA
DA HISTÓRIA CRUZADA**

RODRIGO FRANCO DA COSTA

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA

**A BATALHA DE OURIQUE E A BATALHA DE ALJUBARROTA
COMO EXPRESSÃO DA LUSITANIDADE:**

UMA ANÁLISE DE *OS LUSÍADAS* SOBRE A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA CRUZADA

RODRIGO FRANCO DA COSTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ) como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre. .

Orientador: Fábio de Souza Lessa

Coorientador: Carlos Ziller Camenietzki

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2015

CIP - Catalogação na Publicação

Franco da Costa, Rodrigo
F825 A BATALHA DE OURIQUE E A BATALHA DE ALJUBARROTA
COMO EXPRESSÃO DA LUSITANIDADE: UMA
ANÁLISE DE OS LUSÍADAS SOBRE A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA
CRUZADA / Rodrigo Franco da Costa. -- Rio de Janeiro,
2015.
140 f.

Orientador: Fábio de Souza Lessa. Coorientador:
Carlos Ziller Camenietzki. Dissertação
(mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa
de Pós-Graduação em História Comparada, 2015.

1. Os Lusíadas. 2. Aljubarrota. 3. Ourique. 4.
identidade. 5. lusitanidade. I. de Souza Lessa,
Fábio, orient. II. Ziller Camenietzki, Carlos,
coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA

A BATALHA DE OURIQUE E A BATALHA DE ALJUBARROTA COMO EXPRESSÃO DA LUSITANIDADE:

UMA ANÁLISE DE OS *LUSÍADAS* SOBRE A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA CRUZADA

Rodrigo Franco da Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ) como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Banca examinadora

Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa (UFRJ – PPGHC) Orientador

Prof. Dr. Carlos Ziller Camenietzki (UFRJ – PPGHIS) Coorientador

Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ – PPGHC)

Prof. Dr. William de Souza Martins (UFRJ – PPGHIS)

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2015

RESUMO:

Palavras-Chave: Os Lusíadas, Aljubarrota, Ourique, identidade, alteridade, lusitanidade.

A dissertação tem como objeto de análise a ideia de lusitanidade presente na obra *Os Lusíadas* de Luís de Camões, escrita em 1572. É exposto no trabalho como a identidade portuguesa é formada no poema a partir de dois momentos ímpares da História de Portugal: A Batalha de Ourique e a Batalha de Aljubarrota. Observa-se também como é construída na obra a questão do outro, a alteridade, ou seja, o papel dos inimigos dos lusitanos nesses respectivos confrontos.

Além da análise do poema *Os Lusíadas* sobre a noção de lusitanidade, serão também fontes desta dissertação a obra de Fernão Lopes, a *Crónica de D. João I* e a obra de Duarte Galvão, a *Crónica de D. Afonso Henriques*. Essas crônicas são presentes na dissertação, pois são considerados importantes relatos sobre a Batalha de Aljubarrota e a Batalha de Ourique. Buscar-se-á uma análise das relações existentes entre o poema e as crônicas no que concerne a formação dos elementos da lusitanidade a partir das batalhas expressas na literatura portuguesa.

ABSTRACT:

Keywords: Os Lusíadas, Aljubarrota, Ourique, identity, Otherness, lusitanity

The dissertation has as the object of analysis the idea of lusitanity present in *Os Lusíadas* of Luís de Camões, written in 1572. It is exposed at work as a Portuguese identity is formed in the poem from two odd moments in the history of Portugal: The Battle of Ourique and The Battle of Aljubarrota. Observing also how is constructed in the poem the question of the other, the otherness, the role of enemies of the lusitanian in these respective confrontations.

Besides the analysis of the poem *Os Lusíadas* about the notion of lusitanity, will be also sources of this dissertation the work of Fernão Lopes, the *Crónica de D. João I* and the work of Duarte Galvão, the *Crónica de D. Afonso Henriques*. These chronicles are present in the dissertation because they are considered important reports about Battle of Aljubarrota and the Battle of Ourique. Will be researched the relation between the poem and the chronicles concerning the formation of lusitanity's elements from battles expressed in Portuguese literature.

Resolvi sair um pouco da dedicatória tradicional das teses e dissertações. Assim, dedico àqueles que não podem e não têm condições, de fazer o que estou fazendo agora, uma dissertação. Dedico àqueles que travam uma batalha diária contra os obstáculos da vida: a fome, a indolência dos governantes, as precárias condições de trabalho. Dedico também àqueles que são vítimas do preconceito: os negros, os homossexuais e os pobres. Dedico aos pequenos trabalhadores urbanos, às “gentes pequenas”, como disse Fernão Lopes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares e meus amigos pela compreensão em relação ao tempo em que estive ausente para confecção deste trabalho e também pelo tempo de investigação para a construção do mesmo, pelo carinho e pelo apoio.

Agradeço ao Professor Carlos Ziller que me orientou ao longo de todo o Mestrado, fazendo-me perceber o quanto ainda tenho a trilhar para conseguir alcançar meus objetivos, porém me ajudando a não desistir no meio do caminho, além do imenso auxílio acadêmico que me dera neste trabalho.

Agradeço ao Professor Fábio Lessa, pois provavelmente sem sua compreensão e ajuda não estaria finalizando minha dissertação no PPGHC. Sou grato pelo imenso apoio dado.

Agradeço também aos professores que formaram a banca examinadora de minha dissertação Álvaro e William, pois foram de fundamental importância na Qualificação e no avanço do trabalho aqui finalizado.

.

SUMÁRIO

· Introdução.....	12
· Capítulo I: Luís de Camões, a Pátria portuguesa e a noção de lusitanidade: uma análise da construção épica portuguesa no século XVI.....	26
1.1 - Luís de Camões e o Século XVI.....	26
1.2 - Luís de Camões sobre uma ótica biográfica.....	41
1.3 - Luís de Camões e a epopeia portuguesa.....	48
1.4 - <i>Os Lusíadas</i> , a lusitanidade e a “Pátria Cara”.....	53
· Capítulo II: A Batalha de Ourique: Os mouros como alteridade, o mito fundador português e a lusitanidade.....	61
2.1 - Os conflitos ibéricos e os reinos do Conde D. Henrique e de D. Afonso Henrique: Uma análise acerca de Portugal antes da ideia de Portugal.....	61
2.2 - Afonso Henriques: De Ourique aos Lusíadas.....	71
2.3 - A Batalha de Ourique e suas fontes: de Fernão Lopes a Luís de Camões.....	74
2.4 - A alteridade em Ourique: A conclusão do mito em <i>Os Lusíadas</i>	86
· Capítulo III: A Batalha de Aljubarrota: Considerações sobre a relação da alteridade entre portugueses e castelhanos – as contribuições de Fernão Lopes e Luís de Camões para a construção da lusitanidade.....	95
3.1 - O processo de Independência e a Batalha de Aljubarrota: os principais apontamentos da historiografia, de Fernão Lopes e de Luís de Camões.....	96

3.2 - A Crónica de D. João I e Fernão Lopes: a construção da identidade portuguesa e a legitimidade dinástica.....	105
3.3 - O Mestre e o Condestável.....	111
3.4 - O castelhanismo como alteridade.....	123
· Conclusão.....	135
· Documentos Escritos.....	138
· Bibliografia.....	138

“Nada deve parecer impossível de mudar.”

Bertolt Brecht

INTRODUÇÃO:

A presente dissertação propõe analisar a relação entre a construção de identidade e alteridade portuguesa existente na obra canônica de Luís de Camões, *Os Lusíadas*. A dissertação consiste na análise dessa relação em dois famosos episódios do poema camoniano: A Batalha de Ourique e a Batalha de Aljubarrota. A dissertação tem como fonte de estudo além de *Os Lusíadas*, algumas crônicas medievais, são elas: a *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes e a *Crónica de D. Afonso Henriques* escrita por Duarte Galvão. As crônicas contam com os relatos das respectivas batalhas. Buscam-se, portanto, as interinfluências entre a escrita de Camões com a dos cronistas sobre a relação identidade/alteridade portuguesa na Batalha de Ourique e na Batalha de Aljubarrota. Dessa forma, também se objetiva entender a noção de lusitanidade presente nas obras já expostas a partir da relação vista acima, ou seja, as características que fazem os portugueses serem vistos como tais.

A obra *Os Lusíadas* é vista como um grande clássico do pensamento ocidental e ibérico do século XVI, impressa em 1572 com 10 Cantos e mais de 8 mil versos. A *Crónica de D. João I* (1443) de Fernão Lopes¹ é usada para expor as proximidades entre Camões e Fernão Lopes sobre a visão do português e do castelhano na Batalha de Aljubarrota. Enfatiza-se o importante papel de Fernão Lopes para a formação da identidade portuguesa. A outra fonte será a *Crónica de El – Rei D Afonso Henriques* (1505) de Duarte Galvão², sendo enfatizada a parte da Batalha de Ourique, tendo esta fonte a mesma função da anterior, ou seja, estabelecer as relações com *Os Lusíadas* sobre as ideias de identidade e alteridade, expondo a forma de como os mouros eram enxergados pelos portugueses. É importante expor que estas crônicas já teriam sido usadas por Luís de Camões na própria confecção de *Os Lusíadas*, principalmente para a narrativa das batalhas supracitadas.

“Não seria difícil os poetas do cancioneiro geral, a Fernão Lopes, a Rui de Pina, a Duarte Galvão, a Castanheda, a João de Barros, a Francisco de Moraes, a André Resende, aprontarem os versos, as estâncias para cujo conteúdo ou formas de expressão, eles haviam fornecido os elementos”.³

Os objetivos dessa dissertação são analisar a formação e a consolidação da identidade portuguesa, a partir da literatura presente, tendo-se em vista a alteridade, ou seja, a partir da diferenciação do Outro. Essa questão pode ser analisada a partir das Batalhas de Ourique e Aljubarrota, momentos de grande notabilidade da História de Portugal em que o choque com

¹ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Minho: Livraria Civilização editora, 1983. Vols I e II.

² GALVÃO, Duarte. *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

³ PEIXOTO, Afrânio. *Ensaio Camonianos*. Lisboa: Instituto nacional do Livro, 1981. p. 354.

outros povos (os mouros e os castelhanos) são basilares para a formação da condição portuguesa, ou seja, a noção da lusitanidade.

Vive-se em um tempo em que, principalmente na Europa, os historiadores cada vez mais estão buscando escrever uma história não mais nacional e não mais regional, mas uma história europeia, desconsiderando as especificidades regionais e trazendo uma homogeneização excessiva para o fazer historiográfico. Assim, cada vez mais, é presente a ficcionalidade de que o Velho Continente era único em sua cultura, em seu fazer político e em seu meio social. Cada vez mais a excepcionalidade e as idiossincrasias dos povos europeus são deixadas de lado. Não se trata aqui de fazer voltar ao modelo nacional de História, tão propagado no final do século XIX e início do século XX, amarrando a escrita a partir das fronteiras nacionais modernas, mas uma pequena forma de ir contra essa corrente “universalizante”. O que se quer ao discutir a relação de identidade e alteridade portuguesas a partir de *Os Lusíadas* e das crônicas de Fernão Lopes e Duarte Galvão nas singulares Batalhas de Ourique e Aljubarrota é escrever uma história atentando para as especificidades de um determinado grupo de pessoas, suas singularidades e analisar seus mitos fundadores, tendo-se a intenção de ir de encontro à criação de tal ficcionalidade que é a entidade “Europa una e indivisível”.

Como exemplo dessa historiografia europeia generalizando os espaços estudados e as singularidades sociais, observa-se, por exemplo, a noção de “Absolutismo”, ficção historiográfica para dar conta das diversas realidades da Europa Ocidental. Um dos autores centrais desse conceito foi Perry Anderson em *Linhagens do Estado Absolutista*. Essa ideia de absolutismo propagado pela historiografia expõe uma mesma realidade para a ordem política nos mais diversos países europeus. Posteriormente alguns historiadores combateram essa noção de absolutismo, como o historiador Nicholas Henshall com seu livro *The Myth of Absolutism: Change & continuity in early modern European monarchy* e também o historiador português Antônio Manuel Hespanha com sua obra *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político*. Este, apesar de combater a noção de absolutismo, promovendo a ideia da “Monarquia Corporativa”, mantém a homogeneização das relações de poder em toda a Península Ibérica, entendendo que o poder central negociaria com os poderes locais, além do que o autor desconsidera as diversas demandas e características de cada sociedade no espaço por ele estudado.

Tem-se também o objetivo de preservar os estudos sobre a literatura portuguesa do período aqui analisado, isso porque grande parte da sua produção esteve amarrada à perspectiva da nacionalidade portuguesa, sendo atribuído às crônicas e principalmente ao

poema de Camões um sentido nacionalista que não existia no tempo de confecção desses escritos. Com a queda dessa temática nacionalista do fazer historiográfico, os trabalhos acadêmicos de história sobre a literatura portuguesa vêm sofrendo igual declínio. Dessa forma, busca-se retornar os estudos camonianos e cronísticos a partir de uma nova perspectiva historiográfica ao se discutir a identidade portuguesa e a noção de lusitanidade, desvinculando esse período da História de Portugal do paradigma nacionalista, estudo perpetuado por importantes e numerosos intelectuais do século XX como Antônio José Saraiva, Hernâni Cidade e Afrânio Peixoto. Essa questão pode ser representada pela seguinte frase de Afrânio Peixoto: “Escrevendo *Os Lusíadas* para imortalizar os feitos heroicos dos portugueses, Camões deixou patentes no seu poema os indícios da colaboração que nele tiveram muitos escritos nacionais.”⁴

A presente pesquisa se insere no campo das contribuições da História Cruzada⁵, que consiste em uma análise a partir de um ponto de vista relacional entre os campos de observação. “Histoire Croisée belongs to the family of ‘relational’ approaches that, in the manner of comparative approaches and studies of transfers examine the links between various historically constituted formations.”⁶ Esse ponto de vista relacional da História Cruzada consiste em unir e assimilar elementos de origens diversas que dialoguem um mesmo assunto ou problemática.⁷

Utilizando-se desses preceitos entende-se que tanto a Batalha de Ourique quanto a de Aljubarrota estão ligadas a partir de algumas interrelações: o registro da escrita da História de Portugal e a exaltação dos portugueses. Camões amalgamou esses conflitos para dar sentido à criação do reino de Portugal e da própria noção de lusitanidade. Dessa forma, essas narrativas histórico-literárias unem-se e assimilam-se para a construção de uma identidade lusa a partir do confronto com o *outro*, com o estrangeiro. Eis o campo inter-relacional desses escritos portugueses.

⁴ Idem, p. 354.

⁵ “A história Cruzada relaciona, geralmente em uma escala nacional, formações sociais, culturais e políticas, partindo da suposição que elas mantêm relação entre si. Ela enseja por outro lado uma reflexão acerca da operação que consiste em ‘cruzar’, tanto no plano político como no intelectual”. WERNER, Michael e ZIMMERMANN, Bénédicte. **Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade**. Dossiê: A justiça no Antigo Regime. Textos de História, VOL.11, nº 1/2, 2003. p. 90.

⁶ WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. **Beyond Comparison: Histoire Croisée and the challenge of Reflexivity**. History and Theory. Wesleyan University, 2006. p. 31. A História Cruzada pertence a família de abordagens relacionais, da mesma maneira que as abordagens comparativas e os estudos de transferências examinam as ligações entre várias formações historicamente constituídas. (tradução minha).

⁷ “Starting from the divergences among various possible viewpoints by bringing out their differences and the way in which, historically, they emerge, often in an independent manner, histoire croisée makes it possible to recompose these elements.” Idem, p. 49. Começando das divergências surgidas entre vários pontos de vista possíveis por trazerem suas diferenças de modo que, historicamente, eles emergem frequentemente de forma independente, a história cruzada possibilita a recomposição desses elementos. (tradução minha)

O recorte temporal deste trabalho está diretamente relacionado às produções literárias que desenvolvem os episódios históricos referentes às Batalhas de Ourique e Aljubarrota ao longo da formação da identidade lusitana nas crônicas e no poema de Camões. Isso faz com que o objeto não esteja concentrado em um único tempo histórico, mas baseado nos contextos de produção das obras a serem analisadas: Desde a *Crónica de D. João I* de 1443 até *Os Lusíadas* de 1572. Esse desenvolvimento da relação da identidade/alteridade portuguesa, a partir das fontes já explicitadas, implica em uma reflexão processual da temporalidade histórica, característica diretamente relacionada à História Cruzada. Assim, a noção de lusitanidade não foi criada de um momento para o outro, mas, se desenvolvendo ao longo do tempo. Atenta-se também para a distância temporal de produção das obras, onde todas elas estiveram colaborando para o desenvolver dessa identidade portuguesa em momentos históricos diferentes.

“Se a comparação tende a privilegiar a sincronia, a pesquisa sobre as transferências se coloca nitidamente numa perspectiva diacrônica. Qualquer que seja a escala temporal adotada, a pesquisa sobre as transferências pressupõe um processo que se desenvolve no tempo. Consequentemente ela não se baseia na hipótese de unidade e análise estáveis, mas sobre o estudo de processos de transformação”.⁸

Deste modo, pode-se observar que ao sobrepor narrativas sobre a relação de identidade e alteridade portuguesa nas batalhas expressas nas crônicas de Fernão Lopes e Duarte Galvão, entende-se que *Os Lusíadas* se comportam como uma interseção desses discursos cronísticos, sendo o poema a ligação e a confluência dos escritos sobre a identidade portuguesa anteriores à obra de Camões. Dessa forma, a dissertação está diretamente relacionada aos pressupostos da História Cruzada⁹.

A ideia de alteridade está presente de forma central na problemática e no objeto da dissertação aqui apresentada, principalmente nas narrativas das Batalhas de Ourique e Aljubarrota. Todavia, o conceito de alteridade não pode ser simplesmente posto no corpo do texto sem ser discutido, é preciso construí-lo a partir da conceituação de identidade. Estes dois conceitos são autodefiníveis, ao se trabalhar com um, se está implicitamente dialogando com o outro.

⁸ WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. **Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade**. Dossiê: A justiça no Antigo Regime. Textos de História, VOL.11, nº 1/2, 2003. p. 93.

⁹ “No sentido literal, cruzar significa ‘dispor duas coisas uma sobre a outra em forma de cruz’. Dai resulta um ponto de interseção onde podem se produzir acontecimentos suscetíveis de afetar os graus diversos os elementos em presença, segundo sua resistência, permeabilidade ou maleabilidade, e de seu entorno.” WERNER, Michael ; ZIMMERMANN, Bénédicte. **Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade**. Dossiê: A justiça no Antigo Regime. **Op. Cit**, p. 96.

Buscando autores contemporâneos que dialoguem com o conceito de identidade, temos por opção Anthony Smith, autor da obra *Ethno-Symbolism And Nationalism: A Cultural Approach*, e em especial seu segundo capítulo nos é mais pertinente, intitulado *Basic themes of Ethno-symbolism*. O autor acredita que a construção de um grupo cultural específico é consolidado a partir de um complexo simbólico e mitológico comum a um determinado grupo de pessoas.

“Cultural elements have endowed each community with a distinctive symbolic repertoire in terms of language, religion, customs and institutions, which helps to differentiate it from other analogous communities in the eyes of both its members and outsiders”.¹⁰

Dessa forma, observa-se que, a partir da perspectiva do autor, uma cultura comum, memórias compartilhadas e mitos de origem traduzem o que pode ser chamado de identidade. É com esse pressuposto que é relacionado o conceito de identidade com a ideia de alteridade nas Batalhas de Ourique e Aljubarrota a partir das fontes já citadas. Essas batalhas nada mais são do que parte dos elementos supracitados por Anthony Smith, consolidando, por assim dizer, uma identidade cultural lusa. Pode-se constatar o exemplo dado pelo autor sobre os “sacrifícios e mitos de guerra” exercidos na construção da lusitanidade.¹¹

Esses elementos simbólicos e mitológicos que formam a identidade podem estar diretamente ligados à história de um determinado grupo. Narrativas históricas, frequentemente se tornam símbolos de povos para expor suas mais altas qualidades. Existe, na maioria das vezes, uma seleção de episódios para exaltar, valorizar a reafirmar uma determinada identidade. Geralmente grandes batalhas, momentos singulares e personagens fantásticos são utilizados para esse fim. Podem-se observar alguns casos em que grandes batalhas formaram ou ajudaram a formar a identidade de um determinado grupo, ajudando a expor suas características singulares. Segundo John Keegan, a guerra pode ser entendida como uma expressão cultural de um determinado grupo de pessoas, ou seja, “a guerra abarca muito mais que a política, que é sempre uma expressão de cultura, com frequência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades é a própria cultura.”¹² O autor

¹⁰ SMITH, Antony D. **Ethno-symbolist and nationalism: A cultural Approach**. London And New York: Routledge, 2009. p. 25. Elementos culturais adotam cada comunidade com um repertório simbólico distinto em termos de língua, religião, costumes e instituições que ajudam a diferenciá-los de outras comunidades análogas pelos olhos tanto dos seus membros quanto das outras. (tradução minha).

¹¹ “Sacrifice and myths of war are particularly effective in creating the consciousness and sentiments of mutual dependence and exclusiveness, which reinforce the shared culture, memories and myths of common ancestry that together define a sense of ethnic community”. **Idem**, p. 28. Sacrifícios e mitos de guerra são particularmente efetivos na criação de consciência e sentimentos de dependência mútua e exclusividade, que reforçam uma cultura compartilhada, memórias e mitos de ancestralidade comum que juntos definem um senso étnico de comunidade. (tradução minha)

¹² KEEGAN, John. **Uma história da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 30.

ainda expõe a importância do ritual da guerra, entendendo que o combate é o centro da mesma. É no combate e nas batalhas que os heróis e personagens históricos são construídos e fantasiados.¹³

Como exemplo dessa questão, pode-se observar a Batalha de Bouvines, na França em 1214. Pelo que as fontes discorrem sobre o evento, esta Batalha demarca o nascimento da condição francesa. Diversos escritos foram feitos sobre o evento, a maioria deles exaltava o reino francês. “Tanto quanto a memória alcança, nunca uma decisão havia sido tão franca, um butim tão magnífico, uma afirmação tão peremptória da legitimidade de um direito. Depois de Bouvines nada mais pode questionar a prodigiosa extensão do domínio real.”¹⁴ Os relatos da Batalha de Bouvines se perpetuaram ao longo do tempo graças às suas reproduções orais, se transformando para manter esse evento na memória dos franceses como mito fundador da própria História da França.

“A parte que permanecia, cada vez mais alterada, transmitia-se verbalmente, pelo relato dos mais velhos. Mas um fragmento era reproduzido também pela escrita. Escrever a história era, de fato, uma tradição nas comunidades religiosas (...). consistia, em boa parte, em salvar os fatos do esquecimento”.¹⁵

O domingo de Bouvines teve como uma de suas obras máximas a *Filípida*, escrito que expõe todas as características dos franceses, exaltando-as e transformando o acontecimento em mito histórico fundador da França. A obra exalta também o reinado de Filipe, monarca francês, exaltado e idealizado na obra.¹⁶ É importante entender que em narrativas sobre batalhas que simbolizam uma determinada identidade, os personagens podem ganhar características nunca antes encontradas. O covarde pode se tornar bravo, o fraco se torna forte, o mentiroso, leal e o ignorante, sábio. O importante das narrativas sobre batalhas não é reproduzir a história como “de fato aconteceu”, até porque isso é impossível, mas valorizar as características daqueles personagens que pertencem à identidade do grupo que quem escreve quer exaltar ou construir. Observa-se o caso do rei Filipe, posto como covarde em muitos escritos sobre esse evento, mas exaltado como bravo guerreiro e rei na *Filípida*.¹⁷

¹³ “O combate é o coração da guerra, o ato pelo qual os homens são feridos ou mortos em quantidade, a atividade que distingue a guerra da mera hostilidade.” Idem, p. 131.

¹⁴ DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines. 27 de julho de 1214.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993. p. 195.

¹⁵ Idem, p. 196.

¹⁶ Guilherme, considerado o louvador oficial da vitória capetíngia, apressou-se em retomar a matéria, no afã de celebrar de forma mais solene o triunfo do rei da França, de edificar um monumento literário mais suntuoso, de cantar Filipe como Virgílio cantou Enéias (...) Bouvines, na realidade, é todo o tema da *Filípida*. A descrição da Batalha ocupa os três últimos cantos do poema. (...) O fim do reinado é o próprio acontecimento, que encerra toda a peripécia digna de nota, que conclui essa história sobre a vida do glorioso rei Filipe. Idem. p. 207.

¹⁷ “Já não é o velho chefe ardiloso, prudente, meio enferrujado, da história verídica, que se esquivava por receio de esfaldamento e para evitar maiores perdas, que temia arriscar tudo de uma vez e no dia 27 de julho só sonhava com uma única coisa: esconder-se nos pântanos para recomeçar a guerra quando os riscos tivessem

O domingo de Bouvines é um exemplo de como certos episódios históricos são selecionados para construir a identidade de determinados grupos, exaltando suas características a partir da valorização dos mesmos. Bouvines é o mito fundador da França, é com esse episódio que os franceses marcam a origem dos mesmos no tempo. “A finalidade do combate singular já não é a herança de um soberano, já não é somente a repressão aos arrogantes e aos heréticos, mas o destino de uma ‘nação’ escolhida para dirigir o mundo.”¹⁸

Este conhecido episódio francês marca um “lugar de memória” da História da França, sendo uma forma de manter, valorizar e reafirmar a origem da condição francesa. Esse “lugar de memória” é um elemento construído ao longo do tempo, no caso do evento em questão pelos franceses, para não deixar que sua origem histórica caia no esquecimento, e por consequência, manter sua identidade.¹⁹

Assim como se pode observar o episódio da Batalha de Bouvines como sendo um “lugar de memória” dos franceses, as Batalhas de Ourique e Aljubarrota têm o mesmo sentido para os portugueses. Momentos eleitos como ímpares pela literatura portuguesa ao longo dos séculos para reafirmar a origem dos portugueses e a lusitanidade. Entender as respectivas batalhas como “lugares de memória” é entender que esses eventos históricos foram os selecionados pelos portugueses para que estes possam manter sua identidade, transformando tanto Ourique, quanto Aljubarrota em alguns dos mais importantes momentos de toda a História de Portugal na luta contra o esquecimento de sua identidade trazido pelo passar do tempo.²⁰

Para auxiliar na discussão do conceito de identidade recorre-se também à análise de Peter Burke. Para o autor, este conceito pode ser entendido como: “Grupos humanos, (mas não de parentesco) que acalentam uma tal crença em sua origem comum, que proporciona a

razoavelmente diminuído. O herói da *Filípida* é destemido. Nunca recuou; se fingiu fazê-lo era porque queria ‘combater em uma planície bem descoberta.’” Idem, p. 210 – 211.

¹⁸ Idem, p. 212. (aspas minhas)

¹⁹ “La curiosité pour le lieu où se cristallise et se réfugie la mémoire est liée à ce moment particulier de notre histoire. Moment charnière, où la conscience de la rupture avec le passé se confond avec le sentiment d’une mémoire déchirée; mais où le déchirement réveille encore assez de mémoire pour que puisse se poser le problème de son incarnation. Le sentiment de la continuité devient résiduel à des lieux. Il y a des lieux de mémoire parce qu’il n’y a plus de milieux de mémoire”. NORA, Pierre. **Le lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997. p. 23. A curiosidade pelo lugar onde se cristaliza e se refugia a memória é ligada a este momento particular de nossa história. Momento articulador, onde a consciência de uma ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória despedaçada; mas onde o despedaçamento revela ainda bastante da memória pelo que pode-se colocar o problema de sua encarnação. O sentimento da continuidade se transforma residual aos lugares. Há lugares de memória porque não há meios de memória. (tradução minha)

²⁰ “Habiterions-nous encore notre mémoire, nous n’aurions pas besoin d’y consacrer des lieux. Il n’y aurait pas de lieux, parce qu’il n’y aurait pas de mémoire emporté par l’histoire”. Idem, p. 24. Nós, ainda habitando nossa memória, nós não teríamos necessidade de consagrar os lugares (da memória). Não existiriam os lugares porque não existiria memória importada pela história. (tradução minha)

base para a criação de uma comunidade”²¹. Desta maneira, pode-se observar que a perspectiva de Peter Burke se encaixa na análise sobre as Batalhas de Ourique e Aljubarrota quando inseridas nos escritos de Luís de Camões e dos cronistas, pois, ambos os confrontos ajudam a construir uma identidade cultural portuguesa. Ressalta-se que esses episódios apenas conseguem tal importância na História de Portugal a partir da necessidade da presença de uma alteridade, de um povo inimigo, do *outro*.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva, identidade e diferença seriam conceitos complementares, um estaria diretamente relacionado ao outro. A identidade não poderia existir sem o diferente, pois é com essa diferença que as relações de identidade podem se constituir. “As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis”.²²

A relação de identidade e diferença é construída através de uma oposição entre dois grupos, onde um necessariamente recebe um sentido positivo e o outro um negativo, dependendo diretamente daquele que atribui esse sentido. “Um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa”.²³ Por exemplo, Fernão Lopes escreveu sobre a Batalha de Aljubarrota, contrapondo portugueses e castelhanos, pelo fato do próprio Fernão Lopes ser português, o cronista atribuiu de sentido negativo os castelhanos e elogiar os portugueses. Deste modo, necessariamente a identidade perpassa por uma questão de classificação do “eu” e do “outro”.²⁴

Observa-se que a relação da identidade com a diferença pode ser entendida como uma criação da linguagem, é a língua que classifica, significa, preenche de sentidos e símbolos, construindo a identidade como uma ideia cognoscível, assim como a própria diferença, elemento fundamental na constituição de um determinado grupo identitário.²⁵

²¹ BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 2012. p. 96.

²² SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75

²³ Idem, p. 83.

²⁴ “Dividir o mundo social entre “nós” e “eles” significa classificar. O processo de classificação é central na vida social. Ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes. (...) As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. (...) Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar”. Idem, p. 82.

²⁵ “Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. (...) a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. (...) Somos nós que fabricamos, no contexto das relações sociais e culturais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais.” Idem, p. 76.

Tzvetan Todorov também contribui para a definição do conceito de outro, para a questão da alteridade e da diferença. O autor de *A Conquista da América: A questão do Outro* trata a relação da diferença de forma bastante ampla. Segundo o autor, a relação com o outro pode ser entendida a partir de diversos meios: através de indivíduos de classes sociais díspares, na diferença de gênero no interior de uma mesma sociedade ou em grupos culturalmente diversos.²⁶

Na dissertação tem-se como objeto principal a análise da noção de lusitanidade, produzida da relação entre identidade e alteridade nas crônicas de Fernão Lopes, Duarte Galvão e no poema de Luís de Camões, *Os Lusíadas*. A perspectiva de Todorov amplia o conceito de alteridade às diversas alternativas de seu uso. Porém, para poder usa-lo com fins práticos é necessário restringi-lo a campos que se relacionem com o objeto aqui apresentado. Além de ser visto como algo que pode estar nas mais diversas relações humanas, o conceito de alteridade também pode ser apreendido como algo que é desconhecido, imensurável e incognoscível entre pessoas que formam um determinado grupo.²⁷

Entre esses grupos, pessoas e relações, esse incomensurável está diretamente ligado a questão das fronteiras, ou seja, algum elemento demarcador entre o que faz e o que não faz parte de um determinado grupo. A fronteira define dois grupos, diferenciando-os. Quando existe a passagem desse limite ou fronteira, interpreta-se esse indivíduo como “outsider”, estranho, estrangeiro.²⁸ Como fronteira, entende-se uma metáfora, algo não necessariamente físico ou visível, mas algo que marca e diferencia dois determinados grupos e constitui uma ideia de alteridade entre as pessoas divididas por ela.²⁹

²⁶ “Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o outro, outro, ou outrem em relação a mim. Ou então como um grupo social concreto ao qual nós não pertencemos. Este grupo, por sua vez, pode estar contido numa sociedade: as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os “normais”. Ou pode ser exterior a ela, uma outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua: seres que se aproximam de nós no plano cultural, moral ou histórico, ou desconhecidos, estrangeiros, cuja língua e costumes não compreendo”. TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: A questão do Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 3 – 4.

²⁷ “Les sociétés occidentales ont plutôt réduit la réalité de l’autre par colonisation ou par assimilation culturelle. Elles ont donc réduit ce qu’il y avait de radicalement hétérogène, d’incommensurable dans l’autre”. BAUDRILLARD, Jean; GUILLAUME, Marc. **Figures de l’altérité**. Marché-Sainte-Catherine: Descartes & Cie, 1994. p. 11. As sociedades ocidentais reduziram a realidade do outro pela colonização ou pela assimilação cultural. Elas reduziram então o que havia de radicalmente heterogêneo, de incomensurável no outro. (tradução minha)

²⁸ “l’étranger, c’est à la fois celui qui est proche et loin; loin ne signifie pas nécessairement qu’il y a une distance géographique ou culturelle mais plutôt qu’il y a un passage de frontière.” Idem, p. 20. O estrangeiro, é por vezes aquele que está próximo e longe; longe não significa necessariamente que exista uma distância geográfica ou cultural, mas sobretudo, que exista uma passagem de uma fronteira. (tradução minha).

²⁹ “l’altérité n’est pas un problème de distance mais le passage de une frontier, et une frontière peut être complètement imaginaire et invisible”. Idem, p. 64. A alteridade não é um problema de distância, mas a passagem de uma fronteira, e uma fronteira pode ser completamente imaginária e invisível. (tradução minha)

A relação de alteridade está diretamente relacionada com a literatura de maneira geral, como por exemplo, as crônicas e os poemas, isso porque a demarcação da diferença entre os povos está constituída na linguagem, sendo essa diferença marcada pela fala e pela escrita.³⁰ Dessa forma, a própria língua obriga seus respectivos falantes à lidar com as diferenças. “Le langage de la communication ne cesse de nous poser la question toujours nouvelle d’une reciprocité qui nous appelle à exister en reconnaissant l’existence des autres.”³¹

A partir das contribuições de Michel de Certeau, entende-se que a diferença, o outro, ou a própria ideia de alteridade ajuda a constituir a identidade de um determinado grupo. É através do diferente que uma identidade se forma. “Nous nous inventons mutuellement en nous reconnaissant différents.”³² A alteridade também pode ser construída na tentativa de entendimento do desconhecido, quando um povo ou um grupo fogem das atribuições imaginárias de outro, e este usa de seus próprios meios ou padrões para entendê-lo ou defini-lo.³³ É a partir das considerações sobre alteridade acima expostas que são analisadas as visões do mouro e do castelhano nas Batalhas de Ourique e Aljubarrota na literatura portuguesa.

Partilha-se da visão de Roman Jakobson, o autor de *Ensaaios da linguística geral*, ele acredita que a literatura deve estar em confluência com as outras ciências humanas, como ocorre neste trabalho, onde a história e o campo literário são relacionados. “Les rapports entre la linguistique et les sciences voisines, en particulier, appellent un examen approfondi. Les linguistes devraient ‘s’intéresser de plus en plus aux nombreux problèmes d’anthropologie, de sociologie et de psychologie qui envahissent le domaine du langage’”³⁴

³⁰ “On suppose une ligne de demarcation entre le monde où l’on parle e le monde dont on parle, entre eux et nous, entre “par-delà” et “par-deçà.” HARTOG, François. **Le miroir d’Herodote: Essai sur la représentation de l’autre**. França: Gallimard, 1991. p. 380. Suponha-se uma linha de demarcação entre o mundo que se fala e do mundo que cujo se fala entre eles e nós, entre “além” e “aqui”. (tradução minha).

³¹ CERTEAU, Michel de. **L’étranger ou l’union dans la différence**. Paris: Éditions du Seuil, 2005. p. 150. A linguagem da comunicação não cessa de nos por a questionar novamente uma reciprocidade que nos chama por reconhecer a existência de outros. (Tradução minha)

³² Idem, p. 144. “Nós nos inventamos mutuamente no reconhecimento dos diferentes”. (tradução minha).

³³ “This almost invariably entails placing the other within a system where it can be understood in juxtaposition to other elements of the system. When confronted with something unknown, we tend to relate it by asking ourselves where and how it “fits” among all the other things we already know.” TREANOR, Brian. **Aspects of Alterity: Levinas, Marcel and a Contemporary debate**. New York: Fordham University Press, 2006. p. 4. Quase invariavelmente, isso implica colocar o outro dentro de um sistema onde ele pode ser entendido em justaposição a outros elementos de um sistema. Quando confrontado com algo desconhecido, tendemos a relatar esse desconhecido perguntando a nós mesmos onde e como ele se encaixa entre todas as outras coisas que já conhecemos. (tradução minha).

³⁴ JAKOBSON, Roman. **Essais de Linguistique generale**. Paris: Minuit, 1973. p. 25. As relações entre linguística e as ciências vizinhas, em particular, pedem um exame aprofundado. Os linguistas deveriam se interessar aos numerosos problemas da antropologia, da sociologia e da psicologia que invadissem o domínio da linguagem. (tradução minha)

Portanto, deve-se discutir a noção de literatura³⁵ para que se possa refletir sobre este tipo de fonte histórica. A literatura é além de um campo da linguagem, um lugar de demandas sociais e de novos conhecimentos, ou seja, um lugar de fala e de intervenção. A literatura é também um fenômeno que sofre transformações, ou seja, o próprio conceito de literatura muda conforme o tempo e o lugar. Um certo conjunto de escritos podem ser considerados como obras literárias hoje, que no passado não estavam vinculados a este estatuto.³⁶ Por literatura entende-se qualquer escrito, que tenha qualquer forma textual, desde que possa ter um sentido para aquele que a lê, obtendo poder de circulação.

Antonio Candido, na sua obra *Literatura e Sociedade*, entende que toda literatura é composta por certos aspectos presentes no ambiente de construção da mesma, influenciando de forma direta sua constituição. Dessa forma, segundo a perspectiva do autor, pode-se afirmar que todo livro “possui certas dimensões sociais evidentes, cuja indicação faz parte de qualquer estudo, histórico ou crítico: referências a lugares, modas, usos, manifestações de atitude de grupos ou de classe”³⁷.

Quando se aborda a relação estabelecida entre a História e a Literatura e existem fontes literárias no cerne de um trabalho, deve-se também atentar para as especificidades dessas fontes. Ao citar *Os Lusíadas*, também nos perguntamos sobre qual seria a tipologia literária da obra a ser trabalhada. Como é sabido, o poema camoniano insere-se nos moldes épicos narrativos³⁸, e então deve-se ter um cuidado específico em relação ao gênero literário presente na fonte, isso porque o gênero literário está diretamente ligado ao contexto de produção de suas respectivas obras, demarcando as singularidades históricas em que essas obras foram produzidas, como afirma Todorov. “O gênero é um tipo que teve uma existência histórica concreta, que participou do sistema literário de uma época.”³⁹

³⁵ “Há uma corrente que define o literário em oposição ao real. O referente da literatura seria a ficção – um referente imaginário em contraste, por exemplo, com o da história, que seria real. Esta solução esbarra sem demora em problemas ligados ao relativismo cultural. O que é imaginário para nós hoje em dia pode não ser para uma sociedade que gerou um texto dado”. CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido, História**. São Paulo: Papirus, 1997. p. 24.

³⁶ “Determinada espécie de escritos (por exemplo ., o diário íntimo) será considerada, numa época, como parte integrante da literatura e, em outra, como algo exterior a ela”. TODOROV, Tzvetan. **Estruturalismo e poética**. São Paulo: Cultrix, 1973. p.110.

³⁷ CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 7.

³⁸ “Para nós uma epopeia clássica é vagamente uma coisa como os Lusíadas. E também para Camões assim era. Ele quis conscientemente fazer uma epopeia. Homero, Virgílio, Ariosto, estavam no seu pensamento ao começar os Lusíadas. Por um lado ele julgou – se atido a uma tradição própria do gênero e inventou um drama de personagens mitológicas a condicionar os acontecimentos do mundo sublunar, por outro lado, ele quis dar uma réplica às epopeias que o precederam e reivindica para a sua qualidade que o tornam superior aquelas: façanhas que narra não são fábulas sonhadas, fantásticas, fingidas, mentirosas, além de que, são mais extraordinárias que as da antiguidade; e o seu tema é o mais épico de todos, porque não é um homem, mas um povo”. SARAIVA, Antonio José. **Para a história da cultura em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1946. Vol. I. p. 84.

³⁹ TODOROV, Tzvetan. **Op. Cit**, p. 113.

György Lukács em *O Romance Histórico* pontua o herói épico, a partir do exemplo de Aquiles, questão importante para se trabalhar *Os Lusíadas*.

“Em Homero, Aquiles aparece sempre tão natural e humano quanto qualquer outro personagem. Homero destaca – o em seu ambiente por meios épicos – que, como tais, são ao mesmo tempo afetados e naturalistas -, pela invenção de situações em que de certo modo, o importante se oferece “por si mesmo” e o efeito de contraste da ausência do herói faz que este se coloque “por si mesmo” em um pedestal, sem que seja necessário forçá-lo a isso”.⁴⁰

Entende-se que a literatura é um produto social. Atenta-se para a temporalidade de escrita de *Os Lusíadas*, onde, diferentemente de Homero, Camões não elege um personagem notável, mas sim, os portugueses como um todo. Luís de Camões vai recuperar o modelo épico de Homero, como exposto acima por Lukács, e adaptá-lo para buscar definir a condição portuguesa a partir de seus principais personagens e episódios históricos, dotando os lusitanos de características específicas, e tornando-os únicos dentro dos povos de seu tempo, construindo a identidade portuguesa e a noção de lusitanidade.

O modelo épico, aparente em *Os Lusíadas*, pode ser entendido como um instrumento de exaltação nacional, valorizando a ideia de “povo português” na modernidade. “Trata-se de desvelar de maneira figurada as imensas possibilidades humanas e heroicas que se encontram latentes no povo e se emergem à superfície ‘de repente’, com fúria monstruosa, sempre que uma grande ocasião se apresenta, sempre que há uma comoção profunda na vida social.”⁴¹ É dessa maneira que os portugueses são interpretados, por exemplo, em diversos momentos da obra *Os Lusíadas*. Isso pode ser visto não apenas nas Batalhas de Ourique, Salado e Aljubarrota, mas também nas dificuldades que a tripulação de Vasco da Gama é obrigada a superar na obra de Camões, assim o gênero épico em *Os Lusíadas* foi construído a partir diversas interpretações nacionalistas do poema. O trecho abaixo de Hernâni Cidade representa essa interpretação nacionalista em *Os Lusíadas*.

“Camões não escreveu o seu poema no propósito de fascinar as imaginações com histórias deleitosas, como boiaro por exemplo. No momento em que a gloriosa grandeza da pátria declinava e ameaçava submergir-se, procura ele fixar para a imortalidade os clarões ainda não extintos, escarmentando para a continuação do esforço épico ou ao menos para a defesa da dignidade coletiva dos epígonos heróis. Assim a mensagem do artista se convertia na missão do patriota.”⁴²

Tratando-se de fontes de cunho literário e histórico deste trabalho, é importante que se observe a existência de etapas de produção, ou seja, as condições de possibilidade para a

⁴⁰ LUKÁCS, György. *O Romance Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 65.

⁴¹ Idem, p. 72.

⁴² CIDADE, Hernâni. *A literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina: A ideias – os Factos e as formas de Arte*. Coimbra: Arménio Amado editor, 1963. p. 348

confeção desses escritos que pertencem a um lugar social, parte constituinte dessas obras, seja o poema de Camões, ou as crônicas aqui já explicitadas.

“Nesta perspectiva gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas e de uma escrita. Essa análise das premissas das quais o discurso não fala permitirá dar contornos preciosos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição, com efeito obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas”.⁴³

Conclui-se que um texto histórico (e literário) não pode apenas ser pautado pelo seu contexto socio-histórico, mas também por uma série de outros fatores autorais permeados no tempo de sua produção, classificados por Michel de Certeau como as “leis silenciosas” ou o “não-dito”. Um fator importante do “não-dito” seria o aparelho institucional ou os órgãos de poder com os quais os discursos escritos estão vinculados, pois segundo o próprio autor: “É, pois, impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente”⁴⁴

O “lugar” de escrita é visto como outro fator que permeia e consolida certas condições para a construção de um discurso⁴⁵ histórico. Devem-se levar em conta as idiossincrasias deste “lugar” e o que ele permite ou não ser exposto por aquele que escreve determinada obra. Esse lugar, ao mesmo tempo em que exerce uma série de condicionamentos e restrições a esta escrita permite uma condição criativa para o texto.⁴⁶

Dessa forma, as etapas de produção, estão diretamente relacionadas ao produto final de uma obra, são elas os elementos constitutivos da própria escrita de Camões, Fernão Lopes e Duarte Galvão, ou seja, as leis silenciosas da escrita dos mesmos. Podem-se citar alguns exemplos como: os espaços de sociabilidade que eles frequentavam e as relações de poder que estavam submetidos.

Este trabalho é dividido em três capítulos tendo-se em vista o desenvolver das relações de identidade e alteridade portuguesa e na análise da noção de lusitanidade na literatura portuguesa dos séculos XV e XVI.

⁴³ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 66.

⁴⁴ Idem, p. 71.

⁴⁵ “O discurso é também definido como unidade linguística superior a frase, equivalendo a mensagem ou enunciado - ou a texto, na medida em que a linguística do discurso passou a interessar-se por textos fechados (integrais). Certos autores preferem limitar o conceito de discurso ao conjunto de regras de encadeamento das frases ou grupos de frases que compõem um enunciado ou texto. Na mesma ordem de ideias, é usual, ainda, defini-lo como o enunciado (ou texto) visto segundo as condições de produção que o geraram”. CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido, História**. São Paulo: Papirus, 1997. p. 14.

⁴⁶ “Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. O lugar define uma conexão entre o possível e o impossível. A articulação da história com um lugar é a condição de análise da sociedade”. CERTEAU, Michel. **Op. Cit**, p. 77.

O primeiro capítulo contém uma análise sobre o período em que Camões escreveu *Os Lusíadas*, buscando um diálogo entre o tempo de produção e a obra, uma discussão sobre a vida do poeta e uma análise sobre o gênero que *Os Lusíadas* pertencem. Encontrar-se-ão também: a importância da identidade portuguesa atrelada ao conceito de pátria do poeta e à narrativa histórica de Portugal no poema, enfatizando a importância das batalhas como centros articuladores da identidade lusa, interpretando a obra de Camões como a interseção e a confluência dos elementos que definiram a ideia de lusitanidade.

No capítulo seguinte é analisada a construção da identidade portuguesa na Batalha de Ourique, vista como momento de fundação da monarquia portuguesa e como mito fundador da noção de lusitanidade. É observada também, a evolução dos relatos do confronto pelas fontes literárias que a Batalha de Ourique aparece. Será entendida a importância do monarca Afonso Henriques e a visão do Mouro como alteridade para os portugueses nessas respectivas obras literárias, tendo como as de maior destaque *Os Lusíadas* e a *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão.

No capítulo final analisam-se os relatos sobre a Batalha de Aljubarrota presentes na *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes, e no poema camoniano. Atenta-se para importância de Fernão Lopes na construção da identidade portuguesa, além da criação da imagem de portugueses modelares, como D. João Mestre de Avis (o servidor do reino) e Nuno Álvares Pereira (o guerreiro invencível) no período dos confrontos com Castela e da batalha em si. Por fim, analisa-se as imagens que Luís de Camões e Fernão Lopes produziram sobre os castelhanos, pondo-os como alteridade aos portugueses. Nesta parte, dado o desenvolvimento dos capítulos, se apontará as principais características da noção de lusitanidade.

Capítulo I

Luís de Camões, a Pátria portuguesa e a noção de lusitanidade: uma análise da construção épica portuguesa no século XVI

Este capítulo é dividido em quatro partes, tendo como objeto de análise central *Os Lusíadas*, seus múltiplos significados e um estudo das condições que permearam a produção da obra por Camões em seu respectivo contexto histórico. Na primeira parte é feito um debate sobre o período histórico em que Camões escreveu sua obra, ou seja, o Portugal do século XVI, levando-se em consideração suas características políticas e culturais.

Em um segundo momento será apresentada uma discussão histórica da vida de Luís de Camões, ou seja, suas origens familiares, onde nasceu, seus círculos sociais, as pessoas próximas do poeta, a condição social dele e no que trabalhou. Na terceira parte é discutido, o conceito de epopeia para *Os Lusíadas*.

Na última parte do capítulo é discutida a ideia de pátria para Luís de Camões em *Os Lusíadas*, mostrando como o poeta ajuda a construir a noção da condição portuguesa, ou seja, a ideia de lusitanidade. Isso é visto a partir de uma perspectiva que encare o poema camoniano como um cruzamento, uma ligação entre os relatos dos episódios ímpares da história portuguesa, pois o poeta utiliza como fonte na confecção de *Os Lusíadas* diversos escritos relativos aos momentos tidos como excepcionais da História de Portugal. Luís de Camões Sintetiza e agrupa em seus versos, os momentos que fazem os portugueses se caracterizarem como tais.

1.1 Luís de Camões e o Século XVI

Luís de Camões escreveu a obra *Os Lusíadas* dentro de um contexto histórico em que Portugal já havia expandido seu território e já observava algum desgaste político de seus domínios. Olhando essa situação o poeta busca exaltar os feitos históricos lusitanos e tenta mostrar o que são e o que fizeram esses portugueses. Para isso, Luís de Camões faz usos do gênero épico clássico baseado nos padrões do humanismo e do classicismo em Portugal. Como exemplo desses feitos históricos observa-se as Batalhas de Ourique e Aljubarrota no poema supracitado.

Valores e padrões renascentistas estiveram presentes das mais diversas formas no poema camoniano. Acredita-se em um forte intercâmbio cultural entre os escritores

portugueses e pensadores de outras partes da Europa, Luís de Camões não foi exceção. A tradição das cidades autônomas italianas como Florença, por exemplo, entrou em grande contato com os portugueses. Dessa forma, o humanismo⁴⁷ consolidou-se a partir da produção dos escritores do Renascimento⁴⁸, sejam eles portugueses ou florentinos, desenvolvendo em suas produções artísticas e literárias elementos próprios desse dado período histórico. Destaca-se a entrada dos humanistas no território português: “No século XVI continua a penetração dos humanistas, ao mesmo tempo que numerosos portugueses viajando na Itália, Flandres e outros países se relacionam com alguns luminares do humanismo europeu.”⁴⁹ Essa penetração de pessoas no reino luso ajudou na expansão dos valores humanistas e na circulação de novas ideias em Portugal.⁵⁰

Um dos principais agentes desse intercâmbio de ideias, Sá de Miranda, intensificou essa união de novos saberes e ideias entre Portugal e as cidades italianas, gerando uma série inovações de âmbito literário. Sá de Miranda foi um grande marco para a literatura portuguesa.⁵¹

Caracteriza-se esse período como marcado pela valorização do saber antigo, onde na maioria das vezes os padrões da Grécia e de Roma vão ser trazidos à produção literária e artística. “Segundo nascimento da Antiguidade Greco-Latina faz-se a partir dos séculos XIV–

⁴⁷ “O termo ‘humanismo’, esteve ligado a mais de cem anos, ao Renascimento e aos estudos clássicos. Na linguagem atual, quase todo aquele que se relaciona com os valores humanos é chamado de humanista e, por consequência, uma grande variedade de pensadores, religiosos ou anti-religiosos, científicos ou anticientíficos, mostra pretensões por aquela que se tornou uma etiqueta de mérito um tanto quanto evasiva. O termo humanista, cunhado no clímax do período do Renascimento, era, por seu turno, derivado de um termo muito mais antigo, ou seja, de *studia humanitatis* ‘disciplinas humanistas’. Este termo foi usado, no sentido geral de instrução liberal ou literária, por antigos autores romanos como Cícero e Gélcio, e semelhante uso foi retomado por doutos italianos do final do século XIV. Na primeira metade do século XV, os *studia humanitatis* começaram a constituir um ciclo bem definido de disciplinas douradas, a saber, gramática, história, retórica, poesia e filosofia moral, e o estudo de cada uma dessas matérias comportava regularmente a leitura e a interpretação dos antigos e, em menor medida, gregos, que de cada matéria tinham sido mestres”. KRISTELLER, Paul. **Tradição Clássica e pensamento do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 15 – 17.

⁴⁸ “O significado do termo ‘Renascimento’ foi assunto de uma interminável controvérsia entre historiadores, que durante anos discutiram sobre o valor, as características peculiares, os limites de tempo e a própria existência desse período histórico, limitar-me-ei a afirmar que por “Renascimento” entendo o período da história da Europa Ocidental que vai aproximadamente de 1300 à 1600”. Idem, p. 12.

⁴⁹ SARAIVA, Antonio José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Publicações Europa – América. 1950. p. 30.

⁵⁰ “O humanismo em Portugal começou mais tarde do que em Castela, mas mais cedo do que em muitos outros estados europeus. Em Lisboa residiam permanentemente numerosos mercadores genoveses, florentinos e outros italianos. Os laços religiosos e culturais faziam da Itália o país mais frequentemente visitado por portugueses do que a própria Castela. Nesses termos, realizações do campo da cultura e novas correntes de pensamento originárias da Itália haviam de entrar depressa em Portugal”. MARQUES, A. H de Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Palas Editores, 1976. p. 270 – 271.

⁵¹ “Sá de Miranda introduz o verso hendecassílabo e com ele o terceto, o soneto, a oitava rima, a canção. A par das formas introduz os gêneros: a elegia, a écloga, a sátira, que eram ressurreições italianas dos gêneros Greco – romanos. O estilo tradicional é substituído por outro em que abundam as alusões mitológicas e históricas, as palavras decalcadas do latim e até as construções latinas”. SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.**, p. 31.

XVI em estreita ligação com a afirmação dos humanistas e do classicismo. Trata-se, portanto, de uma revalorização a todos os níveis do passado distante”⁵² Deve-se entender que existiam diferentes formas dos homens do quinhentos de se relacionarem com o saber antigo. Não havia uma forma padrão desta relação ser estabelecida. Alguns entendiam a literatura antiga como uma espécie de saber inatingível, outros a entendiam como paradigma a ser compreendido e superado.⁵³

Apesar da valorização da Antiguidade e do desejo de distanciamento com o período medieval, muitos escritores, artistas e pensadores do século XVI vão estar marcados por uma aproximação de elementos característicos desse tempo, como a cultura cristã. Isso ocorre, ao mesmo tempo, que busca-se a aproximação com os ideais antigos.

“A verdadeira realidade dos homens quinhentistas é bem diversa da imagem que nos representa o seu universo mental. O ser quinhentista é um fenómeno de extrema complexidade ao mesmo tempo contínuo e descontínuo à medievalidade. A sua representação do passado histórico procura a negação de todas as afinidades com esse tempo de crônicas, o marcar de uma ruptura global com a herança do passado recente e ao mesmo tempo o afirmar de uma identidade (...) clássica e cristã”.⁵⁴

O conceito de humanismo característico de Portugal não era apenas uma nova arte de escrita, mas pode ser entendido como uma nova forma de observação e experimentação do mundo que cercava os portugueses, isso foi dado a partir do pensamento e dos estudos humanísticos (*Studia Humanitatis*): como a história, a retórica e a poesia, estudos dos quais se incluem as produções de Camões.⁵⁵

Podem ser entendidos como humanistas, aqueles que têm toda uma formação no que Eugenio Garin, na sua obra intitulada *L’Umanesimo Italiano*, entende como *Studia Humanitatis*. Segundo o intelectual italiano a *Studia Humanitatis* seria a prática do estudo letrado pautada nos grandes pensadores da Antiguidade, sendo a produção Greco-latina a grande referência para o desenvolver do pensamento europeu dos séculos XV, XVI e XVII.

⁵² BARRETO, Luís Filipe. **Descobrimentos e Renascimento: Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI**. Lisboa: Imprensa-nacional casa da moeda, 1983. p. 14.

⁵³ “O modo de valorizar os antigos não é o mesmo em todo o horizonte quinhentista. Para alguns intelectuais é um poder absoluto que o presente apenas pode e deve imitar, para outros, sendo uma bússola intelectual e cívica é, no entanto, um instrumento a continuar e superar. Então a Antiguidade Clássica Greco-latina, torna-se ao mesmo tempo que fonte, degrau a continuar e transcender, herança a respeitar, mas também a relativizar”. Idem, p. 19.

⁵⁴ Idem, p. 20.

⁵⁵ “O progresso das letras em Portugal é uma sequência ou precipitado do movimento geral do humanismo na Europa. Procede do contato da Lusa gente, aquém e além das fronteiras, com as personalidades mais representativas da cultura renovada. É natural, portanto, que tenha associado ao esplendor das formas o vigor das ideias, opondo-se, ao menos em certo sector de opinião, às tradições outonais da Idade Média. O Humanismo não foi apenas uma atitude literária. Foi também uma tentativa de reconsideração, ao mesmo tempo estética e filosófica, dos costumes e concepções do homem cristão”. DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a Cultura Européia (Sécs. XVI a XVIII)**. Coimbra: Coimbra Editora LTDA, MCMLIII. p. 3

Eugenio Garin entende que esse estudo daria aos pensadores modernos uma forma de escrita bem característica, tendo como o modelo de humanista Petrarca.⁵⁶ Para o pensador humanista, como afirma Garin, o expor de suas ideias e a necessidade de comunicar-se tem central importância na confecção de suas obras. Os portugueses aqui citados escrevem suas obras para expor seu pensamento ao mundo, ao meio social ao qual pertencem, como uma forma de intervenção na sociedade.

Os humanistas são característicos também por valorizarem o uso das letras, como afirma Garin. “Due dei più caratteristici motivi dell’umanesimo sono qui evidenti: il valore delle lettere umane e il carattere sociale di una verace umanità”⁵⁷ A arte da escrita era o instrumento dos pensadores humanistas para tornarem o conhecimento produzido presente no mundo.

Outro modo de classificar esse período Português em que Camões escrevera é entendê-lo como classicismo, caracterizado, assim como o humanismo, como a valorização das letras, de uma renovação do pensamento humano ocidental europeu e pela retomada dos grandes escritores da Antiguidade. Esses movimentos são compreendidos como uma mudança de o homem se relacionar com a natureza e o universo em que o cercam, principalmente quando se fala na transição do século XV para o século XVI.⁵⁸

Dentro desse contexto, a valorização e o interesse pela Antiguidade foram características marcantes nessa lógica de circulação de saberes humanísticos na Europa. Esse elemento também foi introduzido nos estudos humanos portugueses caracterizando a produção da época.

⁵⁶ “Il padre verace della nuova devozione per la *humanitas* classica fu, agli occhi di tutti, il Petrarca. Il quale si avvicinò alle lettere, agli *studia humanitatis*, con la consapevolezza del loro significato, del valore che per l’umanità intera aveva una educazione dello spirito condotta nel colloquio assiduo con i grandi maestri del mondo antico.” GARIN, Eugenio. **L’Umanesimo italiano. Filosofia e vita civile nel Rinascimento**. Roma: Laterza, 1986. p. 22. O pai verídico da nova devoção pelas humanidades clássicas foi, no centro de tudo, o Petrarca. O qual aproximou-se para as letras, a *Studia humanitatis*, com a consciência de seu significado, do valor que para a humanidade inteira havia uma educação do espírito de conduta no diálogo frequente com os grandes mestres do mundo antigo. (tradução minha)

⁵⁷ Idem, p. 24. Dois dos mais característicos motivos do humanismo são aqui evidentes: o valor das letras humanas e o caráter social da verdadeira humanidade. (tradução minha)

⁵⁸ “Na viagem do século XV para o XVI começam a manifestar-se na vida cultural portuguesa os incipientes sintomas de uma mudança que fez dela partícipe do movimento geral do Renascimento europeu. Dois ordens de fatores, na origem inteiramente independentes entre si, atuaram como catalisadores dessa mudança: o classicismo, de um lado; os descobrimentos marítimos do outro. O primeiro fenômeno basicamente de importação, respeita as letras, ao que então se designava *studia humanitatis*, ou ideal de uma formação literária adquirida mediante a leitura, o comentário e a imitação dos grandes Greco – latinos; os segundos que não tem precedentes fora da península ibérica projetam-se no domínio mais vasto da relação do homem com a natureza e o cosmos. Ambos todavia confluem no sentido de um humanismo. Um humanismo global se considerar que apontam convergentemente para valores que tem no homem a sua centralidade; vários humanismos, com tônicas diferentes se enfocar os diversos ângulos da incidência desses valores”. MATTOSO, José. **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 375.

“O interesse renovado pela Antiguidade surgira em Portugal antes de meados do século XV. Foi enorme a influência em cavar novos cabouços culturais e em preparar essa plêiade de portugueses que florescia nos reinados de D. Manuel I e de Dom João III. No começo de quinhentos a prosperidade econômica e a moda cosmopolita levaram centenas de moços portugueses aos principais centros intelectuais da Europa. Na sua maioria regressavam ao país marcando profundamente a vida intelectual portuguesa”.⁵⁹

Sobre as noções de classicismo e humanismo, entende-se estes movimentos como uma arte de repensar e o questionamento do saber ligado à Idade Média. Pode-se constatar nesse período uma ruptura com o pensamento Escolástico, ligado aos setores da Igreja. “humanismo era a latinidade e, em menor grau, a helenidade clássica, a emancipação das letras profanas, a recusa da escolástica, da arte de pensar, da metodologia e o questionamento do saber legados pela Idade Média”.⁶⁰

Dentro desses movimentos filosóficos, artísticos e literários do final do século XV e início do século XVI entendidos como humanismo e classicismo, observa-se um reflexo prático dessa mentalidade e ideais no período. Essa práxis é entendida como o advento do explorar do mundo pelo português. O movimento náutico lusitano possibilitou, por sua vez, a expansão da consciência não só portuguesa, mas europeia, em relação à Geografia, Astronomia, flora e fauna.⁶¹ Esse movimento de expansão marítimo português foi responsável também pelo o desmembramento de lendas milenares que estiveram presentes no pensamento medieval na cultura Ocidental europeia.

“Ficava, assim, pela praxe dos portugueses envolvidos na exploração dos continentes e mares, desmentida a inabitabilidade da zona tórrida, a incomunicabilidade dos oceanos, a inexistência dos antípodas – toda uma dogmática milenária. Ficava, em contrapartida, a capacidade do homem para dominar o mundo e devassar os mistérios da natureza. Tudo à custa do esforço humano, pois, quando D. Manuel mandou Vasco da Gama a ‘descobrir e saber mares e terras com que antigos punham tão grande medo e espanto com muito trabalho achou o contrário do que os antigos escritores disseram.’”⁶²

Como figura de importância do período observa-se o navegador Português Vasco da Gama para as expansões marítimas. O navegador traçou importantes rotas comerciais, passou pelo cabo da Boa Esperança e estreitou os contatos de Portugal com os territórios alcançados

⁵⁹ MARQUES, A.H. de Oliveira. **Op. Cit**, p. 271 – 272.

⁶⁰ DIAS, José Sebastião da Silva. **Camões no Portugal de Quinhentos**. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 1981. p. 15.

⁶¹ “A atividade náutica desempenhou entre os portugueses, na época dos descobrimentos, o mesmo papel que a atividade industrial entre os Italianos no período seguinte. Foi ela que nos forçou à análise realista dos fenômenos da natureza, bem como a sua interpretação e domínio. Sem as exigências e sugestões, não teríamos talvez retificado os conhecimentos astronômicos e naturais dos antigos, nem aperfeiçoado os instrumentos náuticos, nem desenvolvido as matemáticas, nem adquirido o hábito de observar e raciocinar à luz dos fatos.” DIAS, José Sebastião da Silva. **Op. Cit**, p. 14.

⁶² MATTOSO, José. **Op. Cit**, p. 379.

pela náutica lusitana, sendo visto como um símbolo desse expansionismo, como afirma *Os Lusíadas* de Luís de Camões.⁶³

Vasco da Gama foi um personagem histórico muito representativo para o período, visto que sua participação em *Os Lusíadas* é maior que muitos outros personagens históricos portugueses, como reis e guerreiros. É o navegador que conta as histórias de Portugal, sendo o símbolo de todo o poema camoniano. Luís de Camões não poupa versos ao exaltá-lo:

“Vasco da Gama, o forte capitão,
Que a tamanhas empresas se oferece,
De soberbo e de altivo coração,
A quem a fortuna sempre favorece,
Para se aqui deter não vê razão,
Que inabitada a terra lhe parece:
Por diante passar determinava;
Mas não lhe sucedeu como cuidava” (I, 44).

Esse contexto das navegações de expansionismo territorial português corroborou para a formação de um ideal cruzadístico presente na mentalidade dos homens do Portugal de quinhentos, consistindo na busca da expansão não só religiosa sobre os povos pelos portugueses conquistados, mas uma imposição da sua forma de ver o mundo. Isso esteve presente nos discursos do poema camoniano quando o poeta escreve sobre “*Dilatar a Fé e o Império*”.

“E também as memórias gloriosas
Daqueles reis, que foram dilatando
A Fé, o império; e as terras viciosas
Se vão da lei da morte libertando” (I, 2 vv. 1 - 4).

Esses ideais cruzados estão relacionados aos contatos com outros povos estabelecidos pelos portugueses do período em que Camões escreve *Os Lusíadas*, sendo o próprio poeta um homem que esteve nos mais diversos territórios de influência lusa. O obstáculo no período era o mouro e os demais povos nativos residentes nesses locais, grupos que ocupavam os territórios almejados pelo reino. Dessa forma, houve um levantar das armas portuguesas para a tomada e manutenção desses territórios.⁶⁴ O ideal de cruzada era a bandeira levantada por

⁶³ “Vasco da Gama partiu de Lisboa com três navios e um barco de mantimentos em julho de 1497. Fez escala na ilha de Santiago, em Cabo Verde, e daí navegou diretamente para o sul, no que viria a ser a mais longa viagem distante de terra até então empreendida. Passados noventa dias sem avistar terras aportou à baía de Santa Helena, na África do Sul de Hoje. Passou o cabo da boa esperança com certa dificuldade causada pelo tempo. Depois de ultrapassar o limite das navegações de Bartolomeu Dias, a expedição iniciou suas descobertas próprias. A frota atingiu mombaça, atual Quênia, depois Melinde. Depois de três meses de negociações com alternativas de amizade e hostilidade aberta, Vasco da Gama iniciou o caminho do regresso, trazendo os navios carregados de especiarias de preço”. MARQUES, A.H. de Oliveira. **Op. Cit.**, p. 314 – 315.

⁶⁴ “Os Cristãos nunca haviam aceito a ideia da perda permanente da Terra Santa e das regiões outrora submetidas ao “ecumênico” império romano. A reconquista do Norte da África, seguindo – se a da península Ibérica, parecia a todos um objetivo natural e, pelo menos em teoria, entrava nos objetivos políticos dos monarcas ibéricos.

todo reino, os entendidos por infiéis foram extremamente combatidos nesse momento por Portugal, sendo dentro do reino ou nas conquistas extraeuropeias. Oliveira Marques entende que

“Às diversas tentativas europeias de organizar uma cruzada, os monarcas portugueses responderam sempre com entusiasmo, quer em teoria, quer em prática. Em 1437, por exemplo, proclamava – se solenemente a cruzada em todo Portugal. O papa Eugênio IV não se poupou a esforços para incitar os reis e os senhores da Europa a combater o Islã onde quer que ele se encontrasse”.⁶⁵

O rei D. Sebastião vai impor seu poderio de guerra na África na tentativa malograda de manter seus territórios, prática continuada de seu antecessor D. João III.⁶⁶ Existe um grande número de críticas sobre as medidas bélicas tomadas por D. Sebastião no continente Africano, como por exemplo, os altos custos da manutenção das hostes portuguesas na África no conflito contra os mouros. Esse tipo de medida seria prejudicial para o reino, pois os lucros gerados pelas possíveis vitórias seriam ainda pequenos em comparação aos prejuízos obtidos.⁶⁷

Essa pratica agressiva característica do governo de D. Sebastião foi revestida também de uma ideologia religiosa para legitimar essas empreitadas. O ideal das cruzadas é retomado devido à forte doutrina religiosa do jovem monarca.⁶⁸ A historiografia ao dissertar sobre essa questão, expõe os descuidados do jovem rei frente às batalhas patrocinadas pelo reino, inserindo-o em uma prática cruzada de conversão religiosa, tendo-se em vista o ideal de expansão da fé aos mais diversos povos que os portugueses dominavam ou buscavam dominar. Cabe ressaltar também a forma como D. Sebastião é entendido pela historiografia, Oliveira Marques acredita que o monarca pôs fim na “pátria” portuguesa ao levar todas as

Tanto o rei de Castela quanto de Portugal sentiam essa mesma obrigação, acrescida e adornada da perspectiva de acrescentar novas províncias e aduzir novas rendas a seus tesouros”. MARQUES, A. H. de Oliveira. **Op. Cit.**, p. 27.

⁶⁵ Idem, p. 229.

⁶⁶ “Tanto na regência como a maior parte do governo pessoal de D Sebastião, e como já os últimos anos do reinado de D João III, foram épocas de estabilidade. Não houve alterações de estrutura, não se empreenderam reformas essenciais. A era de mudança e de expansão tão característica da primeira metade do século terminara. O que importava era conservar e fortalecer a ordem existente, defendê-la contra todos os perigos internos e externos”. Idem, p. 420.

⁶⁷ “Criar um novo tipo de exército era imperativo sentido quando as praças de África começam a ser repensadas, exigindo a instalação de peças de artilharia, artilharia de que os mouros dispunham já também. D João III entende não desamparar a terra de todo, mas tem de proceder a escolhas: ‘querer se ter coisa tão custosa e de que não se tirava nenhum fruto não era bom siso, principalmente para quem tem tantas despesas e tão grandes e necessárias que não se podem escusar’”. MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 108.

⁶⁸ “Grande parte da atividade legislativa vinha impregnada de espírito religioso e referia-se a assuntos eclesiásticos: criação de novos bispados tanto na metrópole como em ultramar; fortalecimento da inquisição e sua expansão até a Índia; ratificação e efetivação das decisões do concílio de Trento, novos estatutos referidos a ordens religioso – militares, e assim por diante”. MARQUES, A.H. de Oliveira. **Op. Cit.**, p. 420.

forças lusitanas para Marrocos e ser derrotado pelos mouros, deixando que o rei castelhano Felipe II dominasse Portugal.

“Aos catorze anos de idade, D. Sebastião tomou conta do governo. Se não fora rei teria porventura sido um zeloso e violento missionário. Enfermo no corpo e no espírito importava-se pouco com o ofício da governação, perdido antes em sonhos de conquista e expansão da fé. Conquistar Marrocos era sua ambição número um, mas outros projetos de ‘imperialismo’ em terras pagãs preenchiam – lhe a imaginação. Ousado até os limites da loucura, o rei não concedia lugar ao planejamento cuidadoso, à estratégia ou à retirada”.⁶⁹

A política de D. Sebastião foi entendida como descuidada quando o rei toma a iniciativa de atacar os povos não cristãos, observa-se o emblemático episódio da Batalha de Alcacer-Quibir, feita no norte da África contra as hostes mouras no Marrocos. A derrota portuguesa na Batalha representa a destruição não apenas da hoste portuguesa, mas da própria Dinastia de Avis e da independência portuguesa sobre os castelhanos.⁷⁰ Em 1580 Felipe II invade Portugal e anexa o reino à Monarquia Católica, assim a culpa da perda da autonomia política lusa recaiu sobre D. Sebastião.

Essa investida fora organizada de forma precária, somadas as poucas capacidades das hostes lusas. Camões descreve uma série de estrofes em seu poema ilustrando a natureza dos muçulmanos, envolvendo-os em uma “*Santa Guerra*” contra os Portugueses. O trecho abaixo representa um conflito entre portugueses e mouros no momento da tomada de Lisboa por parte das forças cristãs:

“Vês este, que saindo da cilada,
Dá sobre o Rei, que cerca a vila forte?
Já o Rei tem preso, e a vila descercada
Ilustre feito, digno de Mavorte!
Vê-lo cá vai pintando nesta armada,
No mar também aos mouros dando a morte,
Tomando-lhes as galés, levando a glória
Da primeira marítima vitória:

É Dom Fuas Roupinho, que na terra,
E no mar resplandece juntamente,
Com o fogo, que acendeu junto da serra
De ábila nas galés da Maura gente.
Olha como em tão justa e *santa guerra*,
De acabar pelejando está contente:
Das mãos dos Mouros entra a felice alma

⁶⁹ Idem, p. 421. (aspas minhas)

⁷⁰ “Apesar de todas as pressas do rei, só no verão de 1578 é que foi possível aprontar um exército invasor, e mesmo assim consideravelmente fraco e (...) desgraçado de indisciplina e desorganização. Desembarcando em Arzila, o exército marchou para o sul, sob o comando pessoal do rei. Perto de El – ksar – el Kebir (Alcácer – Quibir), as forças portuguesas foram completamente derrotadas pelo exército do sultão Mulay ‘Abd al-Malik na batalha mais desastrosa da história portuguesa. D. Sebastião foi morto e com ele a nata da aristocracia e do exército do país. Os restantes foram feitos prisioneiros . Menos de cem pessoas conseguiram escapar”. Idem, p. 422.

Triunfando nos céus com justa palma” (VIII, 16 – 17).

Os mouros são vistos como *bárbaros* e pouco civilizados no poema de Camões. Os *Lusíadas* têm como um de seus múltiplos significados a ideia de cruzada estabelecida pelos portugueses sobre os mouros e os demais povos por eles conquistados ao longo da História de Portugal. O português cristão enfrenta os mouros, vistos como infiéis e inferiores. O poeta expõe o contato dos portugueses com os povos não cristãos sempre de forma hierarquizada como na estrofe abaixo.

“Aqui feita do bárbaro gentio,
A supersticiosa adoração,
Direitos vão sem outro algum desvio,
Para onde estava o rei do povo vão:
Engrostando-se vai da gente o fio,
Com os que vem ver o estranho Capitão
Estão pelos telhados e janelas,
velhos e moços donas e donzelas” (VII, 49).

Pode ser observado, no final do século XVI que o Portugal descrito por Luís de Camões no poema é um lugar que vive seu apogeu histórico, dotado de personagens brilhantes, conquistas e sucessos políticos, muito diferente do Portugal no qual o poeta vivera, envolto de uma série de problemas, como a perda ou a difícil manutenção de alguns territórios, seu rei morre em combate, um governo estrangeiro domina os portugueses, além da própria epidemia que assolava Lisboa no período⁷¹.

Luís de Camões produz seu poema levando em consideração a influência que recebeu da Antiguidade Clássica com os mitos e as criaturas maravilhosas presentes na obra, buscando amalgamar, a partir da valorização dos momentos históricos portugueses, os elementos constitutivos da identidade de sua gente, da noção de lusitanidade.

O próprio título da obra carrega consigo elementos mitológicos dadas as questões que permeiam a origem do nome “Lusíadas”. Acredita-se que o nome “Lusíadas” fora pronunciado pela primeira vez por André Resende ainda na primeira metade do século XVI ao querer criar uma literatura de cunho épico pautada nos “grandes descobrimentos” do reino de Portugal, firmando, sobretudo, o heroísmo português. A inspiração para o nome do poema

⁷¹ “Trata-se de uma realização do plano estético das esperanças adiadas ou malogradas. É indubitável que em vários passos d’Os Lusíadas ele manifesta um entusiasmo pelo seus heróis históricos, aos quais dava honra de cantar no seu poema. Isto significa, ao meu ver, que Camões, cavaleiro de mentalidade feudal ao mesmo tempo que letrado humanista transferia para o reino da imaginação um ideal de vida irrealizável no mundo em crise em que viveu.” SARAIVA, Antônio José. **Para a História da Cultura em Portugal**. Lisboa: Bertrand, 1946. p. 157 – 159.

faz referência aos contos épicos da Antiguidade.⁷² André Resende teria ainda sido o primeiro utilizador dessa palavra em suas obras.⁷³

Especula-se também que a origem do termo “Lusiadas”, teria vindo dos escritos de um humanista proveniente da península itálica, chamado Célio Rhodigno, onde este classificaria o termo como “ninfas aquáticas”, ideia essa fundamentada por Alfredo Pimenta no início do século XX.⁷⁴ Acredita-se que a palavra usada pelo humanista é datada de inícios do século III, idealizada por Atheneu Naucratis.⁷⁵

Apesar da pluralidade de teorias sobre a origem da palavra “Lusiadas”, é de consenso entre os estudiosos da obra homônima que o título tem origens na cultura clássica e chegou até Camões através do português André Resende, inspirando o poeta na nomeação da obra.

“É de conhecimento de todos os leitores de Camões que o humanista português André de Resende reivindica para si a paternidade da palavra “Lusiadas” no texto inúmeras vezes citado: A luso, unde Lusitania dicta est, Lusiadas adpellauimus, et a Lysa, Lysiadas, sicut ab Aenea Aeneadas dixit Virgilius. Visto não admitir dúvida que o poeta leu e aproveitou a obra de Resende, era universalmente aceite a opinião de que Camões era devedor do grande humanista eborense no que diz respeito ao emprego da palavra ‘Lusiadas’”.⁷⁶

O caráter lendário, mitológico e fantástico do poema não fica apenas no título dado por Camões, mas ao longo de todos os Cantos da obra, principalmente pelas múltiplas faces e numerosos personagens trazidos pelo poeta. Quando se fala de *Os Lusíadas* deve-se levar em

⁷² “O título Lusiadas é análogo do Eneadas, Ilíadas, Scipiadas, já o disseram Faria e Souza e Carolina Michaelis, e é evidente. Os cronistas da descoberta do Oriente - Castanheda e João de Barros - tinham apregoado a necessidade da criação de uma epopeia sobre os feitos dos grandes descobrimentos e conquistas dos navegantes portugueses. O nome para ela pela primeira vez fora enunciado, em 1534, por André de Resende na sua “Oratio pro Rostris”, recitada na Universidade de Lisboa: “Inter Lusiadas nisi amor revocasset amatae”. É bem possível que neste autor, seu amigo íntimo, tenha Luís de Camões buscado a designação para o poema, querendo com o nome de Lusiadas igualá-lo ao de portugueses de heroicos feitos”. MONTEIRO, Rolando. **As edições de Os Lusíadas: Pesquisa e Análise**. Rio de Janeiro: s/e, 1979. p. 15.

⁷³ “Ficou entendido e assente que a expressão de que Camões se serviu como título de seu poema fora uma criação do humanista eminente, L. André Resende, o qual empregou pela primeira vez em 1531, na cidade de Lovaina, no seu poema “Erasmii encomium”. Repetiu o emprego da mesma expressão, no mesmo ano e na mesma cidade universitária, quando escreve o poema “Vincentus Levita et Martyr”, tendo explicado em nota expressamente, o significado que deu a esta expressão. Desta forma, repetimos, ficou assente, como coisa indiscutível, que L. André Resende, fora o criador da expressão que, a seguir, Camões introduziu na literatura universal”. Idem, p. 16 – 17.

⁷⁴ “Em 1933, o Dr. A. Pimenta descobriu a palavra ‘Lusiadas’ na obra ‘Antiquae Lectiones do erudito humanista italiano L. Célio Rhodigino em que lemos Juniores aestivos transmittunt adores per máximas apud nympharum antra, quas discunt Lusiadas’. Neste passo trata-se de umas ninfas aquáticas numa gruta perto de Síbaris, em cujas proximidades os jovens Sibaritas costumavam veranejar, passando tempo aí com todos os deleites que lhes podia sugerir sua moleza proverbial”. BESSELAAR, José Van Den. **A propósito do Título de “Os Lusíadas”**. In: Separata da Revista de História da Literatura de Portugal. Coimbra: Universidade Católica de Nijmegen, 1964. p. 59.

⁷⁵ “Em 1941, Dr Xavier Coutinho, através de uma referência encontrada na maravilhosa enciclopédia de Pauly-Wissowa conseguiu apontar o autor grego Atheneu de Naucratis (inícios do século III d. c.) como fonte direta da passagem citada de Rhodigino, frase que poderia ser traduzida desta maneira: ‘No verão os jovens deles (= dos sibaritas), viajando às grutas das ninfas chamadas Lousiades, passavam aí o tempo com grande moleza’”. Idem, p. 59 – 60.

⁷⁶ Idem, p. 60.

consideração, antes de tudo, a riqueza e a heterogeneidade do poema, havendo uma divisão de vários contos e histórias paralelas dentro da obra de Luís de Camões.⁷⁷

Os personagens mitológicos do poema de Luís de Camões estão espalhados pelos dez Cantos. Jorge de Sena defende que cada Canto desempenharia uma função no interior do poema dada diversidade de personagens criados por Camões, trazendo uma organização para a obra.⁷⁸ O autor tenta comprovar essa questão expondo a forte relação existente entre o Canto I e o Canto X, enquanto o primeiro prepara o leitor, o último completa o enredo traçado pelo poeta.⁷⁹

A presença dos personagens fantásticos foi de central importância na constituição do enredo do poema, ajudando inclusive na popularização da obra posteriormente. Personagens como o Velho de Restelo, o Gigante Adamastor e as Tágides vão acompanhar os portugueses em todo o percurso, atribuindo aos personagens lusos elementos heroicos e mitológicos.

O Velho de Restelo simboliza um debate moral no poema. É nele que os portugueses encontram o dilema entre seguir adiante sua empreitada para “*Dilatar a fé e o Império*” ou não. Camões cria esse personagem, como artifício retórico, para rechaçar a ausência de tensão e valorizar o pluralismo de visões sobre o expansionismo português presente no restante do poema.⁸⁰ Camões no Canto IV expõe o Velho de Restelo e seus apontamentos críticos à empreitada, Vasco da Gama é questionado sobre seus objetivos.

⁷⁷ “A primeira coisa que salta a vista quando se considera no seu conjunto a fatura dos *Lusíadas* é a heterogeneidade dos elementos que os compõem. É uma obra formada por adição, entalhe, incrustação de materiais muito diferentes que naturalmente se distinguem. Encontramos lá uma comédia dos deuses, que poderíamos isolar formando um poema a parte, que tem sua ação própria com enlace e desfecho, desenrolando – se paralelamente à ação humana. Encontramos uma narrativa à viagem de Vasco da Gama à Índia, com descrição de certos fenômenos marítimos e de certos casos típicos de bordo, lembrando de certa maneira os roteiros e a peregrinação de Mendes Pinto, e sem entrecho próprio. Encontramos depois uma história dos reis de Portugal, outra história dos heróis portugueses e uma outra história, em forma de profecia, dos feitos da Índia, tudo isso sem ligação orgânica da ação do poema. Em quarto lugar encontramos uma enciclopédia geográfica: a descrição do mundo conhecido (Europa, Ásia, África), pormenores da flora e da fauna da Índia, e, abrangendo tudo, a visão em conjunto da ‘grande máquina do mundo’”. SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.**, p. 95.

⁷⁸ “Tem-se dito que os dez cantos são arbitrários, por vezes, no seu conteúdo, em relação a narrativa global, e que, apesar dos seus finais especialmente cuidados, não tem uma forçosa unidade artística. É inteiramente falso. Qualquer dos cantos tem uma estrita e bem definida função”. SENA, Jorge de. **A estrutura de “Os Lusíadas” e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI**. São Paulo: edições, 1980. p. 68.

⁷⁹ “O Canto I, após a proposição, a invocação e a dedicatória, inicia a narração, colocando as naus navegando no Oceano Índico e, logo após, no mesmo período gramatical, apresentando o concílio dos deuses. Esta unificação gramatical claramente simboliza a dialética da narração histórica e da narração mitológica, que é própria da narração do poema e que culmina na síntese completa do canto X. Notemos que o Canto I, após a introdução, nos deu, com perfeito equilíbrio e paralelismo os elementos que o poema vai desenvolver: a ação histórica, os deuses, a proteção de Venus, a meditação contraditória acerca da condição humana. O Canto I é a preparação” Idem, p. 68 – 69.

⁸⁰ “O velho de Restelo foi a voz da contestação que no tempo se fez sentir contra a viagem do Gama. Em meio daquela espécie de coro de tragédia grega das mães, esposas e filhas dos nautas, a voz do ‘velho de aspecto venerando’ não acusa apenas o português, porque, tendo perto de si, em Marrocos, o Ismaelita com sua lei oposta a de Cristo, por quem peleja, com suas terras e riquezas a promover-lhe a cobiça, com seu valor guerreiro

“Mas um velho d’aspeito venerando,
Que ficava nas praias, entre a gente,
Postos em nós os olhos, meneando
Três vezes a cabeça, descontente;
A voz pesada um pouco alevantando,
Que nós no mar ouvimos claramente;
Com um saber só d’experiências feito,
Tais palavras tirou do experto peito:

- Ó glória de mandar! Oh vã cobiça
Desta vaidade a quem chamamos fama!
Oh fraudulento gosto que se atixa
Com uma aura popular, que honra se chama !
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão, que muito te ama!
Que mortes! Que perigos! Que tormentas!
Que Crueldades neles experimentadas!

- Dura inquietação d’alma, e da vida,
Fonte de desamparos e adultérios,
Sagaz consumidora conhecida
De fazendas, de reinos e de impérios!
Chamam-te ilustre, chamam-te subida,
Sendo digna de infames vitupérios;
Chamam-te fama, e glória soberana,
Nomes com que se o povo néscio engana!

- A que novos desastres determinas
De levar estes reinos e esta gente ?
Que perigos, que mortes lhe destinas
Debaixo d’algum nome preeminente?
Que promessas de reinos e de minas?
D’ouro, que lhe farás tão facilmente?
Que famas lhe prometerás? Que histórias?
Que triunfos? Que palmas? Que vitórias?” (IV; 94-97).

Além do Velho de Restelo, encontra-se o Gigante Adamastor no poema. O personagem foi visto como o que existe de mais mitológico no poema, Hernâni Cidade chama a criatura de “*formidoloso*” ao caracterizar o gigante. É interessante também presenciar a fala de Vasco da Gama sobre o Gigante, fica claro seu espanto ao ver tal personagem na trama. Cidade, sobre Adamastor aponta que: “Ali se amontoam essas fabulosas ameaças e tomam formidoloso vulto titânico que o poeta descreve a traços tanto mais vigorosos, quanto mais relevo a sobriedade lhes dá.”⁸¹ Pode-se observar o assombro de Gama sobre a criatura no poema a partir das seguintes estrofes:

“Não se achava quando uma figura
Se nos mostra no ar, robusta e válida,

a desafiar-lhe a valentia”. CIDADE, Hernâni. **Os mitos d’“Os Lusíadas”**. In: Separata do boletim da academia nacional da Cultura Portuguesa, Nº 8, 1972. p. 175.

⁸¹ CIDADE, Hernâni. **Op. Cit**, p. 178.

De disforme e grandíssima estatura,
O rosto carregado, a barba esquelada;
Os olhos encovados, e a postura
Medonha e má, e a cor terrena e pálida;
Cheios de terra e crespos os cabelos,
A boca negra, os dentes amarelos.

Tão grande era de membros, que bem posso
Certificar-te, que este era o segundo
De Rodes estranhíssimo colosso,
Que um dos sete milagres foi do mundo:
Com um tom de voz nos fala horrendo e grosso,
Que pareceu sair do mar profundo:
Arrepiam-se as carnes, e o cabelo
A mim, e a todos, só de ouvi-lo e vê-lo”. (V; 39–40).

Dos momentos fantásticos onde os seres mitológicos têm grande participação no poema, um famoso episódio é o Concílio dos deuses, onde as divindades greco-latinas vão decidir ou não pela destruição da frota de Vasco da Gama e os portugueses que com ele navegavam. Os Deuses são personagens ativos, participantes diretos no enredo de Camões.⁸²

Esse concílio pode ser visto no Canto VI, onde existe a tomada de decisão pela perseguição dos portugueses no mar. Baco e Netuno tentam dificultar o caminho das frotas do Capitão Vasco da Gama o máximo possível, pois consideram uma ofensa por parte dos portugueses o domínio das técnicas de navegação, a ousadia da empreitada e as conquistas territoriais. Na passagem, os deuses sentem-se ameaçados pelos portugueses, entendendo que estes, poderiam vir tomar o lugar das respectivas divindades por causa da bravura dos atos dos navegadores. Assim, Camões pretende elevar a condição portuguesa ao nível dos deuses antigos. Pode-se constatar que essa é uma de muitas formas que Camões tem de valorizar a lusitanidade.

“Príncipe, que de juro senhoreias
Dum polo ao outro polo o mar irado;
Tu, que as gentes da terra todo enfreias,
Que não passem o termo limitado:
E tu, padre Oceano, que rodeias
O mundo universal e o tens cercado,
E com justo decreto assim permites
Que dentro vivam só de seus limites:

E vós Deuses do mar, que não sofreis
Injúria alguma em vosso reino grande,
Que com castigo igual a vós não vingueis
De quem quer que por ela corra, e ande:

⁸² “A perspectiva dos deuses camonianos é a do triunfo pleno do seu ódio perseguidor e não a dos deuses conformistas e bonacheirões, genuínas criaturas do temperamento de Rebelais. Solicita Baco de Neptuno que faça reunir os deuses de cuja solidariedade necessita para levar a cabo a destruição da frota”. CIDADE, Hernâni. **Op. Cit.**, p. 188.

Que descuido foi este em que viveis?
Quem pode ser que tanto vos abrande
Os peitos, com razão endurecidos
Contra os humanos fracos e atrevidos?

Vistes que com grandíssima ousadia
Foram já cometer o céu supremo;
Vistes aquela insana fantasia
De tentarem o mar com vela, e remo:
Vistes e ainda vemos cada dia,
Soberbas, e insolências tais, que temo
Que do mar e do céu em poucos anos
Venham deuses a ser e nós humanos” (VI; 27 – 29).

Um momento de importância da participação dos deuses no enredo do poema consiste na tensão entre Vênus e Baco sobre ficarem ou não no caminho dos Portugueses em suas rotas marítimas. Enquanto Vênus os protege, Baco não aceita a passagem dos nautas lusos.

“Estas palavras Júpiter dizia,
Quando os deuses por ordem respondendo,
Na sentença um do outro diferia,
Razões diversas dando e recebendo.
O padre Baco ali não consentia
No que Júpiter disse, conhecendo
Que esquecerão seus feitos no Oriente.

Ouvido tinha aos Fados, que viria
Uma gente fortíssima de Espanha
Pelo mar alto, a qual sujeitaria
Da índia tudo quanto Dóris banha:
E com novas vitórias venceria
A fama antiga, ou sua, ou fosse estranha.
Altamente lhe dói perder a glória,
De que Nisa celebra inda a memória.

Vê que já teve o indo subjugado,
E nunca lhe tirou fortuna ou caso,
Por vencedor da índia ser cantado
De quantos bebem água do Parnaso:
Teme agora que seja sepultado
Seu tão célebre nome em negro vaso
Da água do esquecimento, se lá chegam
Os fortes portugueses que navegam.

Sustentava contra ele Vênus bela,
Afeiçoada a gente lusitana,
Por quantas qualidades via nela
Da antiga tão amada s’a romana;
Nos fortes corações, na grande estrela.
Que mostraram na terra Tintigitana:
E na língua, na qual quando imagina
Com pouca corrupção, crê que é a latina” (I, 30 – 33).

Para finalizar o poema, Camões descreve a Ilha dos Amores, um utópico prêmio por todos os esforços feitos pelos portugueses nas suas empreitadas marítimas, episódio inspirado em *A Utopia* de Tomás Morus, como afirma Martim de Albuquerque em sua obra *A expressão do Poder em Luís de Camões*⁸³. Este é o desfecho para os portugueses do poema de Camões, aproveitando as ninfas e os manjares.⁸⁴ A Ilha dos Amores aparece como um porto de descanso para os portugueses após suas aventuras.

“Podeis-vos embarcar, (que tendes vento
E mar tranquilo) para a pátria Amada.
Assim lhe disse: e logo movimento
Fazem da ilha alegre e namorada:
Levam refresco, e nobre mantimento,
Levam a companhia desejada
Das ninfas, que hão-de ter eternamente ,
Por mais tempo que o sol o mundo aguento” (X; 147).

O poema ajuda também no próprio desenvolvimento da língua portuguesa, fazendo com que o português fixe suas normas e expanda a leitura da língua por toda a Europa, muito disso pode ser atribuído à própria expressão estética e artística conferida ao poema.⁸⁵ Isso ocorre, pois, *Os Lusíadas* ganharam traduções em diversas línguas, além do que, a obra de Camões foi lida por uma grande quantidade de pessoas de diversos lugares.⁸⁶ É interessante observar o raio de expansão que o poema teve, fazendo-se presente em Castela com os escritores do Barroco, com os pensadores do iluminismo, como Voltaire, afora as suas

⁸³ “O modelo utópico é o modelo moresiano que possui traços específicos bem distintos. Representa uma fuga do real, e, portanto, uma renúncia; ‘é uma negação do mundo e dos seus conflitos’ diz Jean Servier. Por isso mesmo a idade radiosa que a simboliza ‘ encerra-se em muros concêntricos, nas ilhas afortunadas, pouco desejosa de se fazer conhecer do resto do mundo, não tendo praticamente relações com exterior’”.ALBUQUERQUE, Martim de. **A expressão do poder em Luís de Camões**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. p. 297 – 298.

⁸⁴“O remate ideal que, porém, o Poeta dá ao poema, esse é simbólico e figurado no mito da Ilha dos Amores preparada por Vênus para repouso e prêmio da armada que tanto sofrera, tanto se fatigava e com tantas perdas regressava. Depois de conquistas dessa natureza, é normal a colheita de prazeres e satisfações: prazeres para o desejo dos sentidos, satisfação para os anelos da inteligência e para as ambições da vontade. Tudo isso o Gama e seus nautas colheram na ilha dos Amores. Para os sentidos, os abraços das ninfas e as delícias dos manjares” CIDADE, Hernâni. **Op. Cit**, p. 192.

⁸⁵ “Para a história interna e externa do nosso idioma é de singular importância o século XVI e, nele, o papel disciplinador desempenhado por Camões na fixação do português literário, especialmente em *Os Lusíadas*: o aperfeiçoamento das formas linguísticas para servir de expressão às exigências estético-literárias do Renascimento, sem menosprezar o tesouro acumulado pela experiência anterior, e o uso da língua numa feição mais uniforme, no processo de expansão da ‘Fé e do Império’” RODRIGUES, José Maria. **Estudos sobre Os Lusíadas**. In: BECHARA, Evanildo. **José Maria Rodrigues e os Lusíadas anotados por Epifânio**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010. p. IX.

⁸⁶“Como Dante fixou na Divina Comédia o toscano, fazendo de um dos dialetos da Itália a língua italiana, Camões impôs a sua língua a Portugal e Brasil, e, pode-se dizer, falamos e escrevemos Camões, pois que o português rememorou nesses quatro séculos sem sensíveis mudanças”. PEIXOTO, Afrânio. **Ensaio Camonianos**. Lisboa: Instituto nacional do Livro, 1981. p. 34.

múltiplas traduções em diversas línguas.⁸⁷ Camões é tido como o grande fundador da língua portuguesa. É a partir dessa perspectiva que *Os Lusíadas* vão passar a ser vistos como o poema criador da “nacionalidade” lusa, principalmente para os camonistas do século XX, se incluindo por exemplo, Hernâni Cidade e Afrânio Peixoto, conferindo ao poema um sentido anacrônico nacionalista.

1.2 Luís de Camões sob uma ótica biográfica

É necessário entender certas especificidades da vida do poeta a fim de enriquecimento analítico de *Os Lusíadas*. As ideias, modelos e padrões típicos do humanismo não foram a única marca de sua escrita, observando a vida do poeta notam-se alguns aspectos centrais para a consolidação de suas obras.

Apesar de muitos biógrafos terem escrito sobre a vida de Camões, as informações biográficas do poeta e de seus familiares são relativamente poucas.⁸⁸ Apesar de ter vivido de forma relativamente modesta, Camões vem de uma família com importantes participações políticas e cargos relativamente altos. Segundo Manuel Severim de Faria, importante biógrafo camoniano do século XVII,

“A família de Camões é natural do reino da Galiza, do qual se passou a Portugal Vasco Pires de Camões em tempo de El – Rei D. Fernando por ter seguido suas partes contra o Rei D. Henrique de Castela, o Bastardo. A este fidalgo deu o Rei D. Fernando, neste reino, em lugar do que deixara em Galiza, as vilas de Sardoal, Punhete, e Marão (...) e o fez Alcaide - Mor de Portalegre e um dos principais Fidalgos de seu conselho”.⁸⁹

A origem familiar de Luís de Camões é vista a partir de seu descendente Vasco Pires de Camões, provindo da Galícia que batalhou nas guerras de Castela e Portugal meio os conflitos no último quartel do século XIV.⁹⁰ O próprio engajamento de Vasco Pires na

⁸⁷ “Em Castela - em Alcalá e Salamanca – apareceram, no ano da morte de Camões, duas traduções castelhanas dos *Lusíadas*. Cervantes falou de El excelentíssimo Camões, Lopes de Veja chamou-lhe ‘divino’. Calderón, Tirso de Molina e Herrera apreciaram-lhe a obra, Gracian refere-se-lhe como imortal. Na Itália Torcato Tasso, mais novo vinte anos que ele, em um soneto a Vasco da Gama fala de Camões como Buon e Dotto Luigi. (...) Voltaire Criticou e louvou os *Lusíadas* e Montesquieu em um passo de l’esprit des lois, declarou que o poema fait sentir quelque chose des charmes de l’Odysée et de la magnificence de l’Énéide. Os *Lusíadas* foram gradualmente traduzidos por várias línguas, incluindo a latina e a hebraica”. BELL, Aubrey. F. G. **Luís de Camões**. Porto: educação Nacional, 1936. p. 68.

⁸⁸ “São, na verdade, escassos os dados até agora encontrados nos arquivos acerca de Luís Vaz”. CIDADE, Hernâni. **Vida e Obra de Luís de Camões**. Lisboa: Editorial presença, 1986. p. 18.

⁸⁹ FARIA, Manuel Severim de. **A Vida de Camões**. Estudo introdutório e nota de Manuel Reis. Portugal: Publicações Europa – América, s/d. p. 23

⁹⁰ “É geralmente aceite, à fé dos primeiros biógrafos, que a família de Camões veio da Galiza para Portugal, em tempo do rei D. Fernando I, na pessoa do fidalgo Vasco Perez de Camões. Origem essa condigna e simbólica, já que Portugal se originou da Galiza, e a língua portuguesa se separou, em concomitância com a formação do que seria, para o período, excessivo chamar ‘consciência nacional’, do galaico-português”. SENA, Jorge de. **Op. Cit**, São Paulo: edições, 1980. p. 21.

política, fez com que este aspirasse certa ascendência social, ganhando alguns territórios como mercê.⁹¹

Como dado no exemplo de Vasco Pires de Camões, o poeta vem de uma ascendência familiar notável na sociedade portuguesa do período. Sobre o nascimento de Camões existe uma imprecisão em relação a qual cidade ele teria nascido, porém segundo Manuel Severim de Faria Camões teve seu berço em Lisboa. “Nasceu nosso poeta na cidade de Lisboa, e não em Coimbra, como alguns cuidariam pela vivenda antiga que seus avós ali tiveram. Por esta razão chama tantas vezes ao Tejo pátrio e invoca, no princípio dos seus *Lusíadas* as ninfas do mesmo rio.”⁹² Segue abaixo a estrofe de *Os Lusíadas* que o biógrafo Manuel Severim de Faria faz referência para confirmar o nascimento de Luís de Camões na cidade de Lisboa.

“E, vós, Tágides minhas, pois criado
Tendes em mim um novo engenho ardente,
Se sempre em verso humilde celebrado
Foi de mim vosso rio alegremente,
Dai – me agora um som alto, e sublimado,
Um estilo grandíloco, e corrente,
Porque de Vossas águas Febo ordene,
Que não tenham inveja às de Hipocrene” (canto I; 4)⁹³.

Concordando com Manuel Severim de Faria, Hernâni Cidade também entende que o poeta teria nascido em Lisboa, confirmação dada pelo primeiro biógrafo de Luís de Camões e comentador do poema, Pedro de Mariz. Segundo Cidade, o biógrafo “Diz que foi nascido e crescido em Lisboa, o primeiro comentador de *Os Lusíadas*, (...) onde um documento informa morarem os pais do poeta.”⁹⁴ Observa-se também a importância de sua linhagem familiar, que apesar de não render-lhe uma condição de vida abastada, pôde pelo menos oferecer ao poeta um círculo social cortesão, ou seja, a entrada no paço Real Português.⁹⁵

⁹¹ “O supracitado fidalgo, trisavô do nosso poeta em varonia direta, foi, como se dizia, muito bem agasalhado do marido de Leonor Teles”. Idem, p. 21.

⁹² FÁRIA, Manuel Severim de **Op. Cit**, p. 27.

⁹³ Camões, Luís de. **Apud**. Idem, p. 27.

⁹⁴ CIDADE, Hernâni. **Op. Cit**, p. 18.

⁹⁵ “Simão Vaz de Camões era também o nome do pai do poeta, segundo confirmam os documentos que a este respeitam. Da mãe informam eles chamarem de Ana de Sá, mas também se referem a ela como pertencendo à família dos Macedos, de Santarém. Por isso os biógrafos a chamam de Ana de Sá de Macedo. As informações arquivísticas que assim lhe categorizam a família em alto plano hierárquico indicam-no a ele como cavaleiro fidalgo da Casa Real, o que se o não garantiria contra a pobreza, pois de vários fidalgos indigentes temos conhecimentos, então como hoje, abria-lhe ao menos as portas dos Paços Reais.” Idem, p. 18.

Debate-se a questão do ano de nascimento de Luís de Camões. Entende-se que o poeta teria nascido em 1522, apesar de não existir certeza sobre o ano. Isso ocorreria porque alguns biógrafos queriam atribuir datas simbólicas ao nascimento do mesmo.⁹⁶

Outra questão importante de sua vida para a produção de sua obra são os lugares frequentados pelo poeta. Se sua condição social deu-lhe possibilidades de frequentar o paço Real, o ambiente de descoberta da cidade de Lisboa no período lhe impulsionou uma inserção em uma vida boêmia e fora dos padrões cortesãos.

“A cidade era o cais do mundo, onde uma juventude fremente de vitalidade esperava embarque ou tinha desembarcado de aventuras viagens que eram largos meses de renúncia e sacrifícios e às vezes acidentadas *de naufrágios, perdições de toda a sorte que o menor mal de todos [era] a morte*. Não admira assim que os costumes não fossem os mais regrados naquele momento pagão de renascimento, que por tantos modos incitava a reconciliação da alma com a carne. Não será de estranhar que depois dos serões dos paços da Ribeira, Camões e outros fidalgos fossem correr as aventuras da Lisboa noturna, a tumultuosa boêmia que duas das cartas, por ele então escritas, referem ao amigo que dela se recupera, em suas terras de Coimbra”.⁹⁷

O poeta também teve seus romances particulares, como é o caso da D. Catarina de Athaide, importante senhora do paço. Sobre a relação dos dois, existe uma série de informações incertas. Camilo Castelo Branco aborda essa questão ao falar do romance de ambos: “Amor meio lendário de Luís Vaz de Camões e D. Catharina de Athaide, como causa essencial de sua vida inquieta e dos revezes da sinistra fortuna procedentes desse desvio da prudência na mocidade.”⁹⁸ Luís de Camões, teria oferecido a Catarina de Athaide diversos poemas, sendo a dama um importante objeto de sua produção lírica, muitas vezes a encontrava próximo a Igreja das Chagas em Lisboa.⁹⁹

Um episódio emblemático da juventude de Camões foi o golpe que deu em Gonçalo Borges no dia de Corpus Christi, onde o poeta teria sido preso pelo feito, apesar do ocorrido o próprio Gonçalo o teria perdoado e tirado da prisão.¹⁰⁰

⁹⁶ “Se tivéssemos que basear-nos nas confissões pessoais do poeta a respeito de sua idade, diríamos que Camões nasceu em 1522. Essas datas são as vezes perigosas: não raro é evidente o desejo dos historiadores ou biógrafos de escolher esta ou aquela data porque coincide com grandes acontecimentos. Por exemplo: a data de 1524 é importante porque nesse ano morreu Vasco da Gama; nesse ano nasceu Rosnard, o grande poeta francês a escrever a epopeia de sua terra”. SPINA, Segismundo. **Estudos de Literatura Filologia e História**. São Paulo: Unifio, 2001. p. 47.

⁹⁷ CIDADE, Hernâni. **Op Cit**, p. 25.

⁹⁸ BRANCO, Camilo Castelo. **Notas biográficas de Luís de Camões**. Porto e Braga: Livraria Ernesto Chadron, 1880. p. 13.

⁹⁹ “Luís de Camões, poeta bem conhecido, tendo 18 anos namorou Catharina de Athaide e principiou a inclinação em 19 ou 20 de abril do ano de 1542, em sexta feira da semana santa, indo ela à Igreja das Chagas de Lisboa, onde o poeta se achava. A esta senhora dedicou muitas de suas obras, e ainda que com diferentes nomes é à mesma que fala repetidas vezes”. Idem, p. 14 – 15.

¹⁰⁰ “Em maio de 1552, Gonçalo Borges curveteava o seu cavalo entre o Rocio e Santo Antão, no dia da procissão de Corpus- Christi em que se mesclava um paganismo carnavalesco de exhibições mascaradas. Dons incógnitos

“Em 13 de Março de 1553, o rei D. João III perdoava a Luís Vaz de Camões, filho de Simão Vaz de Camões, uma agressão contra um Gonçalo Borges. Fora uma desordem de rua. Alguns homens mascarados provocaram o Gonçalo Borges, que passeava a cavalo; daí nasceram brigas de arrancar, e o Luís de Camões que fazia parte do bando arrancou também da espada e desfechou um golpe na nuca de Gonçalo Borges que passeava a cavalo”.¹⁰¹

Importante fato de sua vida foi a perda de seu olho direito em uma briga, diversas vezes temos referência desse acontecimento como forte emblema pessoal do poeta, como afirma Manuel Severim de Faria: “Ainda que a falta do olho lhe tirou a formosura com as damas, não a perdeu no conceito dos que o viam assinalado, no rosto, da mão de seus inimigos, porque semelhantes sinais de marte fazem as faces mais formosas que as de Vênus.”¹⁰² Quando se fala sobre a perda do olho do escritor de *Os Lusíadas*, mostra-se que este deveria desempenhar alguma função no exército, como “homem de armas”, daí a origem do ocorrido.¹⁰³

Apesar de seu destaque como poeta, Luís de Camões viveu episódios tensos em Lisboa, como seus romances no paço, ou as confusões em que se metia. Esses acontecimentos o levaram a ser exilado de Portugal, dando ao dito personagem a vivência de um homem que conhecia, de forma um pouco mais abrangente, a dinâmica dos territórios conquistados pelos portugueses. Certamente essa situação enriqueceu seus conhecimentos para a construção de *Os Lusíadas*.¹⁰⁴

Camões além de todo o seu conhecimento prático buscou um aprofundamento teórico em diversos humanistas italianos, além de diversos filósofos e literatos antigos. Um ponto importante para o enriquecimento humanístico e literário de Luís de Camões foi a presença de seu tio Bento de Camões, Prior da escola do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Seu tio

de mascara enxovalharam Gonçalo Borges com remoques. Houve um recíproco arrancar das espadas. Neste comenos, Luís de Camões (...) e acutilou-o no pescoço. O golpe, segundo parece, era a segurar; mas não deu resultados perigosos para o ferido. Camões foi preso; e, ao terminar um ano de cárcere, solicitou perdão de Gonçalo Borges que, voluntário ou coagido por empenhos, lhe perdoou, visto que não tinha aleijão nem deformidade”. Idem, p. 25 – 26.

¹⁰¹ SARAIVA, Antônio José. **Luís de Camões**. Lisboa: Gradiva, 1997. p. 9.

¹⁰² FARIA, Manuel Severim de. **Op. Cit**, p. 30.

¹⁰³ “Luís de Camões devia depender de alguma família senhorial. Entre as suas relações conta-se o filho do conde de Linhares, o moço D. Antonio de Noronha, que morreu em África aos 17 anos. Também Luís de Camões lá combateu, provavelmente como simples ‘homem de armas’, perdendo um olho em combate”. SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit**, p. 16

¹⁰⁴ “A maior parte dos biógrafos pretende que ele frequentou a universidade de Coimbra. Mas o seu nome não aparece nos registros respectivos. Nem era preciso ser universitário para adquirir a bagagem de conhecimentos, verdadeiramente notável, que Luís de Camões revela nas suas obras. Havia nesta época métodos de estudo das letras que não na Universidade”. Idem, p. 10.

possibilitou o contato do poeta com essa cultura humanística, como afirmam os seus biógrafos.¹⁰⁵

Quando jovem¹⁰⁶, em 1553, o poeta sai pela primeira vez de Portugal como soldado de baixo escalão, embarcando para as índias, levando consigo o título de “Escudeiro” e “Homem das Armas”. O importante desta questão é o título que o poeta ostenta, apesar de vários biógrafos marcarem sua origem familiar nobre, como já visto, Camões usa um título de hierarquia consideravelmente baixa do exército¹⁰⁷:

“Luís de Camões embarcou para o oriente nesse ano de 1553. Encontram-se dois registros nas listas de embarque, um de 1550, outro de 1553; em ambos, Luís de Camões aparece como ‘escudeiro’. No registro de 1550 declara-se a idade, 25 anos, e diz-se que ele é ‘barbiruivo’ e que morava à mouraria de Lisboa. Seguiu como ‘homem de armas’ ou ‘gente de guerra’, o que provavelmente quer dizer a mesma coisa, isto é soldado raso”.¹⁰⁸

Antônio José Saraiva entende que após o episódio na festa de Corpus Christi com Gonçalo Borges, o fato de ter sido preso demonstra que o poeta não tinha um prestígio social grande, apenas fazia parte da pequena nobreza do reino.¹⁰⁹ Em 1555 fazia parte de uma empreitada em Goa. Por essas experiências de armas é comum dizer que o poeta em questão teve sua formação não apenas nas letras, mas também nas armas. “Neste ano de 1555 uma armada ao estreito de Meca, de que cedeu a capitania-mor a Manuel de Vasconcelos partiu de Goa em Fevereiro. Nesta Armada parece que foi Luís de Camões”.¹¹⁰

O escritor de *Os Lusíadas* desempenhou algumas vezes em seus períodos de viagem aos territórios portugueses, cargos burocráticos, como por exemplo, na China. Esse cargo teria sido dado a Camões para o ajudar na dura situação de vida que o poeta levava: “Para o

¹⁰⁵ “Onde quer que tenha estudado, não restam dúvidas de que a sua cultura representa excelentemente o nível elevado do Europeu culto de sua época. Os estudos humanísticos, de fulcral importância nos planos das escolas de então – entre nós, por exemplo, na escola do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de que foi prior um tio do poeta, D. Bento Camões -, proporcionaram-lhe um amplo e minucioso conhecimento da história, das letras gregas e sobretudo das latinas; Conhecia as obras de muitos luminares do humanismo e do Renascimento Italianos, como Petrarca, Ariosto, Sannazaro e Bembo, leu sem dúvida pensadores e tratadistas do neoplatonismo quatrocentista e quinhentista. Este homem, porém, assim impregnado de leituras de Virgílio, Ovídio e outros autores Greco-latinos nunca rompeu com o legado cultural e literário da tradição nacional, de raízes medievais e pré-renascentistas”. SILVA, Vitor Emanuel de Aguiar. Significado e Estrutura de “Os Lusíadas”. In: **Comissão executiva do IV centenário de publicação de Os Lusíadas**. Lisboa: 1972. p. 6 – 7.

¹⁰⁶ “Se a data declarada no registro de embarque é verdadeira, ele nasceu em 1524. À sua geração pertenceram Antônio Ferreira, Jorge de Montemor, Francisco de Olanda, Heitor Pinto, Jorge Ferreira, Francisco de Moraes e outras figuras importantes de nossa literatura”. SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit**, p. 10

¹⁰⁷ “Os primeiros biógrafos dão-lhe uma ascendência nobre. Mas um “escudeiro” era um releu laçao de um fidalgo, recrutado geralmente entre indivíduos de condição baixa, embora vivendo segundo o código de nobreza”. SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit**, p. 10.

¹⁰⁸ SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit**, p. 9.

¹⁰⁹ “A prisão na cadeia do Tronco confirma que Luís de Camões não tinha foro de fidalgo; e o seu alistamento para a Índia perto dos 30 anos parece mostrar que não tinha ofício certo. Seu Pai, Simão Vaz, era “cavaleiro-fidalgo da casa real”, o que não prova que fosse fidalgo de linhagem, mas apenas um homem a quem o rei dera carta de nobreza por seus serviços”. Idem, p. 10.

¹¹⁰ FARIA, Manuel Severim de. **Op. Cit**, p. 33.

levantar da pobreza, um vice-rei nomeou-o provedor-mor dos defuntos e ausentes nas partes da China, cargo burocrático que consistia em administrar os bens dos mortos e desaparecidos.”¹¹¹

Camões participou de um naufrágio ocorrido no caminho de Goa para China no rio Mecom. “O certo é que Camões se encontra fora de Goa, certamente na china, num período que decorre entre 1557 e 1561. Ao retornar, em 1559 ou na primavera de 1560, o poeta sofre um naufrágio na foz do rio Mecom, fato a que alude duas vezes nos *Lusíadas*.”¹¹² É possível observar alguns momentos que Camões cita fatos das suas viagens em seu poema, como por exemplo, no Canto X. Abaixo pode-se constatar uma das passagens ditas pelo poeta referente ao naufrágio sofrido:

“Este receberá o plácido e brando,
No seu regaço o canto, que molhado
Vem do naufrágio triste e miserando,
Dos procelosos baixos escapado,
Das fomes, dos perigos grandes, quando
Será o injusto mando executado
Naquele, cuja lira sonora
Será mais afamada, que ditosa” (X, 128).

Sabe-se também que Luís de Camões compôs *Os Lusíadas* em suas viagens, porém, teve ainda que salvar o poema ao sofrer o naufrágio supracitado.¹¹³ Quando o poeta chegou à Lisboa, observa os males da epidemia que desertificou a cidade, onde pessoas próximas morreram e fugiram: “Mas eis o poeta enfim regressado a Lisboa, em 1569. Foi um regresso triste, porque na cidade grassava a peste, e nessas ocasiões grande parte da população fugia para as aldeias, deixando Lisboa deserta.”¹¹⁴

Quando Camões chegou novamente à Lisboa quis publicar seu poema. A impressão da principal obra do poeta é cercada de várias contradições, pois muitos analistas consideram o poema não condizente com os valores jesuíticos do período.¹¹⁵ A publicação só foi possível

¹¹¹ SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.**, p. 16

¹¹² SPINA, Segismundo. **Op. Cit.**, p. 48.

¹¹³ Se embarcou o nosso poeta para Goa, com esperanças de lograr algum descanso naquela cidade, porque vinha rico do que houvera do cargo e dos amigos. Porém sucedeu – lhe o contrário, como acontece as mais das esperanças do mundo, porque, na costa de Camboja, junto a foz do Rio Mecom deu a sua nau uns baixos, onde se fez em pedaços, padecendo todos um miserável naufrágio. Aqui se salvou o nosso poeta em uma tábua. E em tão apertado manifesto perigo ainda teve lembrança dos cantos dos seus *Lusíadas*, para os salvar somente de tudo que o trazia”. FÁRIA, Manuel Severim de. **Op. Cit.**, p. 37.

¹¹⁴ SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.**, p. 18.

¹¹⁵ “O poeta precisava de ajuda para a publicação. Primeiramente para passar na censura inquisitorial. Era uma obra escandalosa como nenhuma até então publicada em Portugal, pelo erotismo de várias passagens, e especialmente pelo episódio da Ilha dos Amores. Vivia-se numa época pudíunda e hipócrita; o rei Dom Sebastião fora educado no culto da castidade até ao ponto de não querer tocar nos dedos da açafata quando o

graças aos conflitos existentes entre os Jesuítas e os Dominicanos, a partir desse conflito de interesses, o poema acabou sendo aprovado na censura, isso porque o censor do poema de Camões era um dominicano, que entendeu que Camões teria criticado o poder jesuítico em algum momento de sua obra.

“Mas como passou na inquisição? Os ataques aos Jesuítas ajudaram provavelmente o poeta. O poder em Portugal não era monolítico. Os Jesuítas tinham os seus inimigos, que conservavam meios de ação. A roda da própria rainha D. Catarina, viúva de D. João III, que tinha sido afastada do convívio com o neto, era um centro de oposição. Outra força antijesuítica eram os Dominicanos, que dominavam o Santo Ofício e eram amigos de D. Catarina. E eis que num poema os Jesuítas eram eloquentemente atacados. O poema foi entregue para a censura ao Fr. Dominicano Bartolomeu Ferreira, que não só não encontrou nada para censurar, mas ainda o defendeu contra possíveis críticos”.¹¹⁶

Em 1572 Luís de Camões tem seu poema impresso e aprovado no censo, com isso o rei D. Sebastião o confere 15000 réis anuais, que segundo os biógrafos era uma pequena quantia, permanecendo o poeta na pobreza até seus últimos dias.¹¹⁷ Dedicou sua obra para o rei, permanecendo na cidade de Lisboa até sua morte, pouco se sabe sobre a vida¹¹⁸ do poeta após a impressão de *Os Lusíadas*, como se afirma: “Depois que Luís de Camões imprimiu os seus *Os Lusíadas*, passou o restante da vida em Lisboa, no conhecimento de muitos e conversação de poucos, tendo já passado por ele as primeiras verduras da mocidade, tinha entrado na idade madura.”¹¹⁹

O poeta apesar de não ter presenciado a Batalha de Alcácer-Quibir, empreendida por D. Sebastião, impõe ao seu poema um forte tom de cruzada, acredita-se que sua obra foi uma espécie de inspiração para a empreitada do monarca. “Já então D. Sebastião preparava a expedição de Alcácer-Quibir. Camões não o acompanhou, apesar de n’*Os Lusíadas* ter incitado essa cruzada.”¹²⁰ O poeta morreu no período da peste em Lisboa no ano de 1580, Luís de Camões, escritor de *Os Lusíadas*, foi enterrado como indigente. “A morte veio em tempo de Peste. Havia milhares de mortos em Lisboa e pouco tempo para os enterros. Talvez

serviam a mesa. Os Jesuítas estavam então no poder, como ministros e conselheiros de Dom Sebastião”. Idem, p. 17.

¹¹⁶ Idem, p. 20.

¹¹⁷ “O poema foi acabado de imprimir em 1572. E logo o poeta recebeu uma tença ou pensão de 15000 réis anuais, (...) pela primeira vez, Luís de Camões é chamado “Cavaleiro-fidalgo de minha Casa”. Idem, p. 20.

¹¹⁸ “Em abril de 1570 Camões está de volta em Lisboa; em setembro de 1571 consegue o alvará de publicação do poema, que sai a luz em março de 1572. Depois de publicado o poema, pouco ou quase nada se sabe do poeta senão que morreu no ano que a sua pátria perdia a independência política: 1580”. SPINA, Segismundo. **Op. Cit**, p. 49.

¹¹⁹ FARIA, Manuel Severim de. **Op Cit**, p. 63.

¹²⁰ SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit**, p. 22.

por isso o seu corpo foi enterrado em campa rasa e sem nenhum sinal que lhe distinguisse a sepultura.”¹²¹

O escritor do poema camoniano é visto pelos seus infortúnios em vida, e pela sua genialidade literária, muitos biógrafos, principalmente do século XVII, exaltam seus feitos poéticos em contraste com as dificuldades pelas quais Luís de Camões passou. Sua escrita se torna o símbolo da identidade portuguesa, inspirando, posteriormente, escritores da Restauração de 1640. O Poeta é frequentemente exposto como desvalorizado em vida pelos homens de seu tempo e supervalorizado após sua morte. Manuel Severim de Faria não será exceção à regra como biógrafo camoniano:

“Sendo perseguido, em vida, de perpétuos infortúnios, depois de morto tem alcançado gloriosíssimos prêmios de seus trabalhos, porque, pouco depois de seu falecimento, movido D. Gonçalo Coutinho do zelo da pátria, a quem o nosso poeta tinha tanto merecido, lhe mandou cobrir o lugar da sepultura com uma campa de mármore com este honroso epitáfio: ‘Aqui jaz Luís de Camões, príncipe dos poetas de seu tempo, viveu pobre e miseravelmente, e assim morreu, ano de 1579. Esta Campa lhe mandou aqui pôr D. Gonçalo Coutinho. Na qual se não enterrará pessoa alguma’. Não é pequeno o louvor para o nosso poeta alcançar, depois de morto, estas glorias memórias, por obra de varões ilustres, quando até os maiores príncipes do mundo e os parentes mais chegados com a morte se sepultam, juntamente, no esquecimento dos vivos.”¹²²

Dessa forma, vemos que Luís de Camões foi um homem de média ascensão social, que teve problemas e “infortúnios” como qualquer outro homem de Portugal e seus respectivos territórios extraeuropeus. Apesar da idealização do biógrafo Manuel Severim de Faria, é inegável o pluralismo de locais que o poeta visitou; a experiência de vida atribuída de suas jornadas e sua participação na construção da identidade portuguesa.

1.3 Luís de Camões e a epopeia portuguesa

Para compreendermos melhor a obra camoniana deve-se buscar entender o significado de “epopeia”, apesar de seu abrangente sentido¹²³. Pode-se definir epopeia como um discurso poético ornado a partir de mitos de um determinado povo, que exaltem suas singularidades.

“Epopeia é a glosa poética de um mito, é portanto a coroação individual da obra coletiva pelo poder de expressão do poeta. Homero não versificou sucessos históricos recentes, seduzido pela exaltação heroica deles, condensou e ordenou em poemas todo o anterior trabalho coletivo, que de longínquos sucessos fizera mitos.

¹²¹ Idem, p. 22 – 23.

¹²² FARIA, Manuel Severim de. **Op Cit**, p. 65 – 66.

¹²³ “Term loosely used to designate a form of narrative verse, conspicuous for its length and its elevated mood. The epic or heroic poem is the highest form of human poetry”. LIVERMORE, H.V. **Epic and history in the Lusíads**. In: Separata de Atas da I reunião internacional de Camonistas. Edição da Comissão Executiva do IV centenário da publicação de Os Lusíadas. Lisboa: 1972. p. 7 – 8. Termo largamente usado para designar uma forma narrativa em verso, notável por seu comprimento e elevada moral. Poemas épicos ou heroicos são a mais elevada forma da poesia humana. (tradução minha).

O mito é a condição prévia da epopeia. (...) está cristalizada na mente da coletividade, quando o poeta, com o seu gênio de expressão, a chama à perpétua presença”.¹²⁴

A epopeia era a forma de como os antigos eram capazes de assimilar seu cotidiano, o gênero tornava a vida cognoscível a partir da construção dos heróis de um determinado grupo humano. A epopeia é a marca de uma determinada coletividade, sendo os heróis modelos que representam suas respectivas civilizações. Pode-se observar a *Ilíada* e a *Odisseia* como grandes exemplos de epopeias.¹²⁵

Aristóteles definiu uma epopeia a partir dos padrões deixados por Homero; nesse sentido, as considerações de Aristóteles sobre a tragédia, principal objeto do filósofo antigo, ajudam a consolidar a epopeia como gênero literário.¹²⁶ É possível entender a importância da epopeia para Aristóteles a partir de *Poética*, na obra é exposta a estrutura do gênero pelo filósofo grego. Para ele, a epopeia é estruturalmente menos limitada que a tragédia, contemplando ações compostas, versos numerosos e uma grande diversidade de personagens.¹²⁷

Aristóteles, em sua obra referida acima, entende a epopeia a partir da comparação com o gênero trágico. O escritor de *Poética* coloca Homero como o primeiro modelo de poeta voltado para a epopeia ao comparar os gêneros.

“Necessário é também lembrar o que já se disse muitas vezes, e não transformar uma tragédia numa estrutura épica (...) – como se alguém, por exemplo, dramatizasse todo o enredo da *Ilíada*. Na epopeia, devido a sua amplitude, as partes recebem o desenvolvimento apropriado mas, nos dramas, ficam muito longe do que se esperava”.¹²⁸

¹²⁴ FIGUEIREDO, Fidelino de. **História literária de Portugal**. Coimbra: Nobel Editora, 1944. p. 161.

¹²⁵ “Os gregos formavam-se dentro daquele ambiente heroico pintado ou arquivado pelos aedos, aprendia – se a ler, a raciocinar e a viver pelos textos homéricos ou segundo os exemplos dos heróis da *Ilíada* e da *Odisseia*. (...) Os velhos gregos faziam daqueles poemas o que os cristãos faziam da bíblia, os modernos espanhóis do *Quixote* e os modernos ingleses do teatro de Shakespeare: código de receitas da vida”. FIGUEIREDO, Fidelino de. **A épica portuguesa no século XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987. p. 39.

¹²⁶ “É nessa *Poética* de Aristóteles que se encontra impresso o primeiro conceito de epopeia, naturalmente baseado nos poemas homéricos, mas por método negativo: mostrando em que não era tragédia o poema épico. Expondo a sua magistral teoria da tragédia, Aristóteles fez notar, que tudo ou quase tudo que dizia daquela nobre forma de arte era aplicável ao nobre poema épico – “nobres” porque imitavam só altas personagens humanas e pelo seu lado melhor. Para definir a epopeia basta aplicar a teoria da tragédia e apontar – lhe as diferenças: empregar um só metro, ser pura narração, ser muito mais extensa, não ter coro e não empregar a decoração”. Idem, p. 40.

¹²⁷ “Na *Poética*, Aristóteles caracteriza a diferença entre epopeia e tragédia, dizendo que, ao contrário desta, aquela é narrativa, isto é, difere quanto ao modo de imitar as ações, uma vez que admite o discurso proferido em nome do próprio poeta ao lado do que as personagens proferem em seu nome próprio. Distingui-se ainda a epopeia pela sua extensão ilimitada, contrastando com os limites impostos à duração do espetáculo trágico. Destinada à simples recitação, a epopeia permitia ao poeta, desenrolar nos seus vários milhares de versos, seqüências de ações compostas de múltiplas peripécias e participadas por vários personagens.” AMADO, Teresa. **Fernão Lopes contador de História: Sobre a Crônica D. João I**. Lisboa: Editora Estampa, 1991. p. 11.

¹²⁸ ARISTÓTELES. **Poética**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008. 1456a 5-10.

Por fim, Aristóteles entende que a epopeia está diretamente ligada a questão da imitação, uma vez que caracteriza os poetas como imitadores e pontua as formas de imitar das narrativas, sempre buscando a comparação entre os gêneros. “A epopeia segue de perto a tragédia por ser também imitação, com palavras e ajuda de metro, de caracteres virtuosos. Todavia, difere desta por ter um metro uniforme e por ser uma narrativa”.¹²⁹ Com esse apontamento, conceitua-se a epopeia como um gênero literário que o poeta, a partir de seus versos, torna possível a compreensão de um determinado grupo de pessoas a partir da “imitação”. Isso ocorre quando são construídos heróis que a partir de suas ações fantásticas representam e simbolizam as pessoas que o poeta quer fazer referência.

Quando se fala sobre a epopeia, pode-se observar que Luís de Camões busca uma série de características desse gênero literário em poetas da Antiguidade como em Homero e Virgílio. A obra *Os Lusíadas* assimilou esses modelos antigos e inovar em uma série de sentidos¹³⁰, porém manteve a estrutura poética dos clássicos. Seus leitores, estudiosos, analistas e interessados pela obra no geral acreditam que *Os Lusíadas* formem uma estrutura de enredamento narrativo que retome os padrões literários das epopeias gregas e latinas, sua grande inovação foi a exaltação dos portugueses, no coletivo, como identidade, contando com vários personagens da própria História de Portugal, e não como a *Ilíada* que teve apenas Aquiles como grande figura heroica.

Assim, Antônio José Saraiva entende a epopeia camoniana como símbolo de uma literatura que exalte a condição nacional portuguesa, isso ocorre quando o intelectual marca *Os Lusíadas* como a epopeia do “povo” português, valorizando o poema a partir de um viés nacionalista.¹³¹ Porém, Camões quando escreve *Os Lusíadas* como uma epopeia, caracteriza o poema a partir da identidade entre os Portugueses, quando, por exemplo, são expressas dificuldades por eles passadas, valorizando os personagens do enredo.¹³² É a partir desse

¹²⁹ Idem. 1449b 9-12.

¹³⁰ “A epopeia camoniana não repousa, porém, na pura aceitação dos ensinamentos dos poetas antigos; repousa, antes, numa consciente ligação com os mesmos. Os poetas latinos haviam já interpretado diversamente muitos dos fatos da poesia homérica. Luís de Camões, a seu modo, inovará a epopeia enriquecendo-a com novos ingredientes. A caracterização do protagonista diverge sensivelmente do tratamento dado dos antigos ao herói”. PIVA, Luís. **Do antigo e do Moderno na Épica camoniana**. Brasília: Clube de poesia e crítica, 1980. p. 13.

¹³¹ “Para nós uma epopeia clássica é vagamente uma coisa como *Os Lusíadas*. E também para Camões assim era. Ele quis conscientemente fazer uma epopeia. Homero, Virgílio, Ariosto, estavam no seu pensamento ao começar *Os Lusíadas*. Por um lado ele julgou – se atido a uma tradição própria do gênero e inventou um drama de personagens mitológicas (...) por outro lado, ele quis dar uma réplica às epopeias que o precederam (...) as façanhas que narra não são fábulas sonhadas, fantásticas, fingidas, mentirosas, além de que, são mais extraordinárias que as da antiguidade; e o seu tema é o mais épico de todos, porque não é um homem, mas um ‘povo’”. SARAIVA, Antônio José. **Para a história da cultura em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1946. Vol. I. p. 84. (aspas minhas)

¹³² “As epopeias são narrativas de fundo histórico em que se registram poeticamente as tradições e os ideais de um grupo étnico sob a forma de aventura de um ou alguns heróis. Normalmente as epopeias tem um herói central

gênero literário que o poeta ilustra a condição da lusitanidade e não uma construção narrativa ligada à nacionalidade.

É possível dividir as epopeias em dois tipos: um referente às obras que tem um personagem específico e o enredo está centrado nas idiossincrasias desse indivíduo, como por exemplo, a *Charson de Roland* e o *Cantar de Mío Cid*¹³³; o outro tipo de epopeia seriam as chamadas epopeias de “imitação”, nas palavras de Antônio José Saraiva, onde o grande herói representa um determinado povo. Como exemplo desse tipo de epopeia, aponta-se a *Eneida* de Virgílio.¹³⁴

É a partir dessa segunda classificação de epopeia que se pode entender a principal obra de Luís de Camões, *Os Lusíadas*, expondo a importância para os portugueses de conjugarem as singularidades grupais lusitanas, sintetizando o ser português.¹³⁵ Reafirma-se que não se deve entender a lusitanidade presente na epopeia camoniana como uma aspiração nacional portuguesa e sim como os elementos que formam a identidade dos portugueses no tempo de escrita do poeta. Camões escreve sobre o espírito guerreiro dos portugueses nas últimas estrofes d’*Os Lusíadas*: “Camões dirigi-se aqui aos guerreiros, propondo-lhes um ideal heroico de vida (...). E é também de guerreiros que fala nas últimas recomendações a Dom Sebastião, ao fechar do poema.”¹³⁶

Segue abaixo a passagem de *Os Lusíadas* referente à questão acima, sobre a valorização do português exaltado como heroico. É possível observar um ideal de expansão da fé cristã e a luta contra o muçulmano, além da homenagem à D. Sebastião, conhecido por sua devoção ao cristianismo:

“E não sei por que influxo do destino
Não tem um ledor orgulho, e geral gosto,
Que os ânimos levanta de continuo

e narram as dificuldades através das quais se afirmou triunfantemente a personalidade dele”. SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.**, p.121.

¹³³ “Dizendo isto tenho presentes aquelas epopeias que chamarei de primitivas e que poderíamos talvez definir como sendo as que se geram numa fase em que o grupo étnico se encontra em processo de expansão guerreira. Daqui vem a força empolgante dos heróis épicos. São verdadeiros caracteres e dão-nos a ilusão de serem a causa efetiva dos acontecimentos. Como “epopeias primitivas” poderíamos mencionar os poemas homéricos, a *chanson de Roland* e o *Cantar de Mío Cid*, para não sair do mundo ocidental. Há diferença entre elas, mas todas tem de comum o relevo dos heróis”. SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.**, p. 121 – 122.

¹³⁴ “Assim nasceu um novo tipo de epopeia, a que se poderia chamar a ‘epopeia de imitação’, cujo principal exemplo é a *Eneida* de Virgílio. As circunstâncias em que nascem as epopeias de imitação são inteiramente diferentes das produzem as epopeias primitivas. Tendem a impor-se certas noções abstratas, como a de estado, a de natureza, no lugar dos deuses e dos heróis étnicos, os quais se convertem progressivamente em alegorias de abstrações ou em motivos de ritual”. SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.**, p. 122.

¹³⁵ “Os humanistas portugueses tinham consciência muito viva do caráter épico da história nacional e várias vezes aventaram o projeto da epopeia. Além dos temas universais, os humanistas portugueses traziam a noção de epopeia os seus temas próprios. É um desses a missão providencial dos portugueses na difusão da fé cristã e na luta contra o Árabe.” SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.**, p. 124 – 125.

¹³⁶ Idem, p. 140.

A ter para trabalhos ledos o rosto.
Por isso vós, ó Rei, que por divino
Conselho estais no régio solo posto,
Olhai que sois (e vede que as outras gentes)
Senhor só de vassallos excelentes!

Olhai que vão, por várias vias,
Quais rompentes leões, e por bravos touros,
Dando os corpos a fomes, vigias,
A ferro, a fogo, a setas e pelouros;
A quentes regiões, a plagas frias,
A golpes de idólatras e de mouros,
A perigos incógnitos do mundo,
A naufrágios, a peixes, ao profundo;

Por vos servir a tudo aparelhados
De vós tão longe sempre obedientes
A quaisquer vossos ásperos mandados,
Sem dar resposta prontos e contentes.
Só com saber que são de vós olhados,
Demónios infernais, negros e ardentes
Comentaram convosco; e não duvido
Que vencedor vos façam, não vencido” (X, 146 – 148).

Luís de Camões, ainda claramente em seu poema incita os portugueses à prática da guerra, onde o próprio canto se mistura com a política praticada por D. Sebastião:

“De Formião, filósofo elegante,
Vereis como Aníbal escarnecia,
Quando das artes bélicas diante
Dele com larga voz tratava, e lia.
A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando, ou estudando,
Senão vendo, tratando, e pelejando” (X, 153).

Em algumas partes do poema pode-se observar uma série de conquistas portuguesas e a consolidação política lusa em terras estrangeiras, essas empresas expostas por Camões vão ser exaltadas por alguns intelectuais. Vitor Emanuel de Aguiar Silva foi um exemplo de estudioso que delegou um sentido ao Portugal de Camões como uma instituição a-histórica, ou seja, escrevendo que o reino português seria eterno no fluxo do tempo e em seu apogeu político.¹³⁷ Esse tipo de argumento encontra força nas passagens em que o poeta expressa

¹³⁷ “O herói exaltado é efetivamente a totalidade concreta e orgânica de uma comunidade, visionária e glorificada na inconsútil urdidura do seu destino histórico, e não tão somente cantada na crônica avulsa dos seus heróis e dos seus feitos. E deste modo a expansão portuguesa, com o seu belicismo e as suas vicissitudes, adquire o teor universalista que a contradistingue da mera cobiça humana (...). Cifra-se em serviço da cristandade, da sua fé e da sua civilização, e, como profecia júpiter, dela há de resultar a instauração, à escala ecumênica, de uma sublimada justiça”. SILVA, Vitor Emanuel de Aguiar. **Significado e Estrutura de “Os Lusíadas”**. In: Comissão executiva do IV centenário de publicação de “Os Lusíadas”. Lisboa: 1972. p. 13 – 14.

alguns elementos da dominação portuguesa, seja o “*desbarato*” dos “*turcos duros*”, as “*leis melhores*”, a criação de “*fortalezas, cidades*” ou os “*altos muros*”.

“Fortalezas, cidades e altos muros,
Por eles vereis, filha, edificados;
Os turcos belacíssimos e duros,
Deles sempre vereis desbaratados;
Os reis da índia livres, e seguros,
Vereis ao rei potente subjugados:
E por eles, de tudo enfim senhores,
Serão dadas na terra leis melhores” (II, 46).

Muitos portugueses humanistas tentaram consolidar uma epopeia portuguesa, mas apenas Camões conseguiu formá-la nos moldes dos antigos poemas.¹³⁸ Apontam-se várias aproximações entre a epopeia lusa de Camões e as obras dos clássicos antigos, como por exemplo, o lugar dos narradores de transmissão desse discurso épico e a ausência da emotividade característica da lírica.¹³⁹ Assim, ao contrário de uma questão nacional ou entender Portugal como uma instituição a-histórica o que Camões pretendeu foi usar a epopeia para valorizar a lusitanidade.

1.4 *Os Lusíadas*, a lusitanidade e a “Pátria Cara”

A ideia de pátria está muito presente no poema escrito por Camões. Esse tema é uma das matrizes centrais para os estudos camonianos. Essa ideia vem a ser constituída no poema a partir dos feitos históricos de Portugal, fazendo grandes alusões à formação do reino português. “Camões foi um dos portugueses que mais se ocuparam com as ‘coisas’ da pátria, sabendo-as distinguir dos sistemas políticos e das pessoas.”¹⁴⁰ O poema *Os Lusíadas* a partir dos feitos heroicos portugueses tem a intenção de registrar a história lusa, narrando pontos específicos e bastante simbólicos:

“É o poema camoniano concebido e realizado no intuito de fixar para a posteridade as façanhas com que, edificando e sublimando um novo reino entre gente remota, também servimos o interesse humano, contribuindo para o progresso do mundo. Por isso a obra de arte que o poema é, a valoriza o expoente do ser, para além do

¹³⁸“Camões propôs-se realizar a empresa desejada por Ângelo Poliziano, por João de Barros e por Antonio Ferreira: dotar o mundo moderno com uma réplica dos poemas épicos antigos; dar aos feitos dos portugueses uma categoria universal; enobrecer a língua com a realização nela do gênero literário considerado máximo.” SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit**, p. 126.

¹³⁹ “Uma epopeia é basicamente uma narrativa e como tal importa o que nela se narra: o contexto, a matéria épica. Como narrativa, seu discurso é transmitido por um ou mais narradores que na epopeia antiga eram basicamente objetivos, não dando nunca importância a função emotiva da linguagem que caracteriza a poesia lírica. Esse foi o exemplo que Camões encontrou em Homero e Vergílio, que mais de perto o seguiu”. BERARDINELLI, Cleonice. **Os Excursos do Poeta n’ “Os Lusíadas”**. In: Separata da Revista Ocidente. Lisboa: 1972. p. 246 – 247.

¹⁴⁰ COELHO, Alexandre. **Os Lusíadas e a Pátria**. Braga: Pax, 1972. p. 9.

encanto da sensibilidade estética, lição moral heroica, dada tanto a portugueses como a todos os outros cristãos”.¹⁴¹

A intenção de Luís de Camões era marcar historicamente mais que o reino português, mas a identidade lusitana ao expor juntamente com os episódios históricos do reino de Portugal as características dos portugueses impressas nos versos de seu poema. Isso é comprovado quando Camões canta os primeiros versos de sua obra, identificando os portugueses como os “Barões Assinalados”.

“As armas, e os Barões assinalados,
Que da ocidental praia lusitana,
Por mares nunca de Antes navegados,
Passaram inda além da Taprobana;
E em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
Entre gente remota edificaram
Novo reino, que tanto sublimaram:

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis, que foram dilatando
A fé, o Império e as Terras viciosas
De África, e de Ásia andaram devastando:
E Aqueles que por obras valerosas
Se vão da lei da morte libertando;
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte,” (I, 1 – 2).

O poeta foi exaltado por puro nacionalismo, sem debater analiticamente essa questão em termos literários ou historiográficos, sendo enaltecido para valorizar a criação da nação portuguesa contemporânea. Esta questão pode ser observada na obra de Alexandre Coelho que afirma que: “Os Lusíadas são, por assim dizer, um livro quase sagrado, do qual se expande espiritualmente tudo o que possa valorizar a pátria e que os portugueses não devem deixar de ler.”¹⁴²

Existiram alguns usos posteriores da ideia de pátria impressa em *Os Lusíadas*, como por exemplo, a inspiração que Camões ofereceu para a Restauração Portuguesa de 1640, ou como também para a própria construção do nacionalismo português no século XIX.¹⁴³ Deve-se ter por consciência que as palavras têm sua historicidade, ou seja, sofrem transformações semânticas ao longo do tempo, assim, as leituras empreendidas da “pátria” de Camões se

¹⁴¹ CIDADE, Hernâni. **Op. Cit.**, p. 327

¹⁴² COELHO, Alexandre. **Op Cit.**, p. 26.

¹⁴³ “Se Camões morreu com a pátria em 1580, deixou-lhe *Os Lusíadas*, que haviam de ser o estímulo para o renascimento, sessenta anos depois. Sob o jugo espanhol as numerosas edições revelam como eles foram a fé e a esperança na redenção. Insiste Teófilo Braga: ‘Basta considerar que o espírito organizador da revolução de 1640, João Pinto Ribeiro, comentara, *Os Lusíadas* de sua mão e que todos os movimentos nacionais, como os de 1820, 1834 e 1910 foram consequências de uma unanimidade afetiva, inspiradas pela compreensão dos *Lusíadas*’” PEIXOTO, Afrânio. **Ensaio Camonianos**. Lisboa: Instituto Nacional do Livro, 1981. p. 38.

alteram ao longo desses movimentos históricos de Portugal. Certamente a noção de “pátria” de João Pinto Ribeiro é algo extremamente diferente dos movimentos nacionalistas que ocorreram posteriormente nos séculos XIX e XX, por exemplo. As nações modernas surgem no fim do século XVIII e ao longo do século XIX, com Portugal não é diferente¹⁴⁴.

A ideia de nação como conhecemos hoje é um fenômeno bastante novo, surgido com a modernidade, não fazendo parte da realidade social do poeta.¹⁴⁵ Desta forma, pode ser rechaçada qualquer ideia de nação e/ou nacionalismo criado por Luís de Camões em *Os Lusíadas*, o que o poeta traz é a valorização de um sentimento grupal da identidade dos portugueses. Um exemplo que pode ser observado é a valorização da identidade portuguesa muito ligada ao reino, aos descobrimentos e a expansão ao ultramar.¹⁴⁶

Esses elementos históricos citados por Camões foram revertidos em eventos formadores da nação portuguesa. Nessa corrente, a obra de Pedro Calmon *O Direito e o Estado N’Os Lusíadas* expressa a importância da noção de pátria no poema.

“A noção do território pátrio – não simbólico e vago, mas o “ninho paterno”, marcado e demarcado - constitui o argumento primário d’*Os Lusíadas*. Tinha “clima e região” (II, 109) suaves na “ocidental praia”, ao pé da Espanha “onde a terra se acaba e o mar começa”(III, 20), “quase cume da cabeça – da Europa toda, o Reino Lusitano ...” Terra velha, querida, e sua!”¹⁴⁷

Discordando de Pedro Calmon, entende-se que a pátria que Luís de Camões expõe em *Os Lusíadas* é a noção do reino português não como território físico, fronteiriço, mas como lugar pertencente das pessoas que fazem parte da condição lusa. A pátria camoniana é um dos fatores que marcam essa noção de lusitanidade, sendo elemento central da identidade portuguesa. A pátria é algo formado ao longo da história nos versos de Camões a partir dos momentos singulares dos portugueses na formação do reino, e não algo físico. A ideia exposta por Pedro Calmon está relacionada à noção das fronteiras modernas e nacionais. O reino

¹⁴⁴ “As nações, sabemos agora – não são ‘tão antigas quanto a história’, como pensava Bagehot. O sentido moderno da palavra não é mais velho que o século XVIII, considerando-se ou não o variável período que o precedeu”. HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 15.

¹⁴⁵ “Dada à novidade histórica do conceito moderno de “nação”, sugiro que o melhor modo de entender sua natureza é seguir aqueles que, sistematicamente, começaram a operar com esse conceito em seu discurso político e social durante a Era das Revoluções, especialmente, a partir de 1830, com o nome de princípio da nacionalidade. Na Era das Revoluções, fazia parte, ou cedo se tornaria parte, do conceito de nação, que esta deveria ser uma e indivisa, como na fase francesa. Assim considerada, a “nação” era o corpo de cidadãos cuja soberania os constituía como um estado concebido como sua expressão política. Pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania ou da escolha e participação de massa”. Idem., p. 31.

¹⁴⁶ “Para qualquer lado que nos voltemos, na literatura e na cultura portuguesa da primeira metade do século XVI, salta-nos aos olhos, como nota maior, a tendência para a exaltação mítica dos descobrimentos. Fica de pé a inerência do fenômeno ultramarino à estrutura psico-histórica do povo lusitano”. DIAS, José Sebastião da Silva. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. Lisboa: Presença, 1973. p. 20.

¹⁴⁷ CALMON, Pedro. **O Estado e o Direito N’Os Lusíadas**. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1945. p. 12.

camoniano luso pertence a uma ideia de Portugal mais abstrata e menos palpável do que afirma Calmon.

“Estas figuras todas que aparecem,
Bravos em vista, e feros nos aspeitos;
Mais bravos e mais feros se conhecem
Pela fama, nas obras e nos feitos :
Antigos são mas inda resplandecem
Com o nome, entre os engenhos mais perfeitos:
Este que vês é Luso, d’onde a fama
O nosso reino Lusitânia chama” (VIII, 2).

A alusão à pátria portuguesa pode então ser entendida como algo construído historicamente, formando o reino através da iniciativa dos personagens lusitanos.

“O prazer de chegar á pátria cara,
A seus penates caros, e parentes,
Para contar a peregrina e rara
Navegação, os vários céus e gentes;
Vir a lograr o prêmio que ganhara
Por tão longos trabalhos e acidentes,
Cada um tem por gosto tão perfeito,
Que o coração para ele é vaso estreito” (IX, 17).

Observa-se que Camões fala também do “amor à pátria”. O poeta ressalta essa afetividade porque a pátria era um lugar entendido como de origem de um determinado grupo que compartilhava determinados interesses, valores e uma identidade, a condição portuguesa em si. Esse “amor” pode ser traduzido como a solidariedade existente entre os portugueses pelo seu passado visto como comum a partir do enredamento dos episódios heroicos dos personagens de Portugal.

“Vereis amor da pátria, não movido
de prêmio vil, mas alto e quase eterno
Que não e premio vil ser conhecido
Por um pregão do ninho meu paterno.
Ouvi: vereis o nome engrandecido
Daqueles de quem sois senhor superno:
E julgareis qual é mais excelente,
Se ser do mundo rei, se de tal gente”(I, 10).

Para construir a ideia de pátria camoniana foi necessária a presença do rico conteúdo inserido na epopeia de Camões sobre os feitos heroicos dos portugueses, o poeta também vai aos cronistas medievais a fim de embasar historicamente seu poema, moldando muitos personagens de *Os Lusíadas*. Ou seja, para preencher de sentido a identidade portuguesa, o

poeta adorna seus versos com a história de Portugal, delegando aos seus personagens uma estética heroica.¹⁴⁸

Camões ajuda a desenvolver e fixar a noção da condição portuguesa, a ideia de lusitanidade, através dos feitos portugueses, e consolida na parte histórica do poema muito dessa identidade lusa. Como símbolos dessa questão, pode-se observar a Batalha de Ourique e a Batalha de Aljubarrota, onde o poeta lida com outros povos, com o diferente, com o estrangeiro para definir a ideia de lusitanidade presente no poema. A partir do diferente é que o poeta entende os próprios portugueses. Assim os castelhanos e os mouros, principais adversários nas respectivas batalhas, fazem o papel da alteridade dos portugueses em seu processo de localização e definição no mundo, e apenas com a confrontação da diferença que a formação da identidade lusa pode se construir.

Hernâni Cidade, Saraiva e outros importantes estudiosos portugueses vão se apoiar nesses e em outros importantes momentos da História de Portugal mencionados por Camões para preencher de sentido a moderna nacionalidade de Portugal. Esses episódios serviram de símbolo no século XX para a valorização de certos posicionamentos políticos. *Os Lusíadas* foram utilizados como justificativa para a Ditadura Salazarista, porém, o poema fora usado também como elemento de oposição ao regime de Salazar por intelectuais, como Saraiva e Cidade.¹⁴⁹

A escrita da história portuguesa em *Os Lusíadas* foi formada a partir do confronto com o outro, principalmente nas duas importantes Batalhas de Ourique e Aljubarrota. Entende-se que Camões valorizou a tanto o ofício da guerra como o ofício da escrita, essas duas aptidões vão pautar o discurso heroico do poeta, deixando clara a valorização das batalhas históricas de Portugal por Camões como elementos formadores da lusitanidade.¹⁵⁰

“Olhai, que há tanto tempo que cantando
O vosso Tejo, e os vossos lusitanos,
A fortuna me traz peregrinando,

¹⁴⁸ “Sendo *Os Lusíadas* epopeia nacional, de assunto histórico e moderno, não admira procure o poeta nos cronistas e historiadores a maior parte do material, que seria posto em verso. É assim que Fernão Lopes, Duarte Galvão, Rui de Pina, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Damião de Góis foram permanentes fontes que o poeta recorreu para a informação acerca da história nacional”. PIVA, Luís. **Op. Cit.**, p. 14

¹⁴⁹ “Assim, o poema camoniano, sendo o mais expressivo do momento português, é igualmente o que melhor representa aquela fase da evolução do homem. Luta o português pela formação da nação, conta o castelhano que lhe negava autonomia, contra o Mouro que lhe ocupava território, quer dizer, contra os obstáculos que a impedião de ser dos mais operantes agentes na civilização do mundo. Luta pelo cumprimento da missão que a situação geográfica lhe determinava, estabelecer no mundo a hegemonia da civilização mais progressiva”. CIDADE, Hernâni. **Op. Cit.**, p. 339.

¹⁵⁰ “Assim, poeta e soldado, Camões se apresenta em seu poema, como já apresentara a César, historiador e guerreiro: ‘n ã a mão a pena, e noutra a lança’ (V, 96, v. 3). O aedo que canta os feitos de Portugal entende dos dois ofícios e a ambos os valoriza. Sabe da importância do cantado e da importância do canto”. BERARDINELLI, Cleonice. **Estudos camonianos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 57.

Novos trabalhos vendo, e novos danos:
Agora o mar experimentando
Os perigos mavórcios inumanos;
Qual Canace, que à morte se condena,
Numa mão sempre a espada, e noutra sempre a pena”. (VII, 79)

A importância dessas batalhas pode ser atestada a partir da perspectiva de Antônio José Saraiva, pois segundo o autor, as batalhas, em especial a de Aljubarrota constitui o elemento estruturante da epopeia camoniana.

“No conjunto da história de Portugal, tal como a narram *Os Lusíadas*, Aljubarrota é a batalha, elemento estrutural das epopeias. Há outros episódios de guerra, mas narrados em traços sintéticos e panorâmicos, sem a especificação de feitos individuais, discursos de chefes, ataques e contra – ataques que encontramos neste. São como que prelúdios nesta batalha em que os feitos de guerra atingem o máximo de intensidade”.¹⁵¹

Sobre os heróis do poema camoniano, observa-se que eles são medidos pela forma como ajudaram a construir o reino de Portugal¹⁵², assim como a ideia de lusitanidade. Tem-se em Ourique o lendário rei guerreiro fundador de Portugal D. Afonso Henriques; para o caso da Batalha de Aljubarrota, D. Nuno Álvares Pereira, grande amigo de D. João I, Mestre de Avis. Nota-se que esses personagens narrados por Camões estão diretamente ligados, sobretudo, ao lugar luso em formação, o reino português, conectados também, historicamente, por consequência, a essa condição portuguesa.

Camões utiliza os momentos históricos portugueses para a construção da lusitanidade, e fez o mesmo com os personagens que aparecem ao longo do poema, seja Afonso Henriques em Ourique ou o Mestre de Avis em Aljubarrota, porém da mesma forma como os momentos históricos de Portugal foram usados como símbolos nacionais, isso também ocorrerá com os personagens históricos da lusitanidade construídos pelo poeta.¹⁵³

Em Ourique temos os mouros como a alteridade no poema, o rei Ismar e seus aliados confrontam as hostes de Afonso Henriques. A presença moura em *Os Lusíadas* é vista não apenas em um ponto específico do poema, como são os castelhanos na Batalha de Aljubarrota, mas fazem presença ao longo de várias partes do poema.

¹⁵¹ SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.** p, 117.

¹⁵² “Não faltam descrições de recontros bélicos e silhuetas de heróis nas estrofes d’*Os Lusíadas*. Atentemos nas que o Poeta com mais viva e comunicativa emoção tratou, por seu maior relevo na história, por suas consequências de maior eficiência nos nossos destinos. São como já dissemos, os grandes quadros das batalhas de Ourique, do Salado e de Aljubarrota – três momentos críticos na história de Portugal e da Península”. CIDADE, Hernâni. **Luís de Camões – O épico**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1968. p. 157.

¹⁵³ “Seu valor se mede pela contribuição que oferecem à Empresa de seu rei, à glória de sua pátria. Daí o caráter de mera legenda, apontamento rápido que de cada um deles nos é dado, sobretudo quando figuras secundárias na economia do poema. As figuras, porém, que as bandeiras representam não são os reis (abre-se exceção para D. Afonso Henriques, por quem o poeta mantém nítida predileção), mas os barões assinalados, incluindo Egas Moniz e Nuno Álvares”. Idem, p. 168.

“O herói é o Luso. O luso horrendo, que edificará fortalezas, cidades e altos muros; desbaratará os turcos belacíssimos e duros, tornará o mar roxo amarelo, de enfiado; subjugará o poderoso reino de Ormuz, duas vezes tomado; mostrará seu preço na defesa em dois cercos da inexpugnável Diu, com feitos que farão invejoso o grão mavorte e blasfemo contra o céu o maometano moribundo; conquistará Goa, desbaratará Calecut, sustentará Cananor com pouca gente, subjugará os reis da Índia, ao mesmo tempo que a todos há de libertar e segurar contra as tiranias com que uns aos outros se oprimem”.¹⁵⁴

Em Aljubarrota são os castelhanos que são representados como a alteridade existente no conflito específico. Essa adversidade presente no embate entre portugueses e castelhanos serviu para consolidar de vez a independência lusa sobre os demais povos da Península Ibérica e distingui-los a partir da autodeterminação portuguesa. Pauta-se, sobretudo, Camões na preocupação em demarcar as diferenças entre os portugueses e castelhanos envolvidos no conflito por grande apelo discursivo, nota-se que a coragem e bravura portuguesas são elementos idiossincráticos da “gente lusitana”. Observam-se algumas dessas questões presentes na Batalha de Aljubarrota.

“O discurso é uma excelente peça oratória, como todas as d’*Os Lusíadas*. Basta salientar o que nele marca a impetuosidade do homem de ação, que mais explode suas emoções de espanto indignado e decisão heroica do que expõe razões de agir. Eficaz, veemente apelo à coragem adormecida: como é possível a covardia entre os Portugueses, na eminência de ver sujeito o Reino? Como?! Não sois vós os descendentes daqueles que venceram os castelhanos ?!”¹⁵⁵

É a partir da exaltação dos portugueses e da diferenciação com os outros povos envolvidos em conflitos com os lusitanos, que Luís de Camões traça a identidade e as características singulares dos portugueses.

A relação de alteridade vista nos mouros e nos castelhanos a partir das batalhas já supracitadas presentes em Camões insere o poeta em um campo discursivo de interinfluências com cronistas anteriores ao mesmo, são eles Fernão Lopes e Duarte Galvão. Entende-se que Camões representa o ponto de encontro dos mais simbólicos e representativos episódios da História de Portugal, assim, *Os Lusíadas* são o ponto conectivo, a interseção e o cruzamento das narrativas históricas portuguesas para a elaboração da noção de lusitanidade. Os casos de Aljubarrota e Ourique são parte desse grande eixo histórico concentrado no poema de Camões, eventos que ajudaram a consolidar a identidade lusa. Fernão Lopes foi aquele que em sua *Crónica de D. João I* narra a Batalha de Aljubarrota, enquanto que Duarte Galvão em sua *Crónica de D. Afonso Henriques* descreve a lendária Batalha de Ourique, escritos que foram o sustentáculo da lusitanidade camoniana.

¹⁵⁴ Idem, p. 175.

¹⁵⁵ Idem, p. 164.

Deve-se ressaltar que a historiografia sobre a literatura portuguesa dos séculos XIX e XX se utilizou dos elementos da lusitanidade presentes em Camões e nas crônicas para valorizar a nacionalidade. Ao contrário da nacionalidade portuguesa a condição lusa não é algo moderno, mas presente na mentalidade dos homens do século XV e XVI, que para se compreenderem no mundo buscavam uma assimilação histórica com os momentos ímpares e personagens lendários.

Capítulo II

A Batalha de Ourique: Os mouros como alteridade, o mito fundador português e a lusitanidade

Neste capítulo se observa a relação de alteridade entre os portugueses e os mouros como elemento formador da identidade portuguesa. Analisam-se as principais narrativas do confronto escritas nos séculos XV e XVI, como também, o poema de Camões.

Inicialmente há um debate historiográfico sobre a Batalha de Ourique, o reinado de Afonso Henriques, as questões políticas que permeavam Portugal no século XII, assim como uma análise sobre o mito do surgimento dos portugueses na dita batalha. Será observada também a importância da figura de D. Afonso Henriques para a Batalha de Ourique, como personagem central da lenda e como responsável pela coesão lusa na História de Portugal.

Seguidamente contempla-se uma análise sobre as principais obras que abordaram a Batalha de Ourique e a construção de sua respectiva lenda nos séculos XV e XVI. Essas obras são analisadas juntamente com o poema camoniano a fim de observar o desenvolvimento desse famoso episódio português, também discutindo a ideia de identidade lusa presente nesses escritos. Dentre as principais obras estão: A crônica de Duarte Galvão, intitulada *Crónica de D. Afonso Henriques* de 1505 e a *Crónica do Reino de Portugal* de 1419.

2.1 Os conflitos ibéricos e os reinos do Conde D. Henrique e de D. Afonso Henrique: Uma análise acerca de Portugal antes da ideia de Portugal

Muito se fala sobre a Batalha de Ourique como um importante episódio para a formação de Portugal, para que se possa discuti-lo é necessário analisar os acontecimentos que o antecederam, como por exemplo, o reinado do Conde D. Henrique e o reinado de D. Afonso Henriques.

Quando se fala sobre o Condado Portucalense e da dinastia que é entendida como a que “fundou” Portugal, é importante entender características singulares que diferem a gestão do condado, das outras formas de gerir os reinos cristãos da Península Ibérica. Alguns historiadores, ao analisar esse período histórico “português”, vão entender que a pequena região do condado e o laço de parentesco das famílias de nobres já gerariam certa unidade

entre as pessoas do lugar.¹⁵⁶ A particularidade portuguesa não para apenas nas suas estruturas governativas, mas na própria forma de representar os títulos, se é capaz de observar essas diferenças do Condado Portucalense em relação a Leão e Castela.¹⁵⁷

Essa especificidade administrativa do Condado Portucalense é consequência da vontade do Conde Henrique de Borgonha em conseguir uma autonomia política frente o reinado de Leão, principal reino da Península Ibérica no final do século XI e início do XII, ou seja, nesse momento o que o Conde D. Henrique faz é afastar-se das relações políticas de obediência em relação ao monarca leonês, tomando então o condado para si e atribuindo uma gestão própria para o local, fazendo-o dele suas posses.¹⁵⁸

Nesse período é possível constatar uma série de conflitos entre os diversos reinos cristãos da Península Ibérica por disputas territoriais e poder. Uns querem submeter os outros a seu mando político. Os monarcas entendiam as terras como propriedades pessoais, buscando, protegê-las através de conflitos armados se assim fosse necessário. Entende-se que nesse período não havia qualquer marca de identidade portuguesa, mas a vontade de grandes senhores de terra, como o Conde D. Henrique, em firmar seu poder político sobre alguns territórios da península, ficando independente do mando político de Leão e Castela. “Portugal defende a separação. (...) Debate-se mais de uma vez a questão com as armas; não porque se chocassem os sentimentos nacionais, mas porque os príncipes defendiam o que era, ou julgavam ser, propriedade sua.”¹⁵⁹

Oliveira Martins como exemplo de diversos historiadores dos séculos XIX e XX, buscou atribuir uma origem para a nacionalidade portuguesa. Como já se observou a ideia de nação portuguesa apenas surgiu no século XIX. O que pode-se buscar analisar no período em

¹⁵⁶ “O processo de afirmação da nobreza portucalense é análogo ao da nobreza de outras regiões, embora de maneira particularmente linear, quando comparado com a delas, porque a área em que domina é mais reduzida, porque a maioria das famílias está unida por laços de parentesco e porque a proximidade da fronteira lhe impõe uma certa unidade. Por comparação com ela, outras nobrezas peninsulares, apresentam uma composição mais variada, porque resultam da cristalização de poderes de níveis diferentes, contam com maior número de grandes senhores, estão mais próximas da corte”. MATTOSO, José. **História de Portugal: A monarquia Feudal (1096 – 1480)**. Lisboa: Estampa, 1992. p. 17

¹⁵⁷ “A diversidade regional, mais acentuada para Leão e Castela, verifica-se também em Portugal. Num primeiro momento, isto é, em textos anteriores a 1165, encontram-se numerosas referências à dualidade constituída pelos dois antigos condados de portucale e de Coimbra. No entanto, a intitulação dos Condes Henrique e Teresa e de Afonso Henriques é constantemente e apenas a de senhores, condes, príncipes ou rei “portucalense” ou dos “portucalenses”. Esta prática contrasta com os costumes da chancelaria real de Leão e de Castela, que ora usam um título evocativo do direito do seu rei em dominar toda a península, ora mencionam as várias províncias que compõem os seus estados”. Idem, p. 18.

¹⁵⁸ “A causa da separação de Portugal do corpo da monarquia leonesa não é obscura, nem carece de largas divagações para definir-se: é a ambição de independência do governador do condado, que tinha do rei suzerano; é o afastamento desta nova região roubada aos sarracenos; é a necessidade de pulverização da soberania, que a ideia com a de propriedade, e a ignorância de meios administrativos de manter a ordem em terrenos dilatados”. MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Livraria, 1942. p. 26 – 27.

¹⁵⁹ Idem, p. 27.

questão é a origem da condição portuguesa, noção muito diferente da nacionalidade, surgida, a partir do que os relatos apontam, em Ourique. Quando Oliveira Martins afirma que não existia “sentimentos nacionais”, entende-se que nesse momento histórico do Condado Portucalense não havia a noção da condição portuguesa. Deve-se, portanto, redimensionar o conceito de “nação” para o de “condição” ao se discutir a existência da lusitanidade no período em questão.

Pode-se também observar que ocorreu na Península Ibérica um processo de dominação dos reinos de fé cristã sobre os territórios da península de fé muçulmana. O Condado Portucalense não se torna exceção quando D. Henrique iniciou as investidas sobre o domínio dos mouros.¹⁶⁰ É a partir de então que o Condado Portucalense expandiu seus territórios com a administração do Conde D. Henrique, uma vez que este passa a travar suas investidas contra os infiéis.¹⁶¹

Essa investida contra os muçulmanos vai ganhando forças aos poucos, até que cristãos de fora da Península Ibérica vão para o local ajudar no confronto contra os mouros. São inúmeros os relatos de cristãos provenientes de toda a Europa para ajudar na empreitada contra os muçulmanos.¹⁶²

Após sua morte, o Conde D. Henrique de Borgonha teve como herdeiro D. Afonso Henriques¹⁶³, um dos grandes personagens da História de Portugal, figura que teve sua imagem vinculada ao nascimento da condição portuguesa e a luta contra o infiel. Porém, antes de se tornar possuidor do Condado teve que entrar em conflitos políticos com sua mãe, D. Teresa. “O conde D. Henrique deixou um filho varão de tenra idade - D. Afonso Henriques – que, segundo a tradição, havia nascido em Guimarães. O governo do condado passou, por

¹⁶⁰ “A circunstância que mais decisivamente determina este caráter de nossa história primitiva é a conquista dos territórios sarracenos de aquém Mondego, levada a cabo pelos barões portugueses, sem os auxílios do suzerano de Leão.” Idem, p. 67.

¹⁶¹ “O condado portucalense, cujo nome parece derivar de portucale, antiga cale, povoação situada junto da foz do douro, possuía limites difíceis de determinar. Terra portucalense era desde o século XI, a parte da galiza que se estendia do vougá até o norte do douro.” MATTOSO, Antônio G. **História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1939. p. 55.

¹⁶² “Os perigos que corriam os cristãos na Espanha, as façanhas de Afonso VI, a luta e que se empenhava a Europa contra a invasão muçulmana atraíram a península grande numero de estrangeiros que vinham alistar na cruzada contra o Islão”. Idem, p. 54.

¹⁶³ “Filho de Henrique de Borgonha e de Teresa, bastarda de Afonso VI de Leão, nasce em Coimbra e passa a infância e a adolescência nas terras do condado portucalense, sendo educado por representantes de uma nobreza regional que se encontrava animada por um sentimento de autonomia em relação a monarquia leonesa. É essa nobreza, apoiante de uma monarquia separatista desenvolvida durante o governo do conde Henrique, que fará do jovem armado cavaleiro aos treze anos na Catedral de Zamora. Após a Batalha de São Mamede (1128), contra os partidários da política galega, Afonso Henriques inicia o governo do condado. Em 1139, numa ação simultânea com o imperador, que empreende uma campanha pela fronteira de Toledo e conquista Oreja, Afonso alcança uma vitória sobre os Mouros em Ourique, passando a partir daí intitular-se rei de Portugal”. PEREIRA, José Costa. **Dicionário Enciclopédico da História de Portugal**. Lisboa: Alfa, 1990. p. 23.

isso, para sua mãe D. Teresa, que os documentos da época consideram astuta, insinuante e formosa”¹⁶⁴

Próximo à localidade de nascimento de Afonso Henriques, o futuro monarca se armou e conseguiu aglutinar várias forças contra D. Teresa para dominar as terras deixadas pelo pai. D. Teresa lutou e foi derrotada por seu filho, onde teve que se exilar. Dessa forma, D. Afonso Henriques pôde, enfim, dominar os territórios herdados pelo Conde D. Henrique.¹⁶⁵

D. Afonso Henriques, foi reconhecido pelos portugueses como um personagem de importância fundamental de fundador da monarquia lusitana e a de defensor da cristandade pelos combates travados contra os povos muçulmanos¹⁶⁶. Isso está bem explícito na fala do religioso do século XVII Frei Antônio Brandão:

“Chegamos a dar princípio as cousas, do Infante D. Afonso Henriques, matéria ilustre, gloriosa, e a mais importante desta história, porque este felicíssimo príncipe não só com as armas e valor deu lustre ao nome de Portugal, e estendeu seu senhorio, mais foi o primeiro que alcançou com sua espada o título real; o defendeu com a mesma força dos príncipes cristãos e engrandeceu contra a dos mouros com vitórias continuas e milagrosas. Quando tomou o governo de Portugal este era o estado das cousas da Cristandade”¹⁶⁷.

O rei Afonso Henriques, a partir da luta contra os mouros e em favor da ampliação dos domínios da cristandade e do Condado Portucalense constrói em torno de si uma imagem heroica, passando a ser reconhecido como aquele que inicia o processo histórico de Portugal a partir da luta contra o infiel.¹⁶⁸ Pode-se observar que em torno da figura de Afonso Henriques uma série de mitos foram criados, essa figura histórica construída ao longo do tempo pelos

¹⁶⁴ MATTOSO, Antônio G. **Op. Cit.**, p. 59.

¹⁶⁵ “Afonso Henriques que a si mesmo se armara cavaleiro em 1125, na catedral de Zamora, tinha visto crescer a sua volta um partido numeroso, que ansiava por coloca-lo à frente do governo. D. Teresa, cujas relações com um fidalgo galego, lhe haviam criado antipatias, tinha porém por seu lado, sequazes fiéis e decididos, recrutados principalmente entre os barões da Galiza. Os dois partidos vieram por fim a envolver-se em luta no campo de S. Mamede, junto de Guimarães. Vencidos os partidários de D. Teresa, esta foi expulsa de Portugal e morreu no exílio em 1130”. Idem, p. 60.

¹⁶⁶ “As primeiras operações de ataque aos inimigos muçulmanos comandados por Afonso Henriques podiam ainda ser vistas como uma forma de defesa: o seu principal objetivo era neutralizar os pontos de onde partiam os ataques mouros a Coimbra. Os combates eram motivados por circunstâncias locais. Mas depressa começou a predominar a estratégia ofensiva”. MATTOSO, José. **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. p. 112.

¹⁶⁷ BRANDÃO, Antônio. **Monarchia Lvsitana**. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1632. p. 91.

¹⁶⁸ “A guerra contra os muçulmanos, essa sim, tinha um verdadeiro caráter militar e político, quando era conduzida pelos reis. A partir de meados do século XI, há o propósito de apropriação de pontos estratégicos, de defesa eficaz do território, de alcançar objetivos definitivos. É precisamente o sucesso de Afonso Henriques que o impõe como detentor de um carisma que o faz, apesar da ilegitimidade de sua mãe, um digno sucessor de Afonso VI, ou seja, não se comporta como um simples caudilho, mas como quem revela a força peculiar no sangue que lhe corre nas veias (nobilitas), e a coragem, persistência e fidelidade a uma missão sagrada (strenuitas), o que o torna digno de usar a coroa de rei”. MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 21.

portugueses ganha a alcunha de primeiro rei português, passando seu legado de bravura e valentia a seus descendentes, como é o caso de Sancho I.¹⁶⁹

Observa-se que Afonso Henriques ganha uma estigma não apenas de poderoso rei português, mas também o monarca passa a ser visto como líder cristão empreendendo sua jornada contra os infiéis da Península Ibérica. “Afonso Henriques prescindiu tacitamente deste senhorio, para afirmar a sua independência, e, para a servir, dedica-se sozinho a combater a mourama. E é no que empregou a sua vida. A primeira investida séria é em Santarém que cai em poder de D. Afonso Henriques em 1147.”¹⁷⁰

A Conquista de Lisboa, empreendida por Afonso Henriques, passa a ser enxergada como um movimento cristão sobre o infiel, onde a hoste do rei teria tido a ajuda de fiéis de fora da península, de outras partes da Europa, como por exemplo, as forças cruzadas, assim como também ocorrera com o Conde D. Henrique.¹⁷¹ É possível observar também as mercês dadas pelo rei para os cruzados de alhures que o teriam ajudado com a tomada de Lisboa dos mouros, isso ajudaria a congregar os cruzados de várias partes da Europa em Lisboa, atribuindo a cidade, agora uma população predominantemente cristã. “D. Afonso Henriques procurou fixar alguns dos cruzados que o ajudaram na sua luta contra o sarraceno, em terras portuguesas. Assim, por exemplo, doou Atouguia ao cruzado Guilherme Descornes; e a Lourinhã, a outro cruzado, Jourdan.”¹⁷²

Isso pode ser visto em *Os Lusíadas* quando Camões expõe a ajuda de cavaleiros cruzados na batalha contra o infiel para conquistar Lisboa, entre esses guerreiros o poeta cita, por exemplo, Fuas Roupinho e Henrique, importantes cavaleiros cruzados. José Maria Rodrigues ilustra a inserção dos grupos cruzados na conquista de Lisboa citada por Luís de Camões: “Depois de falar no ajuntamento de estrangeiro trajo, que tomou parte na Conquista de Lisboa, e de si dando santa prova.”¹⁷³

“Não vês um ajuntamento de estrangeiro
Trajo, sair da grande armada nova,
Que ajuda a combater o rei primeiro
Lisboa, de si dando santa prova?

¹⁶⁹ “Se as vitórias de Afonso Henriques lhe permitiram usar o título de rei e aos seus súditos e pares considera-lo como legítimo e soberano, foi também a guerra que consolidou sua autoridade e lhe permitiu transferir o título e a independência a seu filho Sancho I. Foi ainda a guerra que lhe assegurou um território suficientemente amplo para deixar de ser apenas um condado e se tornar um verdadeiro “reino”, com várias províncias”. Idem, p. 59.

¹⁷⁰ PIMENTA, Alfredo. **Elementos da história de Portugal**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1934. p. 27.

¹⁷¹ “A conquista de Lisboa foi feita simultaneamente por portugueses e pelos cruzados - ingleses, alemães, flamengos e franceses – que em 1147 tinham saído de Inglaterra a caminho da terra santa. É mesmo por um deles que nós sabemos, com minúcias, como foi a memorável jornada de Lisboa. O seu relatório é, a todos os títulos, notável, pelas informações que dá relativas á viagem, ao cerco de Lisboa e ao viver desta”. Idem, p. 33 – 34.

¹⁷² Idem, p. 35.

¹⁷³ RODRIGUES, José Maria. **Fontes dos Lusíadas**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905.p. 57.

Olha Henrique, famoso cavaleiro,
A palma lhe nasce junto à cova:
Por eles mostra Deus milagre visto
Germanos são os mártires de Cristo” (VIII; 18).

Afonso Henriques cria o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, lá foram construídos os grandes relatos e a exaltação da memória do monarca português, ajudando, dessa forma, a consolidar a memória de herói cristão e de seus grandes feitos. Temos o exemplo da espada do monarca guardada no local, símbolo tão valorizado que foi usada por D. Sebastião no século XVI na Batalha de Alcácer-Quibir.¹⁷⁴ Pode-se entender o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra como o centro cultural da corte, favorecendo a propagação e a exaltação da memória e dos feitos do rei.¹⁷⁵

Desta maneira, Afonso Henriques foi entendido como um herói fundador da monarquia e do reino portugueses, formando uma tradição na História de Portugal. Essa tradição esteve marcada pela luta entre cristãos e muçulmanos alinhada a um sentimento da Reconquista, ideal conferido ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. O lugar reproduziu seus feitos através de diversas literaturas que narram acontecimentos alegóricos, tendo a função de construir, reafirmar e registrar a origem do reino de Portugal, mitificando-a. “A imaginação não trabalha apenas sobre os materiais históricos propriamente ditos, mas se desenvolve a partir da função atribuída ao protagonista, como herói fundador, ou a partir da carga ideológica que o discurso político de base histórica ou não, lhe atribui”¹⁷⁶. Observa-se dessa forma a criação de Afonso Henriques como um modelo de rei português e cristão, envolvendo sua imagem por uma representação mítica e heroica.¹⁷⁷

Dentro dessa conjuntura, Afonso Henriques participou da famosa Batalha de Ourique, tão bem marcada e lembrada pelos historiadores, cronistas e poetas de Portugal. Essa batalha foi matéria de um sem fim de crônicas medievais, como também, da narrativa de Luís de

¹⁷⁴“Todos sabemos a importância que a tradição atribuiu a espada do nosso primeiro rei. Durante séculos, guardou-se em Santa Cruz de Coimbra, uma espada que se dizia ter-lhe pertencido e que foi levada por D. Sebastião para Alcácer-Quibir, na esperança de que lhe trouxesse a vitória. Era o tardio prolongamento de uma crença que dava efetivamente a maior importância a espada como insígnia régia, e que teve grande voga na Península Ibérica”. MATTOSO, José. **Fragmentos de uma composição Medieval**. Lisboa: Estampa, 1987. p. 224.

¹⁷⁵“Ora Afonso Henriques em fixar-se em Coimbra, tornou-se o mais fiel protetor de Santa Cruz. Fez do mosteiro o centro de apoio cultural da corte. A proteção que concedeu ao mosteiro contribuiu poderosamente para o tornar o polo mais ativo de um síntese cultural de grande pujança com influência sobre todo o resto do país”. MATTOSO, José. **História de Portugal: A monarquia Feudal (1096 – 1480)**. Lisboa: Estampa, 1992. p. 62.

¹⁷⁶ Idem, p. 213.

¹⁷⁷ “Nesta imagem complexa mistura-se, portanto, o mítico e o científico, os sucessivos resíduos de uma memória ambígua e a fantasia da nossa infância e da nossa adolescência, com a carga emocional com que assimilamos os relatos empolgantes ou estereotipados dos nossos primeiros mestres. A consciência da identidade nacional, construída sobre a história, imaginada ou real, é feita de tudo isso”. Idem, p. 213.

Camões. A batalha foi um dos feitos de Afonso Henriques, ajudando a promovê-lo como personagem histórico de Portugal, tornando-se uma espécie de mito fundador do reino. Afonso Henriques tornou-se símbolo da lusitanidade, pois a Batalha de Ourique é marcada como o nascimento da condição portuguesa por aqueles que escreveram sobre ela nos séculos XV e XVI.

A Batalha de Ourique se constrói em um momento que as hostes de Afonso Henriques preconizam duas frentes bélicas, uma entre cristãos, cujo D. Afonso se depara com os leoneses no norte e os mouros no sul, ambos buscando a ampliação de seus territórios.¹⁷⁸ Por volta do ano de 1139, estariam entrando em choque os portugueses contra os mouros por uma disputa religiosa e territorial.

“Em 1139 levava a cabo o temerário fossado de Ourique, pagando uma estocada com outra; preludiando esse duelo de morte entre o Portugal e o al-gharb sarraceno, com um golpe que foi, com a rapidez penetrante do raio, ferir o corpo muçulmano, quase junto a Cheib ou Silves, o coração da Espanha austral”.¹⁷⁹

Muitos episódios fantásticos foram desenvolvidos ao longo do tempo sobre essa batalha. Frei Antônio Brandão, um dos grandes difusores dos mitos referentes ao episódio histórico, cita em sua obra intitulada *Monarchia Lusitana* este confronto, dedicando numerosas páginas ao ocorrido. O religioso usa essa narrativa histórica para valorizar, no século XVII, a autenticidade da monarquia portuguesa frente à dominação castelhana.

“Passado o rio Tejo, e entrando exército na fértil província, que fica na outra parte a qual por este respeito chamamos Alentejo, começaram os nossos a guerra com grande prosperidade, destruíram lugares povoados, puseram fogo às feiras, cativaram mouros e a ferro e fogo foram abrindo caminho por toda aquela província, ate chegar ao campo de Ourique”.¹⁸⁰

Isso foi feito pelo religioso para exaltar a identidade lusa, pois no período, Castela tinha o controle político de Portugal. O reino desde a perda da sua autonomia em 1580 teve diversos escritores relembando os episódios históricos de importância para a identidade portuguesa, buscando não deixar que a lusitanidade fosse esquecida, em detrimento da opressão castelhana. “O século XVII marcará a definitiva consagração do milagre de Ourique como narrativa das origens, instrumento (...) e justificação da independência.”¹⁸¹ A Batalha de Ourique foi um desses significativos momentos de reafirmação da memória lusitana, uma vez

¹⁷⁸ “Por seu lado Afonso Henriques era solicitado a defender a fronteira Austral onde os sarrecenos tinham vindo numa álgara feliz derrocar o castelo de Leiria. É por estes anos que o destino de Portugal se debate entre a Lusitânia e a Galiza, quando a atividade do guerreiro é solicitada, ora do norte contra os leoneses, ora do sul contra os sarracenos”. MARTINS, Oliveira. **Op. Cit.**, p. 81.

¹⁷⁹ Idem, p. 82.

¹⁸⁰ BRANDÃO, Antônio. **Op. Cit.**, p. 117.

¹⁸¹ BUESCU, Ana Isabel Carvalhão. **O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano: Uma polêmica oitocentista**. Lisboa: Instituto nacional de Investigação Científica, 1987. p. 126.

que retrata a fundação do reino de Portugal a partir do contato com o divino. Muitos historiadores vão entender essa valorização da Batalha de Ourique no século XVII como uma afirmação do sentimento nacional. Isso pode ser observado na obra de Ana Isabel Buescu. Em discordância com a autora entende-se que o que ocorreu no período foi a tentativa da permanência da condição portuguesa no mundo e não da nacionalidade. A existência de relatos sobre Ourique em pleno século XVII expõem um movimento pela manutenção da lusitanidade.

“Durante a dominação filipina, com o exacerbar do sentimento nacional, o milagre de Ourique, na convergência, de certo modo, com a expressão de um forte pensamento messiânico, assume uma nova dimensão que se traduz na “descoberta” do auto juramento de Afonso Henriques. (...) O milagre de Ourique, cristalizado em uma narrativa sacralizada das origens (...) revela-se, pois, como um elemento importante da expressão do espírito autonomista”.¹⁸²

Ao contrário de Antônio Brandão, alguns historiadores expõem que a Batalha de Ourique foi mais uma construção historiográfica, cheia de episódios míticos na exaltação dos portugueses liderada por Afonso Henriques. Ana Isabel Buescu, apesar de criticar uma monumentalização histórica da Batalha de Ourique, apresenta em sua escrita marcas de uma interpretação do evento relacionada ao conceito da nacionalidade. “A origem divina da nação ou, na generalidade, dos antepassados, representa um dos processos mais eficazes de legitimação de um poder. (...) É essa legitimação pela intervenção divina o significado fundamental de Ourique.”¹⁸³ A Batalha de Ourique, não teria passado de um pequeno combate entre as forças do monarca e um montante sarraceno, redimensionada posteriormente pela literatura portuguesa¹⁸⁴, símbolo da lusitanidade, da resistência no século XVII e da ficcionalidade da origem da nação como afirmam intelectuais lusitanos do século XIX e XX.

Existem também algumas análises que não problematizam a Batalha de Ourique, simplesmente atribuindo a vitória dos portugueses contra os sarracenos, dando continuidade aos mitos referentes a esse episódio histórico de Portugal.¹⁸⁵ Existem muitos discursos que

¹⁸² Idem, p. 125.

¹⁸³ Idem, p. 128.

¹⁸⁴ “No que respeita a história militar mantém-se válida a tese de Herculano de que não se produziu uma batalha ou choque de exércitos, mas apenas um ‘fossado’ ou ataque de surpresa que deu aos companheiros de D. Afonso novo alento para a Reconquista Cristã. A tradição recebeu mais tarde um fenómeno religioso que lhe conferiu foros de sobrenatural, não apenas pela vitória obtida pelos cinco reis mouros, mas também na intervenção de cristo que viera ao arraial português incitar a vitória. A lenda, fabricada em Sana cruz de Coimbra e que passou a ter generalizado eco desde o início do século XV, foi assim cobrindo o fato histórico e acabou por visionar a proclamação do novo monarca, feita pelos seus companheiros de luta nos campos de Ourique”. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Op. Cit.**, p. 84.

¹⁸⁵ “O exército português, encontrava, a barrar-lhe o caminho, no lugar de Ourique, um exército de mouros. Deu-se a batalha em circunstâncias que não há maneira de concretizar, por falta de elementos seguros, mas de que saiu completamente vitorioso o exército português”. PIMENTA, Alfredo. **Op. Cit.**, p. 18 – 19. Antônio Mattoso é outro a relacionar a Batalha de Ourique com a questão a fundação do reino de Portugal e a aclamação de D.

reforçam as lendas sobre Afonso Henriques, como se nota nas palavras de Antônio Brandão ao mencionar a importância da coroação do monarca como estímulo para as hostes do mesmo na Batalha de Ourique:

“Antes dele começar a batalha, se vieram estes capitães e outros principais do exercito ao infante D. Afonso e declarando o propósito que o tinham todos de o levantar por Rei, lhe pediram encarecidamente consentisse na aclamação do titulo real porque além de outras conveniências importava assim na ocasião presente, para animar mais os nossos e causar terror aos contrários”.¹⁸⁶

Não se sabe ao certo se, de fato, Afonso Henriques obteve o título de rei, pois as obras próximas ao confronto quase nunca o intitulam dessa forma, mas sim como um líder militar. “A tradição acrescentou a estes fatos um outro: o de, antes do combate Afonso Henriques ter sido aclamado rei pelas suas tropas.”¹⁸⁷ Para poder presenciar a atribuição do título de Rei a Afonso Henriques é necessário visitar fontes bem posteriores à Batalha de Ourique e de sua suposta coroação no momento da luta contra os mouros, onde suas representações míticas e heroicas já se faziam presentes.¹⁸⁸

“Conclui-se deste exame das fontes portuguesas mais antigas que a mudança do título por parte de Afonso Henriques não é ligada por elas a nenhum acontecimento preciso, batalha, aclamação, coroação ou entronização. Nenhum permite declarar que não se deu, mas todas parecem significar que o novo título se justifica mais por um conjunto de ações guerreiras vitoriosas do que por um acontecimento preciso”.¹⁸⁹

Também bastante repercutido em relação à Batalha de Ourique é a visão de Cristo crucificado nos céus por parte de D. Afonso Henriques, expondo o caráter divino da monarquia portuguesa. Frei Antônio Brandão disserta em sua obra sobre a aparição de Cristo, contribuindo para a construção dos mitos do surgimento do reino de Portugal em Ourique:

“Aramado então com seu escudo e, espada, saiu fora dos arraiais, e pondo os olhos no céu viu da parte oriental um resplendor formosíssimo o qual pouco a pouco se ia dilatando e, fazendo maior. No meio dele viu o salutífero sinal da santa Cruz e nela engravado o Redentor do mundo”.¹⁹⁰

Afonso Henriques como rei de Portugal no seguinte trecho: “D. Afonso Henriques invade novamente a Galiza e vence os seus inimigos na batalha de Cerneja. Obrigado, porém, a socorrer as suas fronteiras do sul, atacadas pelos muçulmanos, assina a paz de Tui com seu primo, e desbarata os infiéis em Ourique, começando, desde então a intitular-se rei de Portugal”. MATTOSO, Antônio. **Op. Cit**, p. 61.

¹⁸⁶ BRANDÃO, Antônio. **Op. Cit**, p. 121.

¹⁸⁷ MATTOSO, José. **Op. Cit**, p. 119.

¹⁸⁸ “O que mais impressiona nestas fontes, examinadas com a nossa mentalidade moderna, é o fato de, aparentemente, não ligarem grande importância à circunstância de o herói ser fundador de um reino, o portador de uma coroa que os seus antecessores não ostentavam. É preciso recorrer a textos exclusivamente clericais ou bastante mais tardios para ver surgir atenção para com este aspecto”. MATTOSO, José. **Op. Cit**, p. 214.

¹⁸⁹ Idem, p. 216.

¹⁹⁰ BRANDÃO, Antônio. **Op. Cit**, 119.

Essa visão se dá pela prece do monarca ao pedir a providencia divina que ajude-os na derrota dos mouros na Batalha de Ourique, eis as palavras do monarca português dirigidas à Deus antes da batalha, segundo o Frei Antônio Brandão:

“Bem sabeis vós meu senhor Jesus Cristo que por vosso serviço, e pela exaltação de vosso santo nome empreendo eu esta guerra contra vossos inimigos; vos quem sois todo poderoso me ajudai nela, animai e dai esforço a meus soldados para que os vençamos, pois são blasfemadores de vosso santíssimo nome”.¹⁹¹

Ao cair no sono, o rei português é avisado por um ermitão que veria Cristo, e que sua empresa contra o infiel seria bem lograda, pois Deus estaria do lado dele:

“Começou a sonhar que via um velho de venerável presença, o qual lhe dizia tivesse bom ânimo porque sem dúvida venceria aquela batalha, e com evidente sinal de ser amado e favorecido de Deus veria com seus olhos antes de entrar nela o Salvador do mundo, o qual o queria honrar a sua soberana vista”.¹⁹²

A Batalha de Ourique e todas as suas atribuições lendárias expõem ideias pouco aceitas para o campo historiográfico. No caso do sonho, claramente se observa a valorização da liturgia cristã misturada com relatos históricos portugueses. Sobre a coroação de Afonso Henriques em Ourique pode-se observar a construção de um personagem fantástico e decisivo para a vitória das hostes portuguesas sobre as muçulmanas a partir de um modelo de guerreiro inventado por escritores posteriores ao ocorrido. Ourique pode ser interpretado como um mito fundador da identidade portuguesa, onde a história de Portugal começaria. Porém, a condição portuguesa viria não dos homens que estiveram presentes na batalha, mas daqueles que escreveram sobre a batalha, tempos depois.

Acredita-se ser um anacronismo entender que nesse período existisse algum tipo de identidade cultural que possa se chamar de portuguesa ou lusitana. As características e a cultura dos grupos humanos que viviam no Condado Portucalense na época do Conde D. Henrique e de seu filho, D. Afonso Henriques, teria sido uma identidade acima de tudo cristã, própria dos povos da Península Ibérica, mas sem nenhuma especificidade que possamos chamar de portuguesa.

“Não nos levantávamos contra ela como lusitanos oprimidos: nós nem tínhamos a menor ideia que fossemos lusitanos, ou qualquer outra coisa. A população do condado portucalense, ibera, cruzada de celtas, romanizadas, submetida ao governo dos godos, depois aos árabes, e finalmente o monarca leonez não podia ter decerto um sentimento de coesão coletiva ou nacional, incompatível com o estado da sua cultura, com a tradição coletiva ou nacional e política: é isso que todos os documentos históricos nos revelam”.¹⁹³

¹⁹¹ Idem, p. 119.

¹⁹² Idem, p. 119.

¹⁹³ MARTINS, Oliveira. **Op. Cit**, p. 26.

É importante constatar como Oliveira Martins retrata a inexistência dessa identidade cultural portuguesa através de uma interpretação pelo paradigma “nacional”, surgido apenas no período de escrita do próprio autor acima apontado. A simbologia da Batalha de Ourique só foi construída como episódio da origem do reino e dos portugueses a partir de narrativas posteriores, trazendo a maioria dos mitos referentes a esse evento histórico, como por exemplo, os números superlativos da batalha, o sonho de Afonso Henriques com Cristo e a aparição do mesmo nos campos de Ourique, juntamente com o próprio combate ao Islamismo.¹⁹⁴ Essas alegorias ajudaram a exaltar o reino de Portugal, construindo uma origem histórica para o mesmo, dando aos portugueses uma origem sagrada e mística, eleita pela divina providência aos sucessos futuros. É a partir dos relatos sobre a Batalha de Ourique que a lusitanidade passa a ser evidenciada.

2.2 Afonso Henriques: De Ourique aos Lusíadas

O rei Afonso Henriques, a partir da lenda, coroado logo após o milagre, desempenhou um importante papel em todos os escritos referentes à batalha, não é em vão que Luís de Camões dá especial atenção ao rei português. Afonso Henriques representa o ideal do homem português nas crônicas dos séculos XV, XVI e XVII, principalmente pelas suas virtudes cristãs e suas conquistas em batalha. A figura do rei foi um elemento de coesão entre os portugueses, pois, é a partir dele, de seu trabalho e serventia que o reino português pôde ser construído, tendo-se em vista a atribuição de um destino sagrado ao reino por Deus.

“Para lá da ‘hiperbolização’ de todas as virtudes militares e guerreiras, traço obrigatório na caracterização do herói, a piedade cristã de Afonso Henriques, evidenciada na luta pela cristandade contra o islão, será utilizada na progressiva, em torno do rei, de uma aureola de santidade, amplificando, assim o significado global de Ourique.”¹⁹⁵

O ideal expansionista, muito marcante nos séculos XV e XVI, foi pautado na figura do monarca, tendo-o como precursor das conquistas portuguesas ao vencer a Batalha de Ourique. “O que Afonso Henriques provavelmente queria era a expansão territorial, (...) com base em promessas e pretensões mais ou menos fictícias ou falaciosas que datavam do tempo de

¹⁹⁴ “O certo é que a importância atribuída a Ourique não cessou de crescer desde o momento da batalha e que se foram tecendo em torno dela uma série de relatos maravilhosos, destinados a conferir-lhe um significado simbólico. Esta propensão para mitificar o acontecimento resulta, sem dúvida, de se pretender ligá-lo a fundação a nacionalidade, por se associar a aclamação de Afonso Henriques como rei. A associação dos dois fatos, veio, portanto, a suscitar a necessidade de imaginar uma intervenção divina que demonstra-se o seu sentido transcendente e que sublimasse a função de Afonso Henriques como enviado de Deus para esmagar os inimigos da fé. O sentido inicial de tais relatos em que prevalecia o sancionamento divino do combate contra o Islão, veio no fim do século XIV, a transformar-se na garantia da eterna proteção sobre o reino, como nação independente destinada por Deus a uma missão sobrenatural”. MATTOSO, José. **Op. Cit**, p. 63.

¹⁹⁵ BUESCU, Ana Isabel Carvalho. **Op. Cit**, 129.

Urraca.”¹⁹⁶. Luís de Camões, em *Os Lusíadas*, oferece uma parte importante da narrativa da Batalha de Ourique ao rei Afonso Henriques.

“Um rei, por nome Afonso, foi na Espanha
Que fez aos Sarracenos tanta guerra,
Que por armas sanguinas, força e manha
A muitos fez perder a vida, e a terra:
Voando deste rei a fama estranha
Do Herculano Calpe à Caspia serra,
Muitos, para na guerra esclarecer-se,
Vinham à ele, e à morte oferecer-se.

E com um amor intrínseco acendidos
Da fé, mais que das honras populares,
Eram de várias terras conduzidos,
Deixando a pátria amada, e os próprios lares:
Depois que em feitos altos e subidos
Se mostraram nas armas singulares,
Quis o famoso Afonso, que obras tais
Levassem premio digno e dons iguais” (III, 23 – 24).

Observa-se no poema de Camões, a reprodução de uma imagem Afonsina construída através dos escritos medievais. O monarca é visto como o agregador dos portugueses em prol da luta contra os mouros e da formação do reino. O rei português pode ser entendido, através da lenda de Ourique, como um eleito de Deus, uma espécie de escolhido que conduziria Portugal à glória e às conquistas “daquém e dalém mar”, ou seja, Afonso Henriques é aquele que representa a coletividade portuguesa no confronto em Ourique.¹⁹⁷

Essa questão também é ilustrada por Camões em *Os Lusíadas*. O poeta continua a exaltar Afonso Henriques, expondo-o como aquele que lidera guerras em prol dos portugueses e da cristandade.

“Este, depois que contra os descendentes
Da escrava Agar vitórias grandes teve,
Ganhando muitas terras adjacentes,
Fazendo o que seu forte peito deve:
Em premio destes feitos excelentes,
Deu-lhe o supremo Deus, em tempo breve,
Um filho que ilustrasse o nome fulano
Do belicoso reino Lusitano” (III, 26).

¹⁹⁶ MARQUES, A.H. de Oliveira. **Op. Cit**, p. 65.

¹⁹⁷ “No sonho o ermitão fala o que irá ocorrer tranquilizando o príncipe sonhador. Na visão da cruz, o maior oráculo possível, Cristo, conversa diretamente com Afonso Henriques. Assegura tudo o que fora anunciado antes, explica e clarifica seus planos e desígnios, promete um lugar especial ao rei e seu povo na cristandade e no orbe, e mais ainda, concede graciosamente ao seu eleito e vassalo todas as suas pertinentes demandas. O próprio sonho era de um tipo mais elevado, porque certo, clarividente e tido por pessoa pia. Afonso Henriques, príncipe cristão, inimigo feroz dos infiéis, toma o livro que mantinha na sua tenda, a bíblia, para descansar sua mente das preocupações. Sinal duplo de sua piedade e fé – ler e possuir o livro sagrado”. LIMA, Luís Felipe Silvério de. **O Império dos sonhos**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 108 - 109.

Na *Crónica de Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, pode-se observar essa mesma imagem de Afonso Henriques, produzida em *Os Lusíadas*. Nota-se a importância de Deus após a conquista de alguns territórios no final da passagem abaixo.

“Depois que o Príncipe dom Afonso Henriques tornou a ganhar Leiria e Torres Novas aos Mouros, esteve em Coimbra Alguns dias: e vendo que tinha sua terra e fortalezas muito providas e postas em ordem do que lhe cumpria, e também que de Castela estava seguro de guerra, por algumas razões que a estória não declara: considerando ele que não devia nem podia empregar o bem e a honra que seu pai e ele ganharam, que em serviço de nosso Senhor, de cuja mão o tinham recebido: e como não havia então nenhum serviço de Deus mais necessário em Espanha ocupada de mouros, que serem guerreiros e lançados fora dela, segundo fora sempre seu propósito e vontade: houve conselho com os seus de fazer guerra nas terras d’Alentejo, especialmente na comarca do campo de Ourique, e isto por duas razões: a primeira, em que os seus haveriam assaz mantimentos e presas: a segunda e principal, porque o Rei Ismar que regia em Espanha toda, a maior parte da terra de mouros (...) viesse pelejar com ele. E dando-lhe Deus dele o vencimento que esperava, toda terra que se chama Estremadura, e era sob seu senhorio, não haveria poder de se lhe defender. O príncipe dom Afonso Henriques, seguiu avante o que ia fazer por serviço de Deus, começou de fazer grande guerra aos mouros, correndo-lhe a terra, tomando vilas e lugares, e os seus fazendo grandes cavalgadas, e havendo muitos vencimentos contra eles.”¹⁹⁸

Na *Crónica dos Cinco Reis de Portugal* o mesmo ocorre, Afonso Henriques tem como objetivo final seguir a Deus, tornando-se clara a ligação do monarca com a divindade, assim como nas fontes acima expostas, também são mostradas as novas aquisições territoriais conquistadas pelo rei.

“Como entrou nos campos de Lusitânia começou a fazer muito Grande guerra a mouros correndo-lhe a terra tomando-lhe vilas e os seus fazendo cavalgadas e vencendo os seus muitas batalhas e tanto andou fazendo que o rei Ismar o soube como ele era entrado em sua terra e malfazia mandou requerer toda mourama das partes do Algarve e das outras partes de arredor e mandou seus alvitres que eles tem por homens entre si de santa vida que corressem a terra que estava em ponto de se perder e pera isto vieram quatro reis cujos nomes não achamos escritos e fez este rei Ismar mulheres assoldadas que haviam uso e modo de pelejar assim como as amazonas a qual cousa foi sabida (...) depois pelas que acharam mortas no campo: e o príncipe Dom Afonso quando soube o rei Ismar vinha e ele foi ledo dele muito e moveu logo contra ele com grande vontade de servir a Deus”.¹⁹⁹

Observa-se na *Chronica Gothorum* uma ideia de engrandecimento ao Rei Afonso Henriques, expondo-o como figura modelar, tanto no que diz respeito às ordens militares como no que diz respeito à fé cristã.

“Fuit namque vir armis strenuus, lingua eruditus, prudentissimus in operibus suis, clarus ingenio, corpore decorus, pulcher aspectu, & uisu desiderabilis, totus in fide

¹⁹⁸ GALVÃO, Duarte. *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, p. 46 – 49.

¹⁹⁹ *Crónica dos Cinco Reis de Portugal*. Porto: Civilização, 1945. p. 62 – 63.

Christi Catholicus, (...) deuotus, protexit totum Portugalle gládio suo, adeptus est Regnum, & dilatauit Dominos per eum fines Christianorum”.²⁰⁰

Observa-se que Afonso Henriques, na lenda de Ourique, pode ser entendido como modelo de português, principalmente nas crônicas do século XV e XVI assim como em *Os Lusíadas*. Afonso Henriques foi o principal personagem da Batalha de Ourique, a partir dos relatos sobre o confronto, pode-se observar que o primeiro rei luso foi de grande importância para a união dos portugueses, atribuindo sentido ao combate contra o infiel a partir da construção da identidade lusitana. Afonso Henriques foi a primeira figura representativa da condição portuguesa, é com os escritos sobre esse personagem que se inaugura a noção de lusitanidade. A descrição de Afonso Henriques como cristão e notável guerreiro traduzem as características portuguesas.

2.3 A Batalha de Ourique e suas fontes: de Fernão Lopes à Luís de Camões

O conflito conhecido como a Batalha de Ourique, combate protagonizado pelas forças do rei Ismar e os demais reis mouros contra as forças de D. Afonso Henriques, ganha bastante popularidade com a *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita por Duarte Galvão em 1505.²⁰¹ Esse conflito também cantado por Luís de Camões em *Os Lusíadas* esteve presente em diversas crônicas²⁰² medievais de forma parecida, ocorrendo uma homogeneidade entre essas crônicas no que diz respeito à narrativa do confronto. É importante notar que a maioria dos textos sobre a Batalha de Ourique foram escritos entre os séculos XV e XVI.

“A sucessiva identificação nos últimos anos de dois manuscritos de uma crônica dos primeiros reis de Portugal redigida, como nela própria se declara, a partir de 1419, teve, entre muitos outros, o interesse de nos colocar perante a mais antiga narração até hoje conhecida da lenda de Ourique, em que se descreve o

²⁰⁰ **Crónica dos Godos. In: Fontes Medievais da História de Portugal: anais e crônicas.** Seleção Prefácio e Notas de Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1982, p. 28. Era um homem vigoroso de armas, a língua erudita, o mais prudente em suas obras, foi famoso por seu intelecto, e por seu corpo formoso, bonito de se ver, desejável aos olhos e seguro na fé Católica de Cristo, (...) e devoto, ele tem protegido pela sua espada todo o Portugal, obteve o reino, e os cristãos, e estendeu as fronteiras cristãs. (tradução minha)

²⁰¹ “Filho de Rui Galvão, secretário de Afonso V, e ele próprio secretário e conselheiro de D Manuel, foram-lhe confiadas várias missões diplomáticas importantes. É o autor da crônica de Dom Afonso Henriques, considerada como a cópia da crônica geral do reino de 1419, atribuída a Fernão Lopes, cujos originais desapareceram. PEREIRA, José Costa”. **Op. Cit.** p. 280.

²⁰² “Em geral, entende-se por crônicas, os relatos históricos onde os fatos aparecem registrados e expostos de maneira simples e por ordem cronológica, sem que os respectivos autores procurem determinar-lhes causas e efetuar o seu encadeamento. Os temas estavam, de ordinário, em acontecimentos de que os próprios cronistas foram contemporâneos, pelo que as vezes se chega a abundância de pormenores”. SERRÃO, José. **Dicionário de História de Portugal.** Lisboa: Iniciativas, 1968. p. 753.

aparecimento de Cristo a Afonso Henriques. Efetivamente, até ter sido dado a conhecer este importantíssimo texto, o relato de uma data mais recuada em que se encontrara o milagre narrado por extenso era o de Duarte Galvão, como também nela própria se declara, em 1505. É certo que se podiam apontar rápidas alusões à aparição em dois textos anteriores, ambos da segunda metade do século XV, um deles português, outro francês: a breve crônica da santa cruz, (...) e as Memórias do nobre borgonhês Olivier de la Marche (1426? – 1502)”.²⁰³

O termo “Ourique” deriva do germânico, mas provavelmente sofrera influências árabes ao longo de sua história etimológica. Na lenda, Ourique refere-se a um determinado lugar onde ocorreu o conflito entre os portugueses e os reis mouros liderados por Ismar, porém a imprecisão sobre esse espaço é grande.²⁰⁴

Um dos primeiros textos em português referente à Batalha de Ourique é o da “*IV Crônica Breve de Santa Cruz*”, onde se fala brevemente sobre a derrota dos cinco reis mouros para as hostes portuguesas de Afonso Henriques, sendo ele nomeado rei em seguida.: “A mais antiga história dos reis portugueses que se sabe ter sido redigida em Portugal e em língua portuguesa é a chamada IV crônica breve de Santa cruz, escrita sem dúvida pouco depois de 1340.”²⁰⁵ Nesse relato se é capaz de notar a aclamação do rei Afonso Henriques após a vitória da batalha.²⁰⁶ A historiografia entende que a coroação do monarca Afonso Henriques após o conflito e a aparição Jesus Cristo apareceram em textos produzidos bom tempo após o próprio confronto, sendo construído um tom místico e heroico sobre o tema em seus respectivos relatos.²⁰⁷ “No caso do milagre de Ourique, por exemplo, os textos mais antigos, embora refiram a batalha em si mesma, não encerram qualquer elemento que, nem de

²⁰³ CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1957. p. 5 – 6.

²⁰⁴ “Ourique deriva do nome germânico Auricus, arabizado, sendo a forma Oric a mais antiga, talvez do século XII, como vem no *Chronicão Lamacense*, e seria proveniente de um nome godo, Auricus ou Auraricus. É crível que em 1139 o nome Ourique fosse aplicado apenas a um local ou a uma região de tal modo conhecida que não houvesse a necessidade de referi-la a uma povoação próxima. Diz o arabista D. Eduardo Saavedra que a palavra Ourique nunca a encontrou em documentos árabes. O padre Antônio de Figueiredo diz que a batalha tomou o nome de Ourique por ser esta vila mais notável da região. Há porém, quem estenda de tal maneira o campo de Ourique de forma abranger todos os castelos e povoações dadas a ordem de S. Tiago”. CESAR, Vitoriano José. **Ainda a batalha de Ourique**. Porto: Emp. Industrial gráfica do Porto, 1934. p. 5 – 6.

²⁰⁵ Idem, p. 27.

²⁰⁶ “No manuscrito de fins do século XV em que este texto nos conserva, faz parte dela a curta referência à Batalha de Ourique que se segue: ‘E depois houve batalha em nos campos de Ourique e venceu-a. E desde ali em diante se chamou o Rei dom Afonso de Portugal’” Idem, p. 27.

²⁰⁷ “Aparecem três séculos depois de 1139. Foi nas crônicas breves e memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra que pela primeira vez se localiza a batalha além de Castro Verde em Ourique, e se diz que D. Afonso Henriques foi levantado rei e ali ‘lhe apareceu nosso senhor Jesus cristo posto em cruz’. Numa dessas memórias lê-se: ... ‘ajuntou (D. Af. Henriques) todas as suas gentes e foi sobre os mouros e corre lhes a terra desde Coimbra até Santarém. As crônicas breves e Memórias avulsas de Coimbra, são obra de várias pessoas, e é desde então que se começou a formar a lenda de Ourique no Alentejo com o respectivo milagre, e se exageraram os efetivos dos muçulmanos para dar maior relevo a vitória dos cristãos.” CESAR, Vitoriano José. **Op. Cit**, p. 12.

perto, nem de longe possa ser referido ao ‘milagre.’”²⁰⁸ Observa-se abaixo representada a aparição de Jesus Cristo *nas Memórias do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, como vimos, um dos primeiros documentos a apresentar o evento a partir de bases lendárias e mitológicas.

“E assim pelejou e venceu cinco reis mouros no campo de Ourique onde lhe apareceu nosso Senhor Jesus cristo posto em a cruz. Por cuja e semelhança do divinal mistério pôs em seu escudo as armas que ora trazem os Reis de Portugal. Este muito nobre Rei foi o que primeiramente tomou a muito leal cidade de Lisboa aos mouros, e Santarém, Leiria, Alenquer, Obidos, e Torres Vedras com todos outros lugares da estremadura”²⁰⁹.

As Memórias do Mosteiro da Santa Cruz datam de meados do século XV, sendo os primeiros textos referentes à Batalha de Ourique que abordam a aparição de Cristo. Dessa forma, pode-se observar que a lenda da aparição de Jesus é um elemento bem posterior dos relatos sobre a batalha, existindo um desenvolvimento discursivo sobre o episódio em relação aos textos ligados à Ourique, o mesmo ocorre com a suposta aclamação de Afonso Henriques após a vitória sobre os mouros.²¹⁰

Quando se fala sobre os relatos da batalha no século XII, estes expõem uma narrativa diferente das posteriores que construíram os mitos sobre Ourique nos séculos XV e XVI. Um desses textos que conquistou importância na discussão sobre a Batalha de Ourique foi a *Chronica Gothorum*, um dos primeiros escritos a tratar do evento histórico em questão.²¹¹ Na *Crônica Gothorum*, ou *Crônica dos Godos*, apresenta-se a passagem referente à Batalha de Ourique, é importante notar a ausência da aparição de cristo:

“Idem Rex Donnus Alfonsus magnum bellum commisit cum Rege Sarracenorum nomine Esmar in loco qui uocatur Aulic. Ille namque Rex sarracenorum cognita uirtute & audacia Regis Donni Alfonsi, & uidens eum frequenter intrare in terram

²⁰⁸ SARAIVA, Antonio José. *A épica Medieval portuguesa*. Portugal: Bertrand, 1979. p. 15

²⁰⁹ **Pequenas crônicas de Santa cruz de Coimbra. In: Fontes Medievais da História de Portugal: anais e crônicas. Seleção Prefácio e Notas de Alfredo Pimenta.** Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982. p. 61.

²¹⁰ “Não há até o século XV “nenhum documento” que fale da aparição de Cristo a D. Afonso Henriques, na véspera da batalha de Ourique. Os que se tem apresentado não são concludentes. Há porém “cinco” documentos do século XII que falam da batalha - mas nenhum fala da aparição, notando-se que , entre esses, há os que narram milagres. As primeiras referências certas ao milagre são do meado do século XV: nascido então, o milagre vai se amplificando pouco a pouco, até achar nos escritores de quinhentos, e especialmente em Duarte Galvão, a sua forma definitiva. Temos, pois, de um lado, o silêncio dos três séculos mais chegados à batalha, sobre o milagre da aparição; e, do outro, o aparecimento tardio, da lenda, em condições que denunciam um processo evolutivo. Note-se ainda que, segundo a versão quinhentista, cristo não se limitou a aparecer e a prometer a vitória - mas profetizou os destinos futuros de Portugal, de sorte que os contemporâneos do rei conquistador ficaram tendo do próprio Deus os títulos de legitimidade da nova monarquia e a garantia de seu futuro glorioso. Pois é este fato da fundação divina de Portugal - ao lado do qual não há para portugueses fato importante - que todos deixam em silêncio, falando aliás da batalha que ele se teria dado”. OLIVEIRA, Miguel de. **Ourique em Espanha: Nova solução de um velho problema.** Lisboa: Pro Domo, 1944 . p. 90 – 95.

²¹¹ “Obra conhecida desde o século XVI pelo nome pouco apropriado de *Chronica Gothorum*. Esta obra , como no-lo permite hoje ver com clareza o definitivo estudo que a ela e a todos os textos da mesma família dedicou a anos Pierre David, é fundamentalmente constituída pela versão longa de uns artigos anais a que aquele autor chamou *Annales Portugalenses Veteres*. Só na parte final, a partir de 1125, é que essa versão foi substituída por uns anais do reinado de Afonso I”. CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Op. Cit**, p. 23.

Sarrecenorum, & depredari nimiumque attereresuam regionem, uoluit se facere posset, ut eum incautum, & imperatum alicube inueniret, ut cum eo generet bellum, quadam itaque uice cum Rex D. Alfonsus cum suo exercitu intraret per terram Sarracenorum”.²¹²

Em contraste com a narrativa acima observada, a *Crónica de D. Afonso Henriques* disserta sobre as memórias referentes ao acontecimento de forma mais ilustrada. O livro escrito por Duarte Galvão, apesar das incertezas do evento, é bem detalhista no que se refere aos personagens, ao milagre da aparição de Cristo e das falas relacionadas à D. Afonso Henriques, na crônica observada o episódio é muito ornamentado com as falas do rei e de seus companheiros, podem-se observar numerosos diálogos em uma escrita rica de personagens.²¹³

“O relato da batalha (...) aparece rico de pormenores concretos ausentes de todas notícias anteriores, cronísticas ou analíticas – até mesmo da mais desenvolvida de todas elas, a da *Chrónica Gothorum* do séc. XII. Indica-se-nos, em linhas gerais, o itinerário da expedição de Afonso Henriques e localiza-se com precisão o local da batalha: o infante, saído de Coimbra, teria avançado em direção à Santarém, atravessado o Tejo e penetrado no Alentejo até o campo de Ourique, onde, no chamado Castro verde, teria deparado com as forças sarracenas e travado o célebre combate”.²¹⁴

Alguns estudiosos sobre o assunto chegam a apontar para as “invenções” posteriores feitas por Duarte Galvão acerca dos detalhes dos acontecimentos em Ourique, como as atribuições quase mágicas em relação à espada de Afonso Henriques e o aparecimento de Cristo, que inclusive são reproduzidas por Luís de Camões em *Os Lusíadas*, apontando para a construção dessas lendas pela literatura portuguesa: “as armas dos primeiros monarcas portugueses diferiam muito das que são descritas por D. Galvão e por Camões, e que no simbolismo, (...) dos cinco reis mouros vencidos, das cinco chagas da aparição de Cristo, (...) apenas há invenções ou propriedades a posteriore.”²¹⁵ Assim, pode-se destacar uma diferença fundamental entre a produção referente a Batalha de Ourique, de maneira geral os textos próximos temporalmente do conflito não são preenchidos de mitos e relatos fantásticos como

²¹² História dos Godos. In: Fontes medievais da história de Portugal. **Op. Cit**, p. 32. O mesmo Rei D. Afonso Fez guerra contra o rei dos Sarracenos chamado Ismar no lugar de nome Ourique. Esse rei dos sarracenos conhecia a virtude e a audácia do rei D. Afonso, e vendo que ele depredava quase tudo acreditou que podia agir como se fosse descuidado e atacava algum lugar dele e com ele fez guerra, já que o rei D. Afonso tinha entrado no reino dos Sarracenos. (tradução minha)

²¹³ “Convém advertir que esta série de memórias é de um tempo mais afastado da Batalha de Ourique do que nós o estamos da Revolução de 1640. Aparição de Cristo, aclamação régia, composição do escudo e do local da batalha – tudo são lendas, ou faces da mesma lenda, elaboradas do mesmo tempo e de igual valor histórico. Vem a seguir, em princípios do século XVI, a *Chrónica de Afonso Henriques*, de Duarte Galvão. As indicações são ainda mais precisas. A abundância do descritivo, o rol dos nomes de fidalgos e cavaleiros, os diálogos, os discursos e o que mais aí se conta, dão-nos a impressão de que teria ressuscitado, para narrar tudo ao cronista, o próprio D. Afonso Henriques.” OLIVEIRA, Miguel de. **Op. Cit.**, p. 44.

²¹⁴ CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Op. Cit**, p. 31.

²¹⁵ RODRIGUES, José Maria. **Op. Cit**, p. 51.

os posteriores, como ocorre na *Crónica de Afonso Henriques* escrita no século XVI por Duarte Galvão.

Duarte Galvão é apontado como cronista do reino de D. Manuel. O cronista do final do século XV e início do século XVI escreveu não apenas a *Crónica de D. Afonso Henriques* mais outros importantes trabalhos.²¹⁶ Sua importância como escritor do século XV e do início do XVI é grande. Esteve ligado a diversos cargos administrativos delegados pelos monarcas de seu período de atuação.²¹⁷

A principal obra de Duarte Galvão, a *Crónica de D. Afonso Henriques*, costuma ser mal vista pelos literatos portugueses e por outros intelectuais que dialogam sobre esses assuntos. No período de sua produção, a obra não foi bem vista por expor a briga do primeiro monarca português com sua mãe pelo condado portugalense: “a crônica do nosso primeiro rei foi sempre muito desfavoravelmente julgada, por causa dos capítulos em que se narra a prisão de D. Teresa e o dissídio com o núncio do papa. Daí a censura que foi objeto o manuscrito que serviu para a primeira impressão.”²¹⁸ Num segundo momento, séculos depois, o motivo da obra não ter sido muito valorizada foi que esta é entendida como cópia de outra crônica medieval. A crônica escrita por Duarte Galvão tem trechos muito próximos e até idênticos de outra conhecida crônica portuguesa, a chamada *Crónica dos Cinco Reis de Portugal*.²¹⁹

Entende-se que a *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita por Duarte Galvão teve como principal fonte a *Crónica dos Cinco Reis*, baseando-se nela para fundamentar sua narrativa sobre a história de D. Afonso Henriques e sobre a Batalha de Ourique. “O que se pode concluir é que Galvão quis ampliar o que aquela crônica dizia, e se socorreu doutras fontes; mas a sua fonte principal foi a *Crónica dos Cinco Reis*.”²²⁰

²¹⁶ “Duarte Galvão constitui, não obstante, exemplo típico do que há de orgânico na evolução espiritual e política do final do século XV. Além da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de que restam vários códices quinhentistas magnificamente caligrafados e miniaturados subsistem de Galvão os documentos seguintes: *Epistola ad Status brabantiae*; *Carta de Afonso de Albuquerque*; *Carta ao secretário de Estado Antônio Carneiro*”. PIMPÃO, Álvaro G. da Costa. **História da Literatura Portuguesa: Idade Média**. Coimbra: Atlanta, 1959. p. 298 – 299.

²¹⁷ “Tanto Duarte Galvão como Rui de Pina escreveram as crônicas por mandado de D. Manuel, isto é, no século XVI. Um e outro desempenharam vários cargos importantes no século XV, e, o primeiro desde o reinado de D. Afonso V, do qual já era secretário no ano de 1466. O ano de 1446, em que se diz ter nascido, é apenas uma data provável. Lourenço Galvão(...) dá-o como nascido em Évora em 1438. No reinado de D. João II Duarte Galvão fez parte de seu conselho. Tanto este como seu sucessor utilizaram os serviços de Duarte Galvão em várias embaixadas, devendo salientar-se entre todas, as que desempenhou em Flandres, junto ao arqueduke Maximiliano, e em Roma, junto ao papa Júlio II, a propósito da cruzada contra os Turcos”. Idem, p. 298.

²¹⁸ Idem, p. 299.

²¹⁹ “Começarei a dizer que a crônica de Galvão e as Afonsinas de Pina tem as mais estreitas afinidades a dos cinco reis. Todos os capítulos desta, referentes aos reinados de D. Sancho I a D. Afonso III encontram-se nas crônicas de Pina, e o mesmo afirmarei nos capítulos referentes ao reinado de D. Afonso I quanto à crônica de Galvão. Entre Galvão e a *Crónica dos Cinco Reis* há longuíssimos trechos em que não se encontram diferenças de redação, nem de ordenamento das matérias”. BASTO, Artur de Magalhães. **Estudos: Cronistas e Crônicas antigas – Fernão Lopes e a Crónica de 1419**. Porto: Universidade do Porto, 1959. p. 59 – 60.

²²⁰ Idem, p. 82.

Sobre a *Crónica dos Cinco Reis de Portugal* entende-se que sua escrita teria vindo de um único escritor pela unidade textual residida na mesma, não sendo uma compilação de várias pessoas.²²¹ A *Crónica dos cinco Reis de Portugal* tem como data de sua confecção o ano de 1419, levando o nome também de *Crónica de 1419*, ou *Crónica do reino de Portugal de 1419*, como se é afirmado: “Temos, portanto, que segundo declarações expressas contidas na *Crónica dos cinco reis*, esta foi começada a compor no dia 1º de julho de 1419.”²²² Sobre o escritor da *Crónica dos cinco reis*, que foi a base para a obra de Duarte Galvão, existe um acirrado debate sobre quem a teria escrito “o autor desta crônica deve ter sido pessoa bem documentada e escrupulosa; só gostava de afirmar podendo basear-se em fontes escritas.”²²³

Arthur de Magalhães Basto e Álvaro da Costa Pimpão protagonizam o debate sobre quem teria escrito a crônica em questão. O primeiro acredita que a *Crónica de 1419* teria sido escrita por ninguém menos que Fernão Lopes²²⁴, como é afirmado abaixo de forma cautelosa: “Ignora-se quem tenha sido o autor dessa crônica misteriosa, mas inclino-me para opinião de que essa obra não seria mais do que aquela que, conforme se crê, Fernão Lopes elaborou sobre os feitos de todos os antigos reinos de Portugal.”²²⁵

Álvaro da Costa Pimpão diz que a *Crónica de 1419* (*Crónica dos Cinco Reis*) não teria sido escrita por Fernão Lopes pelas disparidades apresentadas entre esta crônica e a sua obra mais famosa, a *Crónica de D. João I*.

“É certo que as crônicas de D. Fernando e de D. João I respeitam a tempos mais próximos do cronista; que estes tempos são mais dramáticos e, portanto, mais susceptíveis de aliciar a imaginação criadora ou interpretativa de um artista; contudo, não é fácil de admitir que num conjunto de crônicas atribuíveis a Fernão Lopes se não encontre uma página que lembre as por ele de fato escritas! É certo que nas páginas consagradas à conquista de Santarém ou do Algarves há certa vida e animação; mas em passo algum o autor da crônica dos Cinco ou dos Sete reis se ergue as alturas de qualquer das páginas do autor da *Crónica de D. João I*”.²²⁶

²²¹“O que antes de mais nada, julgo útil fazer notar é o título - *Crónica de Cinco Reis de Portugal* - e não *Crônicas de Cinco reis de Portugal*. A palavra crônica no singular harmoniza-se absolutamente com o texto, que constitui um todo seguido, uma unidade, onde, como observei, não havia primitivamente divisões entre os diferentes reinados. Era uma crônica só”. Idem, p. 59.

²²² Idem, p. 83.

²²³ Idem, p. 73.

²²⁴ “Creio que não será julgada absurda a opinião – de que a crônica de Portugal que existia na livraria de D. Duarte nada a mais devia ser do que o trabalho de Fernão Lopes, não evidentemente tudo que ele escreveu, mas apenas a parte concluída antes da morte do rei eloquente, tão ilustre e amante das letras como desventurado”. BASTO, A de Magalhães. **Fernão Lopes: Suas “crônicas perdidas” e a crônica geral do reino – a propósito duma crônica quatrocentista inédita dos cinco primeiros reis de Portugal**. Porto: Progredior, 1943. p. 10.

²²⁵ BASTO, Artur de Magalhães. **Op. Cit.** p. 102.

²²⁶ PIMPÃO, Álvaro G. da Costa. **Op. Cit.** p. 224.

Arthur de Magalhães Basto reforça a sua tese de que Fernão Lopes teria escrito a tal crônica, entre outras causas, pelo motivo de que naquele período o cronista em questão teria escrito uma série de trabalhos sobre a primeira monarquia portuguesa:

“Ele teria escrito as de todos os restantes reis da primeira dinastia e talvez ainda a de D. Duarte – e desse trabalho se teriam aproveitado Duarte Galvão e Rui de Pina. Se o conjunto de todas as crônicas escritas por Fernão Lopes foi o que se chamou a *Coronica de Portugal* ou *Crónica Geral do Reino*, temos de concluir que desta ainda nos resta, além das três crônicas averiguadamente de Lopes, tudo que dela tenha passado para a *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Galvão”.²²⁷

Acredita-se que, de fato, Fernão Lopes tenha escrito a *Crónica dos cinco reis*, isso porque o texto é repleto de mitos sobre a Batalha de Ourique, exaltando o momento histórico construído como o de formação dos portugueses. Os episódios fantásticos que aparecem na batalha servem para representar o nascimento da condição portuguesa na história.

Assim como representada na *Chrónica dos Cinco Reis*, na narrativa sobre a Batalha de Ourique, a exaltação lusa ocorre também com outro episódio histórico de Portugal, a chamada Batalha de Aljubarrota, descrita na obra de Fernão Lopes intitulada *Crónica de D. João I*, o enredo desse documento retrata a independência portuguesa em relação à Castela, mostrando as singularidades dos portugueses na luta contra o inimigo. Acredita-se que a vitória de Portugal sobre Castela teria sido uma “segunda Batalha de Ourique”, que na visão de intelectuais como Oliveira Martins o que estaria ocorrendo seria a “independência da Nação Portuguesa” frente o domínio Castelhana. O nacionalismo esteve presente em diversos trabalhos sobre Ourique e Aljubarrota, como pode ser observado na passagem do autor supracitado. “O sentimento de independência ‘nacional’, a ideia de que os reis são os chefes da ‘nação’, e não os donos de uma propriedade que defendem e tratam de alargar, bem se pode dizer que só data da dinastia de Avis, depois do dia memorável de Aljubarrota.”²²⁸

Fernão Lopes escreve sobre a independência portuguesa em Aljubarrota, exaltando os seus e enaltecendo a identidade lusa, sendo necessário que o mesmo crie uma origem histórica para essa ideia de lusitanidade. A Batalha de Ourique serve como mito fundador para a condição portuguesa no século XV. O cronista liga a Batalha de Ourique à Batalha de Aljubarrota, como se uma fosse continuidade da outra. É, porém, importante dizer que essa identidade, ou condição lusa apenas surge com o advento dessas obras, ou seja, no século XV e não no período que ocorreu o conflito em Ourique como afirmam a *Crónica dos cinco reis*, provavelmente escrita por Fernão Lopes, Duarte Galvão que o segue, e posteriormente o poeta Camões.

²²⁷ BASTO, Arthur de Magalhães. **Op. Cit**, p. 102.

²²⁸ MARTINS, Oliveira. **Op. Cit**, p. 27. (aspas minhas)

Não é em vão que Oliveira Martins trata a Batalha de Aljubarrota como se nela tivesse existido uma revolução do quadro social português no final do trezentos. Segundo o autor, no fim desse processo revolucionário supostamente surgiria a “nação” lusa, ideia que pode ser refutada pelos historiadores que trabalham com o surgimento do nacionalismo. Como já visto, Hobsbawm expõe que o fenômeno nacional surge apenas na modernidade.

“Não nos destacamos ainda bem do sistema dos Estados peninsulares: somos um deles, e a independência provem, exclusivamente, do espírito separatista da Idade Média personalizado no ciúme dos reis e barões portugueses. – Depois de Aljubarrota, porém, o sentido de independência nacional, torna-se popular, desde que a revolução do Mestre de Avis o faz coincidir com o interesse particular da revolução portuguesa”.²²⁹

O que se pode encontrar nos relatos sobre Aljubarrota feitos por Fernão Lopes é a noção da lusitanidade, da condição portuguesa, sendo a gente lusa entendida a partir da diferenciação dos castelhanos, e não por um conceito moderno de nação.

Ao analisar os relatos da *Crónica dos cinco reis* e da *Crónica de Afonso Henriques* sobre as características dos acontecimentos em Ourique: a batalha em si, o sonho de Afonso Henriques e a aparição de Jesus Cristo nos céus do campo de batalha, é possível observar uma construção dos portugueses como um grupo dotado de certas características, como a bravura, a fé cristã e a missão de derrotar os infiéis. Esses elementos característicos dos portugueses foram aqueles que ajudaram a formar a lusitanidade. Pode-se aproximar esses elementos aos de Aljubarrota, na *Crónica de D. João I*, escrita por Fernão Lopes, os portugueses também tiveram sua coragem e bravura exaltadas, a condição lusa foi o que possibilitou à hoste portuguesa a vitória nos dois conflitos, como afirmam os relatos. Por isso a aproximação entre a obra efetivamente escrita por Fernão Lopes e a que se acredita que tenha sido escrita também pelo cronista, a *Crónica dos cinco reis*.

Na *Crónica de Afonso Henriques*, escrita em 1505 por Duarte Galvão, observa-se a exaltação do milagre da aparição de Jesus Cristo em Ourique de forma muito ornamentada. Encontra-se abaixo o trecho que o Ermitão se aproxima de Afonso Henriques e dá como certa a vitória deles contra os Mouros:

“Quando foi contra a tarde, depois que o príncipe fez baixar as guardas em seu arraial, o ermitão que estava na ermida (...) veio a ele e disse-lhe: ‘Príncipe Dom Afonso, Deus te manda por mim dizer, que pela grande vontade e desejos que tens de o servir, quer que tu sejas ledo e esforçado: ele te fará de manhã vencer o Rei Ismar e todos seus grandes poderes: e mais te mandar por mim dizer, que quando ouvires tocar uma campainha que na ermida está, tu sairás fora e ele te aparecera no céu, assim como padeceu pelos pecadores. E já antes disto, ele tinha feito e dotado com grande devoção o mosteiro de Santa cruz de Coimbra, à honra da

²²⁹ Idem, p. 63.

morte paixão que nosso senhor recebeu na cruz: pelo qual é de crer que lhe quis Deus assim aparecer porque por onde cada um mais merece, o mais honra e alevanta”²³⁰.

Observa-se em seguida o momento de aparição de Jesus Cristo a Afonso Henriques:

“E tu senhor, sabes que por te servir, passo muita fadiga e trabalho contra estes teus inimigos. E pois enquanto viver, me não hei de partir de teu serviço: a tua infinda piedade peço, que sempre me ajudes e tenhas em tua guarda: porque o inimigo de linhagem humana não seja poderoso para me tirar de teu santo serviço, nem fazer que meus feitos sejam ante ti aborrecidos’. E desde que isto disse, com outras muitas devotas palavras, encomendou-se a Deus e à Virgem Gloriosa sua Madre: então encostou-se e adormeceu. E quando foi uma meia hora ante manhã, tocou-se a campainha como o ermitão dissera, e o príncipe saiu-se fora de sua tenda, e segundo lhe mesmo disse, e deu testemunho em sua história, viu Nosso Senhor em cruz na maneira que dissera o ermitão: e adorou-o muito devotamente com lágrimas de grande prazer, confortado e animado com tal elevamento e confirmação do espírito Santo, que se afirma tanto que viu Nosso Senhor haver entre outras palavras falado a algumas sobre coração e espírito humano, dizendo: ‘Senhor, aos hereges, faz mester apareceres, cá eu sem nenhuma duvida creio e espero em ti firmemente’. Isso mesmo não é para deixar de crer, o que também se afirma, que neste aparecimento foi o príncipe Dom Afonso certificado per Deus de Portugal haver de ser conservado em reino”²³¹.

Na Crónica de 1419, ou dos Cinco Reis, pode-se observar o mesmo ocorrido escrito talvez de forma um pouco menos detalhista que a crônica de Galvão. Observa-se abaixo o aparecimento do ermitão e a mensagem de que Afonso Henriques veria Deus no céu:

“Quando foi a tarde e que o príncipe fez por suas guardas em seu arraial, o ermitão que estava na ermida veio a ele e disse-lhe: ‘Príncipe dom Afonso, Deus te envia a dizer por mim que, porque tu tens grande vontade de o servir, que por isto sejas esforçado, que ele te fará de manhã vencer Rei Ismar e todos os seus grandes poderes. E ele te manda por mim dizer que, quando ouvires tocar esta campainha que em esta ermida está, que tu saias fora e ele te aparecerá no céu assim como ele padeceu pelos pecadores’. E o príncipe ficou deste modo muito esforçado e, depois que se partiu o homem bom dele, fincou os joelhos em terra e disse: ‘Oh bom Senhor Deus todo poderoso, a que obedecem todas as criaturas e todas são a teu mandar e sob teu poderio, a ti só agradeço eu os muitos bens e mercês que me tens feito e me fazes, peço à tua mercê que sempre me tenhas em tua guarda, que o poder do inimigo da linhagem humana não seja tanto que me tire de teu santo serviço nem que os meus feitos sejam tais que sejam aborrecidos ante ti.’”²³²

Logo em seguida, a crônica expõe a aparição de Jesus Cristo para o monarca português como presságio da vitória deles sobre os sarracenos na Batalha de Ourique.

“E, quando veio ante manhã uma meia hora, toca-se a campainha e o rei saiu-se fora de sua tenda e, assim como ele disse e deu testemunho em sua estória, viu Nosso Senhor Jesus Cristo em a cruz pela guisa que o ermitão dissera e adorou-o

²³⁰ GALVÃO, Duarte. *Crônica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995. p. 57.

²³¹ Idem, p. 58 – 59.

²³² *Crônica de Portugal de 1419*. Edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Universidade de Aveiro, 1998. p. 20 – 21.

com grande ledice e com lágrimas de prazer de seu coração. E, como Nosso Senhor desapareceu, e ele muito ledado e esforçado veio-se para sua tenda e fez-se armar e mandou logo dar as trombetas e atabaques e anafis e foram todos alevantados e começaram-se de manifestar e ouvir missas e comungar todos com grande devoção”.²³³

Na crônica de Duarte Galvão, podem-se constatar os momentos anteriores à batalha. Afonso Henriques nesse momento anima seus companheiros portugueses a fazer com que estes encarem a numerosa hoste dos mouros. Seus companheiros o pedem para nomearem rei de Portugal, e por fim, observa-se a lendária coroação do monarca como primeiro rei português:

“Partiu o príncipe e sua gente em quatro azes, na primeira meteu trezentos de cavalo e três mil homens de pé, e na retaguarda fez outra az em que iam outros trezentos de cavalo e três mil homens de pé, uma das alas fez de duzentos de cavalo e dois mil de pé; outra ala fez doutros tantos, que eram por todos dez mil homens de pé e mil de cavalo. Na primeira az ia o príncipe Dom Afonso com muitos bons cavaleiros. E assim que desde que o sol saiu e feriu nas armas dos cristãos, maiormente indo acompanhados na graça de Deus, esplandeciam e reluziam tão grandemente, que ainda que poucos fossem havia poder maior que os não temessem. Os mouros também de seu cabo, postos no campo, fizeram de si doze azes de gente muito grossa, assim de pé como de cavalo: e quando os senhores e grandes que estavam com o Príncipe Dom Afonso, viram as azes dos mouros e a grande multidão deles sem conto, chegaram ao Príncipe e disseram: ‘Senhor, nós viemos a vós que nos façais uma mercê, a qual será grande bem e honra aos que aqui viverem, e aos que morrerem e a todos os de sua geração’. O príncipe lhes respondeu que dissessem, que não havia cousa que em seu poder fosse de fazer, que de boa vontade não fizesse. Eles disseram: ‘Senhor, o que toda esta vossa gente vos pede, é que vos consintais que vos façam Rei, e assim houvera mais esforço para pelejar’. Respondeu ele e disse: ‘Amigos, senhores e irmãos eu assaz tenho de honra e senhorio entre vós, por sempre ser de vós muito servido e aguardado, e por disto me contento assaz, não me quero chamar Rei nem sê-lo: mas eu como vosso irmão e companheiro, vos ajudarei com o meu corpo contra esses infiéis inimigos da fé. Senhor, praza a Deus que assim seja, e não menos o esperamos de sua graça, porém para ele ser melhor servido de vós e de nós neste feito, e em todos os outros adiante, e muito necessário que vos alcemos por Rei, e não deve uma só vontade vossa mudar a de todos, que vos tanto pedimos e desejamos’. O Príncipe vendo-se tão afincado deles, disse que pois assim era, que fizessem o que lhes parecesse. E então todos o levantaram por Rei bradando com grande prazer e a alegria: ‘Real, Real, pelo Rei Dom Afonso Henriques de Portugal’”.²³⁴

Aponta-se para um “discurso cortês” por parte de Afonso Henriques, resistindo ao privilégio de se tornar o monarca de Portugal. Esse trecho foi reproduzido em ambas crônicas, expondo as qualidades cristãs do rei de Portugal, como a humildade e a resignação, porém para animar seus companheiros em batalha, Afonso Henriques realiza este “esforço”.²³⁵ Assim

²³³ Idem, p. 21.

²³⁴ GALVÃO, Duarte. **Op. Cit**, p. 61 – 63.

²³⁵ “Segue – se a descrição do exército português ordenado para a batalha. É antes desta se travar que os Portugueses pedem a D. Afonso Henriques que consinta que o façam rei. Ele recusa com um discurso cortês:

como ocorre na *Crónica de D. Afonso Henriques*, o mesmo acontece na *Crónica de 1419*. Os portugueses em batalha ficam receosos pelo numero de sarracenos no campo de batalha e momentos antes consagram Afonso Henriques como primeiro rei português.

“E, quando os senhores e grandes que estavam com o príncipe viram as azes dos mouros arraiadas no campo, chegaram ao campo ao príncipe e disseram-lhe: ‘Senhor nós vimos a vós que nos façais uma mercê, a qual será grande honra aos que aqui viverem e aos que morrerem e a todos os de sua geração: Senhor, o que nós, todas estas gentes, consintais que vos façam Rei e houveram estas gentes maior esforço pera pelejar.’ Respondeu ele e disse: ‘Amigos senhores e irmãos, eu assaz hei de honra entre vós porque fui sempre de vós bem servido e guardado. Porém disto me contento e não me quero chamar Rei nem o ser, mais eu, como companheiro e irmão vos ajudarei contra estas gentes inimigas da fé como vós verdes. De mais, ainda que tal cousa fosse, o lugar não é guisado para se tal cousa fazer, mas sedes fortes e não temas nada, que o senhor Jesus Cristo, pela fé do qual nos somos prestes pera espargir nosso sangue, ele nos ajudará contra eles e os dará em nossas mãos. ‘Senhor’, disseram eles, ‘prazerá a Deus que assim seja, porém mais todavia será bem que vos alcemos por Rei’. E então ele, vendo-se afincado muito deles, disse: ‘Pois assim é, façam como por bem tiverdes’. E então, esses maiores e nobres cavaleiros que o eram o levantaram por Rei, bradando a todos com grão alegria: ‘Real, real, pelo rei dom Afonso Henriques de Portugal!’”²³⁶

Afonso Henriques nessa passagem não é apenas eleito o monarca de Portugal, mas foi a figura central na luta contra os infiéis, pois é a partir da figura do mesmo que os demais portugueses vão se sustentar. Afonso Henriques foi visto como um organizador daqueles que o cercavam, uma espécie de servidor daqueles que com ele estavam a lutar contra os mouros. Como afirma José Maria Rodrigues, em meio a luta na Batalha de Ourique, Duarte Galvão expõe que a coroação do monarca português faria com que a hoste de Afonso Henriques batalhasse melhor: “O cronista conta, com vários pormenores, como os portugueses, antes de travada a batalha, se dirigiram a D. Afonso Henriques e lhe pediram que consentisse em ser aclamado rei, pois assim pelejariam com mais esforço.”²³⁷

Sobre esses relatos supracitados pode-se constatar que em ambas as crônicas observam-se a construção de mitos em torno da Batalha de Ourique. São vistos nessas passagens acima expostas uma unidade de grupo e de organização pautada por valores culturais e religiosos, passando a clara ideia da existência de uma condição portuguesa a partir dos relatos da batalha. Dessa forma, entende-se que Duarte Galvão e *provavelmente Fernão Lopes* ornaram em suas obras uma unidade lusitana inexistente no período da batalha narrada.

‘não me quero chamar rei nem o ser, mas eu como vosso irmão e companheiro vos ajudarei.’ Mas acabou por ceder, ‘e esses mais cavaleiros que aí eram o levantaram por seu rei, bradando todos com muito prazer e alegria dizendo: ‘Real, real, real por El – rei D. Afonso Henriques, rei de Portugal’”. SARAIVA, Antônio José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1995. p. 164 – 165.

²³⁶ Crónica de 1419. **Op. Cit.**, p. 21.

²³⁷ RODRIGUES, José Maria. **Op. Cit.**, p. 48

A presença de Deus nos relatos ajuda a reforçar a solidariedade grupal existente entre os portugueses, dando a ideia de que a presença divina teria ajudado a formar o reino luso.

Essas alegorias presentes na obra de Duarte Galvão foram, no final do século XVI, transportadas para *Os Lusíadas*, sendo a crônica vista como importante fonte da epopeia. Dessa forma, o poema traz uma série de características das crônicas anteriores, permanecendo na literatura portuguesa essa narrativa da construção da identidade lusitana, tema que foi exaustivamente trabalhado por Camões.²³⁸ Pode-se observar como especificamente a Batalha de Ourique teria sido uma forma de influência de Duarte Galvão sobre Camões: “Foi também a crônica de Duarte Galvão que forneceu ao poeta os elementos históricos (...) para a narrativa da chamada batalha do campo de Ourique.”²³⁹

Aponta-se a aparição de Jesus Cristo na epopeia camoniana, mostrando que a força dos mouros foi o fator desencadeador para a intervenção divina. “Assim, temos em primeiro lugar, o espetáculo da força de Ismar e dos quatro reis a quem ele chefia – para fazer sentir a necessidade da intervenção miraculosa, unânime ansiedade no arraial lusitano.”²⁴⁰ A passagem apontada por Hernâni Cidade sobre a lenda de Ourique é representada abaixo na estrofe de *Os Lusíadas*, atenta-se para a coroação de Afonso Henriques presente no poema com a presença da mesma saudação feita pelos portugueses que aparece nas crônicas.

“A matutina luz serena e fria,
As estrelas do polo já apartava:
Quando na cruz, o filho de Maria,
Amostrando-se a Afonso o animava.
Ele adorando quem lhe aparecia,
Na fé, todo inflamado assim gritava:
- ‘Aos infiéis, Senhor, aos infiéis,
E não a mim, que creio o que podeis!’

Com tal milagre os ânimos da gente
Portuguesa inflamados, levantavam
Por seu rei natural este excelente
Príncipe, que do peito tanto amavam:
E diante do exército potente
Dos inimigos gritando o céu tocavam:
Dizendo em alta voz: - ‘Real, real,
Por Afonso, alto Rei de Portugal’” (III, 45 – 46).

Dessa forma, Luís de Camões dá continuidade aos mitos criados sobre a Batalha de Ourique iniciados nas crônicas. Observa-se a valorização da unidade e da importância de

²³⁸ “É escusado dizer que aqui considero a narrativa de D. Galvão, não pelo seu lado histórico, mas apenas como fontes dos *Lusíadas*. Nem nos deve causar estranheza que o poeta tomasse para guia uma obra em que abundam as lendas e erros históricos, pois no tempo que foram escritos *Os Lusíadas* era ela, por assim dizer, a história oficial do reino de D. Afonso Henriques”. Idem, p. 35.

²³⁹ Idem, p. 46.

²⁴⁰ CIDADE, Hernâni. **Luís de Camões – O épico**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1968. p. 157.

Deus para a vitória dos portugueses contra a multidão de sarracenos. Além da valorização da identidade portuguesa a partir da providência divina e da derrota do infiel, deve-se entender a importância da utilização desse episódio histórico em *Os Lusíadas*. A Batalha de Ourique estava diretamente ligada ao contexto político português do século XVI. É relembrando da Batalha de Ourique que se atribui sentido às conquistas portuguesas em África, é a partir desse confronto que D. Sebastião compreende o enfrentamento aos mouros no norte africano em Alcácer-Quibir.²⁴¹ Existe a partir de então uma ideia de continuidade histórica, entre Ourique e o Portugal contemporâneo de Camões.

2.4 A alteridade em Ourique: A conclusão do mito em *Os Lusíadas*

Assim como a ideia de lusitanidade e a construção da identidade, a alteridade na Batalha de Ourique em relação aos mouros é formada não pelos primeiros documentos acerca do confronto, mas pelas crônicas do século XV e pelo poema camoniano no século seguinte. Como características identitárias portuguesas achadas nas crônicas destacam-se: a questão da superioridade numérica dos mouros, a providência divina agindo em prol das hostes de Portugal e Afonso Henriques construído como grande motivador e agregador dos lusos.

“Em Ourique, o exército de Afonso Henriques é ‘em força e gente tão pequeno’ (III,42,V.8). ‘Que pera um só cem mouros haveria’. (III, 43, V.8). Não lhe parecendo bastante dizê-lo, Camões o repete logo adiante: ‘Pera um cavaleiro houvesse cento’ (III, 43, V.8), mesmo porque o rei português é um só, enquanto ‘cinco reis mouros são os inimigos’ (III, 44, V,1)”.²⁴²

Essa disparidade de homens entre portugueses e mouros foi o ponto central para a intervenção divina nos relatos sobre a batalha, aparecendo Cristo à Afonso Henriques. Luís de Camões expõe essa questão da superioridade numérica dos mouros nos seguintes versos:

“Mas já o príncipe Afonso aparelhava
O lusitano exército ditoso,
Contra um mouro, que as terras habitava
D’além do claro Tejo deleitoso:
Já no Campo de Ourique se assentava
O arraial soberbo e belicoso,
Defronto do inimigo Sarraceno,
Posto que em força, e gente, tão pequeno.

²⁴¹ “Ourique é o primeiro passo na dilatação da fé e do Império (I, 2 vv. 2 – 3); o inimigo é o mouro, contra quem é louvável pelejar. Não importa que sejam eles os donos da terra que há muito se apossaram: é preciso vencê-los para dar início a arrancada rumo ao sul, que chegará ao Algarve e continuará pelo mar afora. A batalha é duvidosa: Um rei português contra cinco reis mouros, cem infiéis para um cristão. Súbito, o milagre: o Cristo crucificado mostra-se a todos; os ânimos se acendem, é a vitória portuguesa”. BERARDINELLI, Cleonice. **Estudos Camonianos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 58 – 59.

²⁴² BERARDINELLI, Cleonice. **Op. Cit**, p. 59 – 60.

Em nenhuma outra coisa confiado,
Senão no Sumo Deus, que o Céu regia;
Que tão-pouco era o povo batizado,
Que, para um só, cem mouros haveria.
Julga qualquer juízo sossegado
Por mais temeridade, que ousadia,
Cometeram tamanho ajuntamento:
Que, para um cavaleiro, houvesse cento.

Cinco reis mouros são os inimigos,
Dos quais o principal Ismar se chama;
Todos experimentados nos perigos
Da guerra, onde se alcança a ilustre fama.
Seguem guerreiras damas seus amigos,
Imitando a formosa e forte dama,
De quem tanto os troianos se ajudaram,
E as que Termodonte já gostaram” (III, 42 – 44).

Ismar tem fundamental importância na batalha, pois é visto como o antagonista a Afonso Henriques e líder dos sarracenos. Os cronistas e Camões fazem grandes referências a esse importante personagem da Batalha de Ourique.²⁴³ Na *crônica dos Cinco Reis de Portugal*, a questão numérica é levada em consideração pelos próprios portugueses na batalha. Isso é visto quando os companheiros de Afonso Henriques duvidam da capacidade de vencer os mouros nos campos de Ourique. Esse famoso episódio contrasta a hoste portuguesa, claramente caracterizada como cristã, contra os infiéis muçulmanos da hoste de Ismar na Batalha de Ourique. Expõe-se a importância desse contraste no episódio como auxílio da construção da lenda na *Crônica de 1419* ao expor as diferenças numéricas entre as duas hostes.²⁴⁴

Existe uma grande incerteza por parte dos portugueses em lutarem contra os mouros pelo número dos infiéis presentes em campo de batalha, essa dúvida é entendida pelo rei como uma fraqueza da fé cristã, por isso a importância de Afonso Henriques na liderança da hoste portuguesa, o rei lusitano anima seus vassallos e é certo da vitória pela proteção divina, como pode ser visto na crônica. Nesse momento, pode-se observar a formação de um grupo e

²⁴³ “Ora Ismar, a que se referem as várias crônicas, foi identificado pelo arabista Dr. David Lopes, que diz ser ele então o governador do distrito de Santarém, cargo que conservou pelo menos até 1144. Eram os Mouros de Ismar que iam assolar o território portugalense, indo até as proximidades de Coimbra. Também em 1135, D. Afonso Henriques, tendo reunido em Coimbra alguma gente, entrou pela terra dos mouros do distrito de Santarém e foi tomar o castelo de Leiria, trucidando a guarnição mourisca e deixando uma guarnição cristã”. CESAR, Vitoriano José. **Op. Cit.**, p. 7.

²⁴⁴ “Uma das novidades desta crônica em relação às anteriores é a narrativa do milagre do aparecimento de Cristo em Ourique. Eis o que diz a crônica de Portugal de 1419: A hoste de D. Afonso Henriques chega a um lugar ‘que ora chamam cabeça do Rei, que é a par de Castro Verde, no qual estava uma ermida.’ Vendo a multidão desmedida do exército do rei Ismar, Os cavaleiros de D. Afonso Henriques aconselharam – no a desistir da batalha. D. Afonso Henriques responde com um longo discurso que diz que ‘maior é o poder de Deus que o do Rei Ismar’”. SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.**, p. 163 – 164.

de uma identidade lusa, sendo construída a partir da liderança de D. Afonso Henriques ao crer na vitória sobre adversidades.

“E os cristãos que vinham com o príncipe Dom Afonso Henriques foram em grande dúvida para fazerem tal batalha e bem lhe parecia que era muito desigual: e então lhe disseram ‘senhor vós vedes quanta gente é a que com o Rei Ismar está não é razão de tão poucos como nós somos pelejemos com eles e mais isto não é serviço de Deus mas antes é seu desserviço e que podia perder muito asinha o condado de Portugal e porém seria bem de calardes tal cousa por onde esta batalha se não fizesse’ e quando o príncipe isto ouviu pesou-lhe muito e disse-lhe ‘bons vassalos e amigos bem nos havia de lembrar a intenção com que partimos para servir a Deus e hora somos aqui juntos vistos dessa gente que nos será grande minguia deixarmos a batalha (...) o qual dia de amanhã virá a ser tão formoso para nós que se bem pelejarmos a nós viria mais honra, que a homens pode vir e eu confiando em Deus a quem nos íamos servir que nos dará tanta força e poder que nós venceremos esta gente que contra nós vem que poderdes ter e crer que maior é o poder de Deus que o do rei Ismar, nem de quantos mouros com ele vem e devemos de lembrar dos muitos feitos que fizeram nossos antecessores e como muitas vezes e em muitos lugares pelejaram com eles e os venceram mas não é menos poderosa a mão de Deus agora para vos ajudar contra o rei Ismar’”²⁴⁵

Essa questão também pode ser vista na *Crónica de Afonso Henriques*, escrita por Duarte Galvão, porém, o diálogo é mais desenvolvido do que na crônica anterior, observa-se que na *Crónica de Afonso Henriques* o rei homônimo tem um espaço privilegiado de fala sobre a questão da fé e da importância de acreditar na proteção de Deus.

“Os cristãos que eram com o príncipe, vendo a grande multidão dos mouros sem conto, começaram a colocar dúvida em se dever dar a batalha, pela muito grande desigualdade que havia deles aos mouros. Então se foram ao Príncipe e lhe disseram: ‘Senhor, (...) vós vedes bem a multidão da gente que o Rei Ismar traz consigo, e cuidardes de com tão pouca como tendes, pelejar com ele, é cousa fora de toda razão, e ainda parece mais tentar Deus, que sisuda valentia: nem se deve haver por serviço de Deus, ante por muito seu desserviço, por a tamanha ventura e risco de uma só hora o senhorio de Portugal ganhado em tantas de muitos dias e anos: pelo qual, senhor, a todos parece, e não com minguia de coração nem vontade, que em nós nunca achastes, deve-se ter modo como todavia se escusasse esta batalha’”²⁴⁶

Observa-se abaixo a resposta do Rei Afonso Henriques na crônica homônima sobre a temeridade dos portugueses frente às hostes mouras:

“Meus bons vassalos e amigos, muito vós deve de lembrar a tensão e desejos com que partimos de Coimbra, para servir Deus e pugnar sua santa fé, contra estes seus inimigos e nossos: e ora estando nós já em vista dos que viemos buscar, seria grande minguia, e ainda poder-se-ia mais asinha seguir de Portugal essa perda, não pelejando, que pelejando receais, se fugíssemos da batalha, a que Deus e nossas vontades tão acerca trouxeram. Lembre-vos quantas vezes e em quantos lugares pelejaram nossos antecessores com estes inimigos da fé, e os venceram poucos a muitos. Pois não é agora menos poderosa a mão do Senhor Deus para nos ajudar contra o Rei Ismar, do que foi nos tempos passados pera vos ajudar a eles. Nós

²⁴⁵ **Crónica dos Cinco Reis de Portugal**. Porto: Livraria civilização, 1945. p. 63 – 64.

²⁴⁶ GALVÃO, Duarte. **Op. Cit**, p. 51.

pelejam por Deus, pela fé, pela verdade. Estes arrenegados que vedes pelejam contra Deus, pela falsidade. Nós por nossa terra, eles pela que nos tem forçada e querem forçar. Nós pelo sangue vingança de nossos antecessores, eles por ainda derramarem cruelmente o nosso. Nós por colocar nossos pais, nossas pessoas, nossas mulheres e filhos em liberdade, e eles a nós todos em cativoiro”.²⁴⁷

Na *Crónica dos Godos* a questão da diferença numérica também pode ser vista na Batalha de Ourique, dessa forma, a disparidade dos grupos é uma constante quando a referência é a hoste sarracena em conflito com a portuguesa na batalha, estando presente desde o século XII com a crônica em questão.

“Esmar Rex Sarracenus congregata infinita multitudine Sarracenorum transmarinorum quos secum adduxerat & eorum qui morabant citra maré a termino Sibillie, & Badallioz, & de eluas, & de Elbora, & de Begia, & de omnibus castellis usque samtarem uenerunt ei obuiam, ut pugnaret cume o confidens in multitudine uirtutis sue, & sui exercitus, quia erat copiosus in tantum quod etiam mulieres ibi affuerunt Amazonico ritu beligerantes, sicut exitus postea probauit in eis que ibi ocisse inuente fuerunt, licet Rex Alfonsus esset cum paucis suorum, & esset in quodam promuntorio fixis tentoris ex omini parte obsessus, & circumuallatus est a Sarracenis a mane usque ad uesperam, cum uellent irrumpere, & inuadere castra christianorum”.²⁴⁸

Com isso, observa-se que a batalha se configura em uma luta política, pela proteção e obtenção dos territórios por parte do rei lusitano, assim como também em um conflito religioso, onde um rei cristão enfrentaria os reis sarracenos, pregadores do islamismo. Nesse conflito o espírito da reconquista é o motivo condutor das crônicas sobre os campos de Ourique. Nos versos de Camões pode-se constatar a violência e a ferocidade da batalha.²⁴⁹

“Ali se veem encontros temorosos,
Para se desfazer uma alta serra,
E animais correndo furiosos,
Que Netuno Amostrou ferindo a terra.
Golpes se dão medonhos e forçosos;
Por toda a parte andava acesa a guerra:
Mais o de Luso, arnês, couraça, e malha
Rompe, corta, desfaz, abala e talha.

Cabeças pelo campo vão saltando,
Braços, pernas, sem dono, e sem sentido;

²⁴⁷ Idem, p. 52.

²⁴⁸ **História dos Godos.** In: Fontes Medievais da História de Portugal. Seleção Prefácio e Notas de Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1982. p. 32. Rei Ismar sarraceno reuniu multidão infinita toda de sarracenos ultramarinos e que foram trazidos por ele junto com os de além-mar, nos limites de Sibillie, Badajóz e Beja, e confiante na multidão de suas virtudes e de seus exércitos que eram populosos e também mulheres guerreiras que combatiam seguindo o rito amazônico, então o exército provou a eles, e o Rei Afonso estava com pouco dos seus, e estava em um monte e cercado por todos os lados pelos sarracenos de maneira que no dia anterior estavam atacando os acampamentos dos cristãos. (tradução minha)

²⁴⁹ “Camões, ao versificar a Batalha de Ourique em *Os Lusíadas* nos descreve a batalha de forma violenta, expondo o ímpeto religioso e a adversidade entre os portugueses e os mouros. Constante ainda é a violência da batalha, retratando o seu ímpeto na aceleração rítmica dos versos produzida, sobretudo pela enumeração de verbos de ação. É em Ourique que a violência atinge o máximo”. BERARDINELLI, Cleonice. **Op. Cit.**, p. 60.

E d'outros as entranhas paupitando,
Pálida a cor, o gesto amortecido.
Já perde o campo o exército nefando;
Correm rios de sangue desparzido,
Com que também do campo a cor se perde,
Tornado carnezim de branco, e verde” (III, 51 – 52).

Após a violência da batalha demonstrada por Luís de Camões, observa-se a vitória dos portugueses sobre os infiéis. É interessante observar que após a vitória portuguesa o rei Afonso Henriques valoriza os sinais cristãos como a cruz, ao mandar pintar cinco escudos azuis para cada rei sarraceno morto em batalha, alocando-os na forma do símbolo litúrgico. Essa ritualística foi lembrada como o fim da Batalha de Ourique, sendo um ponto importante de afirmação da lusitanidade. Encerra-se com isso as narrativas sobre o mito fundador português, ou seja, o desfecho de Ourique.

“Já fica vencedor o Lusitano,
Recolhendo os troféus, e presa rica:
Desbaratado, e roto o Mauro hispano,
Três dias o grão Rei no campo fica.
Aqui pinta no branco o escudo ufano,
Que agora esta vitória certifica,
Cinco escudos azuis esclarecidos,
Em sinal destes cinco Reis vencidos.

E nestes cinco escudos pinta os trinta
Dinheiros por que Deus fora vendido,
Escrevendo a memória em vária tinta,
D'Aquele, de quem foi favorecido,
Em cada um dos cinco, cinco pinta;
Porque assim fica o número cumprido,
Contando duas vezes o do meio
Dos cinco azuis, que em cruz pintando veio”. (III, 53 – 54)

Esse ritual promovido por Afonso Henriques pode ser considerado uma espécie de agradecimento a Deus por tê-lo dado a improvável vitória contra os mouros nos campos de Ourique. Na *Crónica dos Cinco Reis de Portugal* o mesmo ocorre na narrativa da Batalha de Ourique ao ser declarada a vitória portuguesa:

“Esta batalha durou até horas do meio dia e Deus que vitória prometeu àqueles que sua mercê fez que o Rei D. Afonso Henriques fosse vencedor e o rei Ismar fosse vencido e quatro Reis vinham em sua ajuda e morrerem em aquela batalha muitos mouros sem conto e depois que a batalha foi acabada o rei D. Afonso esteve em o campo três dias como é de costume que os Reis fazem se alguma necessidade não vem e estando assim por se lembrar da mercê que Deus em aquele dia lhe fizera acrescentou em suas armas sinais que fossem demonstrativos em lembrança das cousas que lhe aconteceram e assim mesmo da mercê que Deus fizera e pelo aparecimento que nosso senhor Jesus Cristo fizera em cruz pôs sobre as armas brancas a uma cruz toda azul e pelos cinco reis que lhe Deus fizera vencer repartiu

a cruz em cinco escudos e meteu trinta dinheiros em cada um dos escudos em reverência e paixão de nosso senhor Jesus Cristo”.²⁵⁰

Na *Crónica de Dom Afonso Henriques*, Duarte Galvão retoma pensadores da Antiguidade como Tito Lívio, voltando a exaltar a diferença numérica entre os portugueses e os mouros. Pode ser vista também valorização da expansão da fé cristã por Afonso Henriques na vitória sobre Ismar na Batalha de Ourique.

“Todos o faziam muito bem, mas em especial, o Rei dom Afonso que é muito grande de corpo e de muito assinalada valentia, de força grande e coração muito maior e grande cortador de espada, e portanto seu pelejar. Foi esta batalha tão bravamente pelejada, que durou até horas de meio dia sem tomar fim, sendo o dia tão quente, e por tanto naquele tempo, que cada uma destas cousas com pouco mais afronta os devera cansar: mas nosso senhor que era com o Rei Dom Afonso, tão bom e esforçado cavaleiro e com os seus, lhes deu esforço como nem com nenhuma destas, nem com tanta multidão de mouros enfraquecia [sic], dando-lhe de batalha de tudo tão grande vencimento, qual se não lê de tão poucos a tantos em batalha campal aprazada. Foi assim vencido o Rei Ismar os quatros Reis que vinham com ele, e mortos na peleja muito grande conto dos mouros e muitas das mulheres pelejadoras. Não se espante ninguém nem duvide do que em cima escrevo da grandeza deste vencimento, como já vi espantar alguns por mim assim ouvirem, quando Plutarco e outros autores gregos e assim Titu Lívio, com outros latinos concordando, afirmam e dizem a vitória da batalha que Lúcio Luculo, capitão de Roma, houve em Ásia contra Rei Tigranes, ser a maior que o sol nunca viu, sendo os romanos onze mil de pé afora a gente de cavalo, e os inimigos duzentos e vinte mil de peleja, havendo logo com gente tão covarda e prestes a fugir, que sobre morrerem deles cem mil no desbarato, dos romanos só cinco morreram, e feridos não passaram de cento. Donde se escreve que os romanos houveram vergonha e se riram de si mesmos, por tomarem armas pera tão vil gente. Da qual segundo afirma Tito Lívio, eram os vencedores quase a vigésima parte, o que em muito maior grão e desigualdade se deve estimar e dizer desta vitória do Rei D. Afonso, assim pelo muito mais número de inimigos e menos de cristãos, como pela valentia e animosidade e seita contrária dos infiéis, e além disso vezados às mesmas guerras nossas, e a muitas vitórias havidas contra nós, com que se tinham feito vencedores da cristandade e senhoreado o mundo”.²⁵¹

Duarte Galvão aproxima os portugueses aos romanos, expondo os lusos como uma sociedade civilizada e superior, podendo derrotar com facilidade os povos entendidos pelo cronista como “bárbaros”, mesmo que a diferença numérica seja gritante. Essa aproximação entre os latinos e os lusitanos é feita quando Duarte Galvão expõe que ambos os grupos derrotaram em momentos diferentes hostes mais numerosas que as suas.

Ainda referente à relação da alteridade presente na Batalha de Ourique dos portugueses em relação aos mouros, observa-se que existe uma construção imagética fortemente negativa atribuída aos muçulmanos. Essa estética do mouro pode ser encontrada em *Os Lusíadas*. Luís de Camões escreve algumas passagens denegrindo a imagem do

²⁵⁰ *Crónica dos Cinco Reis de Portugal*. Porto: Livraria civilização, 1945. p. 68.

²⁵¹ GALVÃO, Duarte. *Op. Cit*, p. 66 – 67.

muçulmano, enfatizando a diferença entre eles e os portugueses. Se os lusitanos são homens de fé, honrados e agraciados com a divina providência os muçulmanos dos campos de Ourique são seres baixos, bárbaros, subdesenvolvidos.²⁵²

“Tal o Rei novo o estomago acendido
Por Deus e pelo povo juntamente,
O *bárbaro* comete apercebido,
Com o animoso exército rompente.
Levantam nisto os *perros* o alarido
Dos gritos tocam arma; ferve agente:
As lanças, e arcos tomam; Tubas soam;
Instrumentos de guerra tudo atroam.

Destarte o mouro *atônito e turbado*,
Toma, sem tento, as armas muito depressa;
Não foge; mas espera confiado,
E o ginete beligerio arremessa.
O português o encontra denodado;
Pelos peitos as lanças lhe atravessa:
Uns caem meio mortos, e outros vão
A ajuda convocando do Alcorão” (III, 48 – 50).

Observa-se então, que a construção da alteridade na Batalha de Ourique foi, antes de tudo, uma construção do outro pautada nas diferenças religiosas valorizada pela criação de uma identidade portuguesa. Nas narrativas desse conflito, o português adotava os fundamentos do cristianismo como marca de sua identidade. Não é à toa que Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, é um difusor dos valores cristãos.

Nas crônicas do século XV, XVI e também em *Os Lusíadas* a aparição de Jesus demarca a importância do cristianismo para a fundação de Portugal e para a cultura lusa, o milagre de Ourique pode ser interpretado como uma espécie de mito fundador elevando os portugueses a um heroísmo extremado para a construção de sua identidade.

“A inclinação aos encarecimentos chegou a elevar o número dos vencidos a quatrocentos mil Sarracenos e a fazer intervir na tentativa o próprio Deus. Se acreditarmos ainda os cronistas antigos e ainda os historiadores modernos, a Batalha de Ourique foi a pedra angular da Monarquia portuguesa. Ali os soldados no delírio de tão espantosa vitória de que haviam sido instrumento e vítimas cinco reis mouros e os exércitos sarracenos da África e Espanha, aclamaram monarca o moço príncipe que os conduzia ao triunfo. Algumas, porém, das memórias ou coevas ou mais próximas contentam-se de exagerar o número de inimigos, omitindo as particularidades que o tempo foi acrescentando ao sucesso”.²⁵³

²⁵² “O desdém se manifesta quando este é o ‘infiél’ (III,45,v. 7), o ‘perro’ (III, 48, v. 5), ‘o exército nefando’ (III, 52, v. 5)” BERARDINELLI, Cleonice. *Op. Cit.*, p. 63.

²⁵³ HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal: Desde o começo da Monarquia até o fim do reinado de D. Afonso III**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980. p. 436 – 437.

Alexandre Herculano entendeu a Batalha de Ourique como a formação da “nacionalidade” portuguesa ao descrever o evento como a “pedra angular da monarquia”. Homens do período de Herculano, dada a influência do romantismo na vida intelectual portuguesa, valorizaram a história lusa a partir de uma perspectiva voltada para o enaltecimento da nação. Ourique foi encarado como o surgimento desta. A ideia de condição portuguesa, a lusitanidade não teve sentido fora dos padrões nacionais para Herculano, a “nação” foi um conceito naturalizado pelo intelectual.

A noção de lusitanidade foi também formada pelo pensamento cristão que foi incorporado a cultura e identidade portuguesa. O sonho do monarca seria a representação do cristianismo no reino português, por isso a necessidade de expor o mouro como o “outro”, como a alteridade.²⁵⁴ É a partir do confronto com o sarraceno em Ourique nos relatos dos cronistas e de Camões que a identidade dos portugueses ganha alguns de seus contornos.

Quando se fala da alteridade em Ourique por esses escritos dos séculos XV e XVI o sentimento cristão se mistura à identidade portuguesa quando é estabelecida a relação de oposição com os mouros. Luís de Camões quando inclui em seu poema a Batalha de Ourique não está apenas trazendo a tradição do mito fundador de sua cultura, mas ao representar os portugueses como cristãos nessa e em outras partes do poema, está também preenchendo de significado o que é ser português, colocando a cultura do cristianismo como um dos elementos da lusitanidade.

Por fim, é possível entender que a alteridade dos portugueses na Batalha de Ourique é o sarraceno, o mouro, visto como bárbaro, subdesenvolvido, o infiel da cristandade, por sua vez os portugueses tem como característica central a valorização de sua natureza cristã, onde Deus contornou com sua providência todas as adversidades. O português é o escolhido de Deus para expandir a fé e, segundo a tradição literária portuguesa, tem a missão divina de acabar com o mouro infiel.

Em relação ao período da própria Batalha de Ourique pode-se entender que a relação de alteridade se dava entre mouros e cristãos, o sentido da lusitanidade é um sentido que veio bem mais tarde, apenas com as literaturas do século XV, então no período da Batalha de Ourique observa-se que o que existe é um conflito cultural e religioso entre cristãos e mouros, sem a intervenção portuguesa pelo simples fato de sua inexistência. Os escritos da Batalha de

²⁵⁴ “O sonho de Afonso Henriques com o Ermitão, na narrativa, seria a primeira prova de confirmação das correlações figurais com o episódio bíblico. O sonho obedecia o ordenamento profético e a perfeição, na ideia de completude, do milagre – enquanto um dos sinais possíveis numa série de visões – ao mesmo tempo que alinhava Ourique a uma tradição autorizada e autorizadora, e punha-o na história sagrada de modo figural”. LIMA, Luís Felipe Silvério. **Op. Cit.**, p. 114.

Ourique do século XV e do XVI pouca relação têm com a batalha do século XII em si, mas sim com o surgimento da ideia de ser português, era a ideia de lusitanidade que surgia no período dessas crônicas. Essa identidade portuguesa precisava de significação, legitimidade e origem no tempo histórico, encontradas em Ourique.

Desde os românticos do século XIX até os historiadores mais próximos de nós Ourique desempenhou a função de origem da nação, os intelectuais que compactuaram com essa ideia, entendem o sentido da lusitanidade pelos princípios nacionais. Observa-se que isso tem sido uma permanência da historiografia ao se comparar a visão de Herculano com a de Ana Isabel Buescu, de forma anacrônica, a autora define Ourique como o berço da nação, ao invés de olhar para a condição lusa. Observa-se que essa questão se mantém em autores de tempos históricos bem díspares, enquanto Herculano nasceu na primeira metade do século XIX, Buescu data de meados do século XX, mais de um século após o nascimento do romântico.

“O milagre de Ourique, sustentáculo ideológico e afetivo de uma explicação multissecular da nacionalidade e do seu destino, tem, também ele, uma história. O percurso da formação da lenda, cujos passos principais podemos hoje seguir com certa segurança, revela o processo que, nas suas hesitações e estratégias levará a fixação de Ourique como mito das origens da nacionalidade.”²⁵⁵

Com a noção da lusitanidade, da condição portuguesa, é que se pretende dar uma nova interpretação a esse tão discutido momento histórico de Portugal, rompendo com a naturalização da nacionalidade.

É a partir da Batalha de Ourique e da Batalha de Aljubarrota que os portugueses se compreenderam no mundo, e para tal tarefa de próprio reconhecimento, cronistas como Fernão Lopes e Duarte Galvão deram início ao processo de significação da lusitanidade, finalizada por Camões em *Os Lusíadas*. Se é em Aljubarrota que os portugueses ganham a sua independência política, é em Ourique que a origem deles foi construída e marcada no tempo histórico a partir dos relatos do século XV. A Batalha de Ourique é uma preparação para Aljubarrota, para os conflitos com Castela e para a valorização das “gentes pequenas dos lugares” e da VII Idade de Fernão Lopes.

²⁵⁵ BUESCU, Ana Isabel Carvalhão. **Op. Cit**, p. 123

Capítulo III

A Batalha de Aljubarrota: Considerações sobre a relação da alteridade entre portugueses e castelhanos – as contribuições de Fernão Lopes e Luís de Camões para a construção da lusitanidade

Este capítulo analisa a relação da alteridade entre portugueses e castelhanos na Batalha de Aljubarrota, construída por Fernão Lopes²⁵⁶, escritor da *Crónica de D. João I* e Luís de Camões, escritor de *Os Lusíadas*.

Na primeira parte deste capítulo é desenvolvido um debate entre os historiadores acerca da crise dinástica e política envolvendo Portugal e Castela; a participação de D. Fernando, o papel de Leonor Teles, o assassinato do Conde Andeiro por D. João Mestre de Avis, a participação de camadas sociais não nobilitadas, e o desenrolar do processo de independência de Portugal (1383 – 1385). Juntamente com as considerações da historiografia estão os registros de Fernão Lopes na sua *Crónica de D. João I* e de Luís de Camões em *Os Lusíadas*, relacionando a historiografia sobre o tema e os escritores das obras aqui analisadas.

Após essa parte inicial do capítulo, empreende-se uma análise da *Crónica de D. João I*, principal obra sobre o tempo do Rei homônimo e da Batalha de Aljubarrota. Analisa-se também a importância desta obra para a edificação política da dinastia de Avis e para a consolidação de uma identidade portuguesa.

Na parte seguinte é vista a importância de D. João I e do Condestável Nuno Álvares Pereira para a independência de Portugal e para a batalha culminada a partir das transformações políticas e sociais ocorridas no reino português.

Por fim, a partir da visão do cronista e do poeta é analisada a relação da alteridade construída entre os portugueses e os castelhanos desse período histórico, apontando as similaridades e as disparidades presentes nos escritos de Fernão Lopes e Luís de Camões.

²⁵⁶ “Considerado unanimemente como nosso maior cronista, ou o nosso primeiro historiador, por se distanciar muito no método utilizado de toda a historiografia que o antecedeu, Fernão Lopes é mesmo tido por alguns como a maior personalidade da literatura medieval portuguesa. Pouco se sabe sobre a sua vida, sendo ignorada a data exata do seu nascimento. Tudo leva a crer que tenha nascido entre 1380 e 1390. Pertencendo a geração dos filhos de D. João, conheceu três reinados diferentes, os de D. João, D. Duarte e D. Afonso V. Fernão Lopes é habitualmente considerado como o cronista dos acontecimentos de 1383 – 1385, que, como se sabe levaram a imposição de um rei (D. João I). Para além de poucos mais testemunhos possuímos, além do de Fernão Lopes, foi ele quem deu a estes acontecimentos o carácter revolucionário”. **Dicionário Enciclopédico da História de Portugal**. Lisboa: Alfa, 1985, p. 396.

3.1 O processo de Independência e a Batalha de Aljubarrota: os principais apontamentos da historiografia, de Fernão Lopes e de Luís de Camões

O processo de mudanças políticas em Portugal, que desencadeou a crise dinástica no período de 1383 – 1385 e colocou a dinastia de Avis no poder, ocasionando a independência política lusitana, foi iniciado pelo rei D. Fernando²⁵⁷ por suas ações enquanto monarca português. Tudo começou com seu casamento com Dona Leonor Teles²⁵⁸. Essa relação matrimonial foi algo que despertou uma série de insatisfações nos portugueses.

“D. Fernando enamorou-se da dama fidalga já casada, a qual dava pelo nome D. Leonor Teles, e com a qual projetava maridar-se. O bando dos fidalgos, grandes proprietários de terras, grupo social a que ela pertencia, ganharia uma preponderância no reino, o que não era visto com bons olhos”.²⁵⁹

O casamento de D. Fernando com Dona Leonor foi o primeiro grande fator de importância para o descontentamento dos portugueses que culminou nas reformas políticas de 1383–1385.²⁶⁰ O próprio D. Fernando e a futura rainha se casariam em segredo dos portugueses para evitar maiores tensões com a ocorrência do matrimônio.²⁶¹

A rainha, Leonor Teles, não tinha uma boa imagem no cenário político da época, principalmente por ser vista como uma mulher infiel ao monarca, havendo suspeitas de que ela estaria traindo o rei com o conde Andeiro.²⁶²

D. Fernando é visto pela historiografia como um rei displicente e quando o monarca é mencionado é sempre visto como um alguém frágil. As suas empreitadas contra o rei de

²⁵⁷ “Nono rei de Portugal e último da primeira dinastia, cognominado formoso ou inconstante. Quando em 1367 subiu ao trono (...) há muito que na monarquia castelhana ardiam lutas fratricidas. Assim foi o governo de D. Fernando ritmado de períodos de paz e de guerra com o reino vizinho”. SERRÃO, Joel (Org.). **Dicionário da História de Portugal**. Lisboa: iniciativas, 1963. p. 208.

²⁵⁸ “Leonor Teles de Menezes, natural da província de Trás-os-Montes, era filha de Martim Afonso Telo de Menezes e de Aldonça de Vasconcelos. Conseguida a anulação do matrimônio com D. João Lourenço Cunha, D. Fernando casou-se (...) com Leonor Teles. (...) Com a morte de D. Fernando e de acordo com o estipulado no contrato nupcial, Leonor Teles assumiu a regência do Reino. Recrudesceria cada vez mais a influência de João Fernandes Andeiro, conde de Ourém, que a opinião pública apontava como amante da rainha”. SERRÃO, Joel (Org.). **Dicionário da História de Portugal**. Lisboa: iniciativas, 1963. p. 706 – 707.

²⁵⁹ SERRÃO, Joel. **O caráter social da Revolução de 1383**. Lisboa: Horizonte, 1978. p. 39.

²⁶⁰ “Os primórdios da crise de 1383–1385 encontram-se no reinado de D. Fernando. O casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles provocou grande descontentamento, o que originou tumultos populares duramente reprimidos.” MORENO, Humberto Baquero. **História de Portugal Medieval: Político e Institucional**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. p. 185

²⁶¹ “Combinaram tudo em segredo, e foram, as escondidas, no norte, casar-se. Quando regressaram a corte e os rumores se confirmaram, as opiniões se moveram na capital. O comum das gentes acusava o rei com ódios”. MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Guimarães, 1977. p. 143.

²⁶² “Nunca Leonor Teles conseguiu se fazer amar e respeitar pelas camadas populares. Para tentar impedir o seu casamento com D. Fernando, amotina-se a gente miúda de Lisboa - e, pela boca de Fernão Vasques, exorta o rei a não ligar o seu destino aquela má mulher. Circulam as mais cruas versões acerca dos seus desregramentos e o escândalo dos amores com João Fernandes Andeiro consuma-lhe o descrédito”. AMEAL, João. **História de Portugal**. Porto: Tavares Martins, 1958. p. 142.

Castela também seria um dos fatores que desencadearia mudanças do controle político português para a dinastia de Avis, que acabou consagrando a independência de Portugal.

Aborda-se a questão dos conflitos contra Castela no reinado de D. Fernando como um fator de importância para o desenvolvimento das transformações políticas em Portugal. Estas tensões causaram, em grande parte, as insatisfações dos portugueses que cresciam ao longo das disputas entre o reino português e castelhano. Atesta-se que o evento histórico da Batalha de Aljubarrota e as tensões políticas que a desencadearam são entendidas por grande parte da historiografia do século XX, assim como no caso de Ourique, como um símbolo da história nacional. Isso pode ser observado pela própria escolha das palavras de historiadores do assunto, é recorrente a utilização da palavra “nação” em diversos trabalhos, buscando designar os portugueses como um todo: “As guerras com Castela causaram grandes males à ‘nação’, resultantes das destruições e das assolações: Lisboa foi duramente castigada, tendo estado cercada por mais de uma vez”²⁶³.

Nesse momento de conflitos entre Castela e Portugal um importante grupo social da história portuguesa intervém de forma contundente na luta contra os castelhanos. Esse grupo foi formado pelos próprios portugueses. Não se refere aqui aos cortesãos de D. Fernando, tão pouco aqueles guerreiros excepcionais como Nuno Álvares. Refere-se às pessoas de pouca ou nenhuma ascensão social que habitaram o reino de D. Fernando. Geralmente esquecidos pela maior parte da historiografia, os trabalhadores urbanos, os mesteiros, os donos de algumas corporações de ofício e pescadores. Esses personagens vão estar diretamente ligados à transformação política ocorrida em Portugal nesse momento, pois a partir dos grandes embates ocorridos entre os reinos foi essa gente que mais esteve suscetível aos ataques externos, participando ativamente na luta contra os castelhanos.

Entender-se-á esses personagens como “as gentes portuguesas” ao longo deste trabalho. Grupo social, assim como os personagens ímpares, são muito presentes nos escritos de Fernão Lopes, geralmente expostos como “arraia miúda” ou como “gente pequena dos lugares” pelo cronista. Até o poeta Camões, apesar de sua dedicação ao espetacular e ao “braço forte lusitano” trouxe algumas marcas das gentes portuguesas.

Os problemas sociais não param com os conflitos existentes com Castela, mas viriam também de elementos internos do reino. Dentre esses problemas, a fome, a pouca produtividade e a baixa remuneração estariam entre alguns dos principais problemas que assolaram Portugal ao longo de todo o século XIV.

²⁶³ MORENO, Humberto Baquero. **Op. Cit**, p. 185. (aspas minhas)

“A crise marcante do século XIV, na sua manifestação de sequenciais maus anos agrícolas e fomes, desenhara-se já desde a década de 30 para vir a ser recorrente nas seguintes. A esta carência de gêneros e insuficiência alimentar vem se juntar o espectro da epidemia, como calamidade maior, a peste negra, que faz grande número de vítimas no país no final do ano de 1348”.²⁶⁴

O reinado de D. Fernando é entendido como um governo ruim, mal administrado e tempo em que a parcela dos portugueses com menores condições sofreriam bastante. O próprio cronista Fernão Lopes expôs os maus momentos desse tempo português. Esse momento político do reino de Portugal foi posto por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I* como causa principal das transformações que ocorreram no reino português com a aparição do Mestre de Avis.²⁶⁵

Dentre as explicações para as transformações políticas ocorridas naquele período em Portugal, originando a hegemonia política da dinastia de Avis, a morte do respectivo monarca, que não havia deixado um sucessor para o trono português, ganha um importante espaço dentre essas tensões. Quem reinaria seria sua filha D. Beatriz e o problema do reinado da filha de D. Fernando é que o falecido rei de Portugal a tinha casado com o monarca de Castela D. João I; dessa forma seria formada uma crise de sucessão²⁶⁶ do reino de Portugal.

Por conta do casamento de D. Beatriz, filha legítima do trono português, com o rei castelhano, Portugal perderia sua autonomia política para o governo de Castela. Essa condição dividiu os portugueses em dois grupos distintos. Enquanto os nobres apoiam a rainha, as gentes portuguesas não aceitam D. Beatriz, temendo pela independência do reino de Portugal e por uma opressão do governo castelhano. “Os nobres aclamaram D Beatriz, ligados por juramento de fidelidade à rainha, mas o povo não corresponde a aclamação desta, pois isto representaria a perda da independência a favor de Castela.”²⁶⁷

Luís de Camões em *Os Lusíadas* entende que D. Beatriz seria a “sucessora” de D. Fernando nos maus atos políticos ao se casar com o rei castelhano. O poeta também expôs o descontentamento geral das gentes portuguesas sobre o casamento em questão a partir da seguinte estrofe de seu Poema:

“Beatriz era a filha, que casada
Com o Castelhana está, que o reino pede,
Por filha de Fernando reputada,
Se a corrompida fama lho concede.

²⁶⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I o que re-colheu boa memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012. p. 22.

²⁶⁵ “Uma realidade, sem dúvida, mas sempre empolada pelo cronista para explicar o porvir. Conjugaram-se nos anos que se esteve a frente dos destinos de Portugal, todos os flagelos dos homens”. Idem, 22.

²⁶⁶ “O epílogo da crise deu-se, porém, com o casamento da única filha de D. Fernando (D. Beatriz) com o rei de Castela – momento em que se abriu a crise dinástica”. MORENO, Humberto Baquero. **Op. Cit**, p. 185.

²⁶⁷ MORENO, Humberto Baquero. **Op. Cit**, p. 186.

Com esta voz, Castela alevantada.
Dizendo – “Que esta filha ao pai sucede” - .
Suas forças ajunta para as guerras,
De várias regiões e várias terras” (IV, 5 – 6).

Juntamente com esse momento de instabilidade política agravado pelo casamento de D. Beatriz com D. João de Castela, a figura do Conde de Ourém, chamado de João Fernandes Andeiro, não era bem vista pelas gentes de Portugal, entendido como um aproveitador.

Começa-se então a organização de uma série de levantes provenientes dos portugueses para afastar o Conde Andeiro do cenário político. Enfatiza-se a participação dos grupos sociais menos abastados dos portugueses no movimento, enquanto isso, os chamados “homens-bons” ficariam aguardando os acontecimentos: “Organiza-se um levantamento popular na cidade. Um pajem recebe instruções para amotinar o povo.”²⁶⁸ Para a liderança desse movimento surge D. João Mestre de Avis, organizando o levante contra o Conde Andeiro e a Rainha Leonor Teles, regentes do reino no momento.

“Com o infante D. João (filho de Pedro e Inês) prudentemente aprisionado em Castela, acabaria por ser em torno de outro bastardo régio (João, filho de D. Pedro I e de uma dama de nome Teresa Lourenço), emblematicamente o mestre da ordem militar de Avis, que se organizaria a oposição à regente e ao seu principal valido”.²⁶⁹

A configuração política de Portugal naquele momento forçou o grupo rebelde sob a liderança de D. João, Mestre de Avis, a brigar politicamente com dois grupos pela hegemonia do reino português,²⁷⁰ o composto pela D. Leonor Teles e Conde Andeiro; e o composto pelo D. João de Castela e D. Beatriz, filha do antigo rei D. Fernando. D. João Mestre de Avis assassina o Conde de Ourém para afastar esse grupo da disputa pelo poder em Portugal, com isso, o Mestre começa a ganhar espaço na política do reino português²⁷¹, ganhando maior notoriedade. “Para o bastardo real esse ato traduzia-se desde logo no seu primeiro triunfo político por ter assassinado, mau-grado seu, o válido e amante da rainha, Conde Andeiro.”²⁷²

Luís de Camões em *Os Lusíadas* expõe que as tensões entre Castela e Portugal foram mais acirradas a partir da morte do Conde Andeiro, entendendo que esse fato teria sido o estopim para o desencadeamento dos conflitos entre os dois reinos, e que resultou, posteriormente, na independência portuguesa:

²⁶⁸ Idem, p. 185.

²⁶⁹ MONTEIRO, João Gouveia. **Aljubarrota: 1385 – A Batalha Real**. Lisboa: Tribuna da História, 2003, p. 14.

²⁷⁰ “O ódio contra Castela e os castelhanos obrigou o mestre de Avis a encabeçar uma revolta contra os dois grupos: Leonor Teles – Andeiro e D. João I – Beatriz”. MARQUES, A. H. Oliveira. **Op. Cit.**, p. 184 – 185.

²⁷¹ “Houve inicialmente uma fase de hesitações e receios. Mas uma coisa ficou desde logo assente: era preciso eliminar o conde de Ourém, e desta missão foi encarregado o Mestre, porque este, protegido pela simpatia popular, podia desempenhá-la”. MORENO, Humberto Baquero. **Op Cit.**, p. 185.

²⁷² CIDADE, Hernâni & SELVAGEM, Carlos. **Op. Cit.**, p. 52.

“Podem-se pôr em longo esquecimento
As cruezas mortais, que Roma viu,
Feitas do Feroz Mário e do cruento
Sila, quando o contrário lhe fugiu.
Por isso Leonor, que o sentimento
Do morto Conde ao mundo descobriu,
Faz contra Lusitânia vir Castela,
Dizendo – ‘ser uma filha herdeira dela’” (IV – 5).

João Ameal descreve-nos a importância do Mestre de Avis e sua liderança para assegurar a independência de Portugal. É a partir da morte do Conde Andeiro²⁷³ que a liderança de D. João é efetivada no movimento contra a dominação castelhana. João Ameal pode ser tomado como exemplo de historiador que entendeu D. João Mestre de Avis como uma espécie de “salvador” da “nação” portuguesa. O autor também baseou sua interpretação da crise que ocorreu no final do século XIV com uma perspectiva nacionalista, valorizando os “grandes personagens” portugueses. Deve-se entender que naquele período D. João de Avis entrou na disputa política do reino porque viu naquele tempo de crise uma possibilidade de chegar ao poder, sabendo que poderia contar com o apoio das gentes portuguesas pela insatisfação social que se instaurava no período. “eliminar o conde Andeiro, tirar o poder à rainha e dá-lo a um príncipe, bastardo, sim, mas em quem coincidem as virtudes de que a nação necessita para ser salva: Dom João, Mestre de Avís, filho do Justiceiro e de Teresa de Lourenço.”²⁷⁴ Depois da morte do Conde Andeiro D. João de Avis toma para si a responsabilidade para com o reino, tornando-se defensor e regedor de Portugal.²⁷⁵

Observa-se que nesse momento esse novo movimento político liderado pelo Mestre de Avis teve adesão dos portugueses com menos posses e de origens mais humildes, o “povo miúdo” ou “arraia miúda” do cronista Fernão Lopes, isso porque os setores mais abastados dos portugueses temiam uma represália das forças castelhanas.

“Nota-se uma posição diferente entre o povo miúdo e o povo graúdo. Os burgueses eram de opinião que não havia possibilidades de resistir as forças de Castela e à nobreza portuguesa, temiam a rainha e, por isso, tinham dúvidas em ligar as suas fortunas à sorte do partido do Mestre, que reputavam de fraco”.²⁷⁶

²⁷³ “De surpresa a 6 de Dezembro de 1383, ei-lo no paço com seus homens de armas, perante a rainha e o valido. Após breve e artificiosa audiência, o Mestre convida este para uma conversa a sós; leva-o a uma sala vizinha; e, num vão de janela, despede-lhe golpe brusco de cutelo. Atordoados o Andeiro cambaleia; mas Rui de Pereira, com uma estocada certa, acaba-lhe a vida”. AMEAL, João. **Op. Cit.**, p. 148.

²⁷⁴ AMEAL, João. **Op. Cit.**, p. 147.

²⁷⁵ “Ele ajudou a matar Andeiro, obrigou a rainha D. Leonor Teles a fugir e a unir forças com João I de Castela e proclamou-se a si regedor e defensor do reino. Fez depois enviar embaixadores à Inglaterra com o propósito de renovar aliança política contra Castela.” MARQUES, A. H. de Oliveira. **Op. Cit.**, p. 184–185.

²⁷⁶ MORENO, Humberto Baquero. **Op. Cit.**, p. 185.

As gentes portuguesas foram aderindo à causa de D. João, Mestre de Avis, ao longo do processo de mudança política em Portugal, provavelmente existiu uma relativa pressão dos que se uniram ao movimento sobre aqueles que ainda não haviam tomado uma posição. “O povo miúdo adota, então, a atitude de obrigar os burgueses a aderir à ‘revolução’. Um tanoeiro, Afonso Eanes Penedo, toma a palavra, asperamente lhes censurou a hesitação colocando-os entre a espada e a parede.”²⁷⁷

Esse período pode ser entendido como um momento da história portuguesa em que ocorreu uma mudança de hegemonia política dentro do reino luso. A antiga aristocracia foi substituída por uma nova, principalmente por aqueles que se mantiveram ao lado do Mestre de Avis. Dentre as transformações ocorridas da crise de sucessão, podemos destacar “o desaparecimento de grande parte da pequena nobreza, substituída por nova aristocracia enobrecida e enriquecida na ocasião.”²⁷⁸ Porém, discorda-se do termo “Revolução de Avis”, empregado pelos historiadores, pois não teria existido uma mudança significativa na estrutura social do Portugal do século XIV, o que existiu foi uma mudança dos membros da elite, sai a antiga dinastia e entra uma nova. Os historiadores que denominam esse período como “Revolução de Avis” analisam esse tempo histórico de forma muito passiva através da narrativa de Fernão Lopes.

Fernão Lopes nomeou esse novo período de VII Idade, ou seja, um novo começo para a história portuguesa. O cronista marca esse período como uma grande ruptura entre o antigo Portugal, chefiado pela dinastia de Borgonha, e o novo Portugal a partir da hegemonia política da dinastia de Avis.²⁷⁹

Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I* caracteriza todas as idades da História. Para ele, esse processo político em Portugal iniciado por D. João, Mestre de Avis, pode ser visto como a sétima idade histórica. Nesse momento, o cronista estabelece uma relação com o divino sobre o evento ocorrido, uma vez que as divisões das idades pautadas por Fernão Lopes seguiam marcos bíblicos. Nota-se também a importância que Fernão Lopes confere as gentes portuguesas em relação a sua participação no movimento do Mestre de Avis, dando origem a esse novo tempo histórico.

“A primeira foi desde Adão até Noé. A segunda foi desde Noé até Abraão. A terceira de Abraão até David. A quarta de David até o trespassamento da Bíblia. A quinta desde o trespassamento de babilônia até a vinda do Salvador. A sexta em que andamos. Mas com ousança de falar, (...) fazemos aqui a sétima idade; na qual

²⁷⁷ Idem, p. 189. (aspas minhas)

²⁷⁸ Idem, p. 185.

²⁷⁹ “É uma nova geração de gente que aparece na chefia do país, ao mesmo tempo que surge uma mentalidade nova. Fernão Lopes dá à época a designação da VII Idade que começou no tempo do Mestre”. Idem, p. 192.

se levantou outro mundo novo, e nova geração de gentes; porque filhos de homens de tão baixa condição que não cumpre de dizer, por seu bom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavaleiros, chamando-se logo de novas linhagens e apelidos.”²⁸⁰

É interessante notar que, em seguida, Fernão Lopes descreve o Mestre de Avis fazendo uma analogia com Jesus Cristo, caracterizando-o como um eleito das transformações políticas por ele encabeçada.

“E assim como o filho de Deus chamou os seus apóstolos, dizendo que os faria pescadores dos homens, assim muitos desses que o Mestre acrescentou pescaram tantos para si, para seu grande e honroso estado, que tais houve e que traziam continuamente consigo vinte e trinta de Cavalos; e na guerra que se seguiu os acompanhavam trezentas e quatrocentas lanças e alguns fidalgos de linhagem”²⁸¹

O rei castelhano não se recolheu, mas buscou tomar Portugal, uma vez que Leonor Teles foi obrigada a fugir. As transformações que estavam sendo implementadas por D. João de Avis para serem mantidas requeriam que a intransigência política vinda do rei de Castela que reclamava o trono como rei legítimo tivesse fim.²⁸²

Uma guerra é feita entre os reinos ibéricos em questão, em que a Batalha de Aljubarrota é vista como a mais importante etapa do conflito, porém, antes do combate supracitado, ocorre o momento da aclamação do Mestre de Avis como rei²⁸³ de Portugal, sendo nomeado como D. João I. Funda-se a dinastia de Avis. Para que Portugal se fizesse livre de Castela, D. João mestre de Avis necessitaria entrar em combate contra as forças castelhanas. Toma o rei português a iniciativa do combate, pelas dificuldades de locomoção da hoste castelhana²⁸⁴. João Monteiro expõe essa questão, enfatizando a importância da guerra para o lado português:

“D. João I nunca poderia usufruir livremente da coroa de Portugal sem bater o seu adversário uma ou duas vezes em batalha, e de forma a destruir o seu poderio; e que para conseguir, era preferível ser ele a tomar a iniciativa do combate, em vez de permitir que o seu inimigo o fizesse”²⁸⁵

²⁸⁰ LOPES, Fernão. **Crônica de D. João I**. Porto: Livraria Civilização editora, 1983. Vol I. p. 350.

²⁸¹ Idem, p. 350.

²⁸² “A gravíssima crise dinástica da sucessão da coroa, que implicava o problema crucial da independência do reino determinou as duas sucessivas invasões castelhanas de 1384 e 1385, para a conquista e anexação do país a coroa de Castela.” CIDADE, Hernâni & SELVAGEM, Carlos. **Op. Cit.**, p. 52.

²⁸³ “Pelas estradas a gente dos campos saúda-os carinhosamente. Por isso, os representantes do terceiro braço levam, no fundo, um mandato simplista: aclamar rei o defensor. Aclamam-no, portanto Rei, e logo, entre novas providências faz várias nomeações para os principais cargos”. AMEAL, João **Op. Cit.**, p. 159 – 162.

²⁸⁴ “Sobre o exército castelhano pode-se observar que: a entrada deste exército deu-se segundo os estudos mais recentes na segunda semana de julho de 1385 e pela zona fronteira de Ribacoa, na direção de Almeida, Pinhel e Trancoso, e parece ter-se deslocado com compreensíveis interrupções e contratempos resultantes do seu próprio volume”. TAVARES, Jorge. **Aljubarrota: A Batalha Real**. Porto: Lello & irmão, 1985. p. 37.

²⁸⁵ MONTEIRO, João Gouveia. **Op. Cit.**, p. 95.

O rei castelhano acreditava que estaria em plenas condições de ganhar a batalha contra as hostes portuguesas, D. João de Castela acreditava que se tomasse a capital poderia tomar o resto de Portugal sem problemas. “O rei de Castela prosseguiu o seu avanço, ciente de três coisas: Lisboa estaria mal defendida, a traição lavrava na cidade e a resistência estaria fraca ou nula. Tomada a capital o país cair-lhe-ia nas mãos.”²⁸⁶

Das etapas da guerra, a fase com maior notabilidade na memória e na historiografia portuguesa é o conflito ocorrido em Aljubarrota²⁸⁷, cenário onde se encontra o objeto de análise deste capítulo. As discussões historiográficas sobre a Batalha de Aljubarrota apontam para as forças castelhanas como muito mais preparadas em comparação com as forças lusitanas, pois o número e os armamentos portugueses eram muito inferiores aos de Castela. Howorth aponta que “Segundo Fernão Lopes o exército castelhano era constituído por 5.000 mil lanças - incluindo os auxiliares franceses e Gascões; 2.000 ginetes; 8.000 besteiros e 15.000 homens de pé, o que dá um total de 30.000 homens”²⁸⁸.

Fernão Lopes busca aumentar os números e a potência da hoste castelhana para valorizar e enaltecer os portugueses envolvidos no confronto. Mesmo em situação de grande desvantagem, os lusitanos contornariam as dificuldades. Fernão Lopes atribui características heroicas aos homens presentes nas hostes lusas no momento em que mostra o agrupamento castelhano com tal força bélica. Com os números oferecidos pelo cronista a vitória lusa seria algo impossível, assim as cifras expostas sobre a hoste de Castela são um recurso retórico do cronista buscando unir as gentes portuguesas aliadas ao Mestre de Avis sobre uma noção de identidade a partir desse episódio triunfantemente construído.

Esse recurso retórico usado pelo cronista se fez presente na modernidade. Números como os expostos por Fernão Lopes foram muito propagados pela historiografia²⁸⁹ portuguesa. Os números dados pelo cronista e reproduzidos posteriormente, ajudam a conferir grandiosidade à Batalha de Aljubarrota, colocando-a no patamar de “grande feito nacional” por gerações de historiadores do século XIX e XX. A reprodução das palavras de Fernão

²⁸⁶ TAVERES, Jorge. **Op. Cit.**, p. 40.

²⁸⁷ “A Batalha de Aljubarrota travou-se no dia 14 de agosto de 1385 entre os exércitos português e castelhano, comandados pelos dois soberanos D. João I de Portugal e D. João I de Castela, por esse motivo foi chamada a batalha real, nome que caiu em desuso e foi substituído mais tarde pelo que atualmente se emprega”. SERRÃO, Joel (Org.). **Dicionário da História de Portugal**. Lisboa: iniciativas, 1963. p. 104.

²⁸⁸ HOWORTH, A.H. D’Araújo Stott. **A Batalha de Aljubarrota (Dúvidas, certezas e probabilidade inerente)**. Lisboa: Anuário comercial Português, 1960. p. 63.

²⁸⁹ “O exército inimigo desponha, cresce, alastra, imenso e colorido – um rio de gente a fulgir, inumerável sob o esplendor solar. À frente vem a cavalaria aparatosa, com armaduras que parecem espelhos. Em frente de nossa pequena hoste o monstro para. Um diante do outro postam-se os dois rivais peninsulares: a chusma castelhana, num alarde orgulhoso, numa soberba de gigante - e o pequeno baluarte inexpugnável de Portugal que sempre lhe resistiu e venceu”. AMEAL, João. **Op. Cit.**, p. 164 – 165.

Lopes e, sobretudo, de seus números de guerra nos trabalhos historiográficos modernos dão a Batalha de Aljubarrota um evento ligado à exaltação nacional portuguesa.

Analisando o confronto, observa-se que se por um lado os castelhanos eram numericamente superiores, os portugueses teriam maior organização e estratégia de batalha, além da vantagem geográfica²⁹⁰ que lhes possibilitou fazerem uma armadilha aos castelhanos:

“O repto da batalha estava concretizado, numa surpresa, onde os portugueses tinham todas as vantagens: iniciativa, prioridade de escolha de terreno – terreno elevado - apanhando o inimigo desprevenido, surpreso, desprecaído, com terreno livre a volta para onde poderia fugir ao primeiro revés. D. Juan I de Castela caíra numa armadilha”.²⁹¹

Por conta da sua disposição tática e uso adequado de arqueiros e cavaleiros os portugueses saíram vitoriosos do conflito, os lusitanos estavam cientes das condições territoriais em que a batalha estava sendo travada. “Tempo, clima, estações, terreno, vegetação – sempre afetam (...) as operações de guerra.”²⁹² Além dessa questão, é notável na historiografia a importância moral que tiveram D. João de Avis e D. Nuno Álvares Pereira, elevando a autoestima da hoste portuguesa. D. João I deu terras e posses aqueles que saíssem vivos nas batalhas²⁹³. “Nun’Álvares cavalgava de um lado para o outro animando e incitando os seus homens, protegendo-se com um escudo de virotões que os besteiros castelhanos disparavam.”²⁹⁴

Após a vitória, a bandeira dos castelhanos foi derrubada e muitos fugiram com o reconhecimento da derrota: “Com a bandeira castelhana derrubada e a fuga dos primeiros castelhanos, iniciou-se a debandada”.²⁹⁵ Pelo fato da perda da bandeira alguns castelhanos ficaram desorientados na tentativa de fuga.

“A situação para os castelhanos rodeados pelos portugueses era insustentável e a retirada seria a ação lógica. Desaparecidas a bandeira e o pendão castelhanos, cada cavaleiro ficou sem ponto de referência que o orientasse, pois nestas batalhas medievais a bandeira era um ponto de referência essencial e numa emergência um indicativo do local de concentração”.²⁹⁶

²⁹⁰ “O local onde a batalha teve lugar é um ponto elevado, um pequeno planalto que podemos ver hoje na estrada Porto-Lisboa, próximo do mosteiro da Batalha – a sul – onde entre folhagens se dividia a Ermida de S. Jorge, pequeno templo que marca o lugar onde o combate foi mais aguerrido”. TAVARES, Jorge. **Op. Cit**, p. 51.

²⁹¹ Idem, p. 41.

²⁹² KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 94.

²⁹³ “O rei, na intenção de entusiasmar seus homens, armava cavaleiro – que era princípio da nobilitação do indivíduo e dos seus descendentes. Incutia-lhes assim bravura, pois, sentido-se promovidos socialmente, estes novos cavaleiros, procurariam fazer jus a tal honra, na hora do combate. Estas compensações seriam naturalmente as terras dos portugueses vencidos que seguiam na hoste do rei de Castela, que morreriam na batalha ou teriam de se exilar – como veio a acontecer”. TAVARES, Jorge. **Op. Cit**, p. 62.

²⁹⁴ Idem, p. 71.

²⁹⁵ HOWORTH A. H D’Araújo Stott. **Op. Cit**, p. 75

²⁹⁶ TAVARES, Jorge. **Op. Cit**, p. 88.

A fuga da hoste castelhana é vista por D. João de Castela. Essa situação representa a vitória das hostes lusas sobre os castelhanos, “D. Juan I, viu sua vanguarda ser dizimada na retaguarda por flechas e virotões. A seguir, viu o que restava dos seus homens fugir desordenadamente.”²⁹⁷ É famosa, no momento da vitória portuguesa, a fuga do rei D. João I de Castela, marcando o final da Batalha de Aljubarrota. “É então que D. João I de Castela decidiu a sorte da batalha fugindo. A fuga do rei foi, para os castelhanos, o sinal de debandada geral e, para os portugueses, o sinal da vitória.”²⁹⁸

A Batalha de Aljubarrota para a história de Portugal representa a resolução da crise dinástica envolvendo os reinos luso e castelhano, marca a independência política portuguesa frente ao reino inimigo e impõe a hegemonia de um novo grupo político, a dinastia de Avis. Não se pode esquecer da participação dos grupos sociais menos privilegiados dos portugueses em todo o processo político.

“Afortunadamente, ambas as invasões se saudaram pela vitória da causa da independência. A invasão de 1385 saudava-se pela derrota dos exércitos de Castela no campo de Batalha de Aljubarrota, consolidando a realeza do Antigo Mestre de Avis, regente e defensor do Reino”.²⁹⁹

A Batalha de Aljubarrota representa não só a independência política lusa na Península Ibérica mas, sobretudo, um novo conjunto de símbolos da História de Portugal. É na Batalha de Aljubarrota que as gentes portuguesas, pela primeira vez, ganham lugar na história, sendo a identidade lusa destacada por Fernão Lopes. Foi também esse evento histórico apontado pelos historiadores como símbolo de uma inexistente nacionalidade. A perspectiva nacional neste ponto da História de Portugal se fundamenta a partir da leitura do cronista pelos homens do século XIX e XX, porém Fernão Lopes expõe em suas crônicas a condição portuguesa, ideia muito diferente da nacionalidade, mas igualada e confundida pela historiografia moderna.

3.2 A Crónica de D. João I e Fernão Lopes: a construção da identidade portuguesa e a legitimidade dinástica

A batalha foi matéria de uma tradição literária e historiográfica consolidada por Fernão Lopes, sendo detalhadamente trabalhada em suas crônicas, destaca-se a *Crónica de D. João I*, escrita em 1443, pois esta obra foi a que mais expôs a participação dos portugueses no

²⁹⁷ Idem, p. 92

²⁹⁸ SANTOS, Nunes Valdez dos. *Certezas e incertezas da batalha de Aljubarrota*. Lisboa: Separata da Revista Militar, 1979. p. 59

²⁹⁹ CIDADE, Hernâni; SELVAGEM, Carlos. *Op. Cit*, p. 53

cenário político do reino com a entrada de D. João I no poder, mostrando uma noção de pertencimento e unidade entre os mesmos e valorizando, por sua vez, a ideia de lusitanidade.

Como já fora observado, as gentes portuguesas tiveram grande participação em todo o processo político de crise dinástica que culminou nos conflitos com Castela e na Batalha de Aljubarrota. Fernão Lopes confere grande importância aos portugueses como um todo. Tanto as pessoas de baixa ascensão social como também D. João I e o Condestável Nuno Álvares. Ao longo de sua narrativa o cronista expõe os elementos que fazem os portugueses serem caracterizados como “portugueses”, marcando as singularidades das pessoas do reino. Isso é a noção de lusitanidade criada por Fernão Lopes, sendo sempre marcada em oposição ao outro, ao castelhano. Para explicar essa questão mostrando a disparidade entre portugueses e castelhanos, Saraiva retoma a metáfora que Fernão Lopes utilizara, retirada da epístola de São Pedro ao falar dos ramos de Oliveira, indicando uma naturalização da diferença entre os portugueses e os castelhanos.

“Mas aquelas vergôntes direitas, cuja nascença trouxe seu antigo começo de boa e mansa oliveira portuguesa, esforçaram – se de cortar a árvore que os criou e mudar seu doce fruto, isto é de doer e para chorar!” Esta imagem dos ramos de Oliveira, uns naturais e outros enxertados é tirado da epístola 11 de São Paulo aos romanos, em que ela se aplica aos judeus. Mas o que importa aqui não é a origem da imagem, antes, o fato de Fernão Lopes explicar em termos de natureza a separação entre portugueses e castelhanos. Não é já a fé que está na origem da oposição entre os dois povos, mas algo de tão involuntário, tão exterior as instituições, de tão impositivo como é a natureza. Portugueses e Castelhanos têm naturezas diferentes porque são ramos de diferentes árvores”.³⁰⁰

A Batalha de Aljubarrota se torna o grande baluarte dessa identidade construída pelo cronista. José Mattoso e Armindo Souza definem o conceito de identidade para o contexto histórico português do cronista Fernão Lopes, buscando traduzir a ideia de lusitanidade:

“Crenças, valores e vivências de que resulte uma consciência comum de posse e pertença, de solidariedade num destino, enfim, de especificidade cultural. Um modo de perceber e de perceber-se – que ao mesmo tempo há-de ser memória, vontade, sentimento e projeto”.³⁰¹

Segundo os autores supracitados, a *Crónica de D. João I* foi uma obra que ajudou a conjugar os valores de pertencimento dos portugueses, ocorrendo a partir da participação política e histórica das gentes que habitavam Portugal: “toda a crônica de D. João I respira esse sentimento emergente. E vê-se que é um sentimento eminentemente ‘popular.’”³⁰²

³⁰⁰ SARAIVA, Antônio José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1995. p. 173.

³⁰¹ MATTOSO, José; SOUZA, Armindo. **História de Portugal: a monarquia Feudal: (1096 – 1480)**. Lisboa: Estampa, 1997, p. 360.

³⁰² Idem, p. 367.

A importância de Fernão Lopes como grande difusor da identidade portuguesa a partir dos escritos sobre o processo de independência e a Batalha de Aljubarrota³⁰³ é notável em suas crônicas, pois o cronista exprime nelas as características e qualidades dos portugueses. “E quando é que se detecta em Portugal esse sentimento? Já se viu que está em Fernão Lopes e que Fernão Lopes o atribui ao povo (...) logo terá surgido durante as guerras de independência, Aljubarrota será o grande momento.”³⁰⁴

Quando os historiadores naturalizaram a ideia da nacionalidade em Aljubarrota a partir da interpretação das crônicas de Fernão Lopes supervalorizaram a noção de pertencimento territorial, ou seja, a existência de fronteiras entre os “países”. Esse fenômeno posterior foi delegado ao cronista, pressupondo uma lógica de governo nacional no reino de Portugal. Observa-se em José Matoso e Armindo Souza uma estreita ligação entre as gentes portuguesas, sendo entendidas pelo autor a partir do termo “população”, e o “território” da “nação”. “Uma população num território não compõe necessariamente um país. Muito menos uma nação. É preciso que a população e o território, entidades que diríamos materiais, sejam informados por crenças e por valores e percorridos por vivências criadoras de identidade”.³⁰⁵

A questão da língua falada e escrita pode ser vista como fator fundamental para o desenvolvimento da identidade lusa. Fernão Lopes tem uma importância central para a consolidação do português com suas crônicas, pois estas ajudaram a formar a língua portuguesa escrita, uma das características da identidade lusitana surgida naquele momento histórico específico, assim a língua foi um importante elemento agregador da noção de lusitanidade. “A língua é sociabilidade, idiosincrasia, prisma do mundo, unificação de sentimentos e esforços. O laço mais eficaz de uma identidade.”³⁰⁶

É de concordância para os principais estudiosos do período que as letras como um todo sofreram um processo de ampliação dos seus limites com as crônicas de Fernão Lopes³⁰⁷. Compara-se o uso das letras por D. Duarte e por Fernão Lopes, que as expandiu na sua carreira de cronista: “O português é a língua do quotidiano, a língua das leis, a língua da escrita, a língua dos tratados, da literatura e da poesia. Com D. Duarte é introspecção e com

³⁰³ “A Batalha exprime todos os caracteres de nossa individualidade – tudo quanto a nação acreditava e sentia – tudo quanto havia sido, todo quanto tentasse ser”. MENDONÇA, A. P. Lopes. *Apud* FREIRE, Joaquim. **Frontereiros de Portugal (1383 – 1433): De Aljubarrota a Ceuta**. Rio de Janeiro: Alba, 1934. p. 17.

³⁰⁴ MATTOSO, José & SOUZA, Armindo. *Op. Cit.*, p. 367.

³⁰⁵ *Idem*, p. 367.

³⁰⁶ *Idem*, p. 365.

³⁰⁷ “O que será indiscutível é ser ele o nosso principal prosador medieval e um verdadeiro reformador da arte historiográfica. Particularmente impressiona o seu conhecimento dos homens e das multidões e a simplicidade com que lhes põe a nu os desígnios resteiros e calculados. É o único autor português medieval que nos dá a sensação de experiência profunda de vida, aliada ao poder de expressão”. FIGUEIREDO, Fidelino de. **História literária de Portugal**. Lisboa: Nobel, 1944. p. 95.

Fernão Lopes é movimento e vida”.³⁰⁸ O cronista com suas obras passa a usar a língua portuguesa como elemento de transmissão de ideias

“Fernão Lopes é um prosador ricamente dotado, dominando a língua ao ponto de fazer dela aparelho transmissor de todo panorama de uma grande época - estrépto de batalha e movimentos festivos, embate de paixões e lampejos de ironia, o pitoresco dos comentários populares – toda a vida material e moral de um povo, em momento singularmente perturbado. Esboça as qualidades essenciais de um historiador, como hoje o compreendemos, não lhe faltando cuidado incansável na investigação, nem a acuidade vivíssima na crítica, a íntegra compreensão da realidade que a história deve abranger, nem a ductilidade do narrador, conhecedor de todas as manhas para captar a atenção do leitor”.³⁰⁹

Fernão Lopes foi um dos primeiros escritores a utilizar o termo “Português” em sua narrativa. Entende-se, dessa forma, que o cronista não foi apenas um dos principais difusores da identidade portuguesa a partir de suas obras literárias, mas o criador do termo “português” e da própria noção de lusitanidade. Vê-se que a palavra “português” está diretamente relacionada com os moradores das cidades lusas, como os pequenos trabalhadores, os “naturais da terra”, ou seja, pessoas com pouco ou nenhum prestígio social, ligando-se diretamente com a noção de “gentes” a qual já se discutiu aqui. É a partir desses personagens de Fernão Lopes que a lusitanidade é ilustrada, as “gentes” são o símbolo da condição portuguesa.

“O nome “Portugueses” como designativo comum dos habitantes de Portugal e do Algarve e das diversas cidades não ocorre com muita frequência, a não ser nas crônicas de Fernão Lopes. Os textos preferem dizer “naturais”, “moradores”, “pobreadores”, englobando na compreensão desses conceitos todos os habitantes não estrangeiros, sejam eles do clero, da nobreza ou do povo”.³¹⁰

Com as transformações ocorridas com a vitória de Aljubarrota e a adoção de uma nova elite política, os portugueses ganhavam uma maior notabilidade no reino, principalmente com os escritos do cronista, e a partir de então é que a identidade portuguesa começou a se constituir. Cabia ao cronista manter viva a memória daquele momento decisivo para os portugueses³¹¹.

Fernão Lopes desempenhou nos reinados de D. João e D. Duarte um importante papel de difusor de ideias e de exaltação da monarquia de Avis pelo acúmulo de cargos oficiais,

³⁰⁸ MATTOSO, José; SOUZA, Armindo. **Op. Cit**, p. 366.

³⁰⁹ CIDADE, Hernâni. **Lições de Cultura e literatura Portuguesas (séculos XV, XVI e XVIII)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1968. p. 31.

³¹⁰ MATTOSO, José & SOUZA, Armindo. **Op. Cit**, p. 368.

³¹¹ “Lisboa, que era já na época o centro político, econômico, social e cultural do país, cobiçado pelo rei de Castela e defendido estrategicamente na Batalha de Aljubarrota, foi também o lugar onde nasceram a ideia, a vontade e a ação de rejeição a rainha, de escolha do Mestre, de defesa da independência e de adoção de novas medidas governativas. Era realmente Portugal que ali se decidia, porque ali estavam representados todos os (verdadeiros) portugueses”. AMADO, Teresa. **Fernão Lopes Contador de História: sobre a Crônica de D. João I**. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. p. 37.

como o cronista oficial do reino e tabelião: “Testemunhos de contemporâneos seus e documentos autênticos provam (...) que Fernão Lopes foi tabelião geral do Reino, cronista, escrivão da puridade do infante D. João.”³¹² Uma das principais funções da *Crónica de D. João I* foi deixar registrado na memória de Portugal os feitos de D. João I³¹³.

É refutada a ingenuidade no texto do cronista, entendendo que Fernão Lopes, em suas crônicas, toma partido pelo Mestre de Avis e pelos portugueses. Assim, o Mestre é entendido por Fernão Lopes como um líder “eleito” pelos portugueses. “Como todos os historiadores, (...) Fernão Lopes não é inocente. (...) O seu partido é o da cidade de Lisboa, é o da Arraia Miúda, e também o de João, Mestre de Avís.”³¹⁴

Concorda-se com Antonio Borges Coelho, pois este ao falar da *Crónica de D. João I* observa que como toda obra de seu tempo ela esteve vinculada com o contexto histórico no qual foi produzida, ligada a determinados interesses e respeitando as instituições políticas e sociais a que Fernão Lopes era submetido, no caso do cronista, esse devia prestar contas de seu texto a nova elite política de Portugal, a dinastia de Avis: “A crônica de D. João I, como qualquer outra obra escrita, constitui um todo e este possui uma coerente estrutura interna. Os fatos, os planos, as interpretações integram-se sem contradição, no seu todo; cabem sem contradição no contexto histórico.”³¹⁵

A Batalha de Aljubarrota e as transformações políticas que se sucederam pondo o príncipe Dom João I, Mestre da casa de Avis no poder, deveria ser lembrada para a própria afirmação da dinastia, mas principalmente pela nova relação que Fernão Lopes demonstra dos portugueses entre si. Crescia uma afinidade identitária entre os lusitanos, atestando a importância das *Crônicas geral de Portugal de 1419* e da *Crónica de D. João I*.

“Portugueses morreram de um lado e de outro, uns em nome da lealdade dinástica, outros em nome de uma realidade nova, mas ainda sem nome próprio, a que nesse tempo se aplicava o nome de “amor a terra”, isto é, fidelidade a uma tradição local, independente das raízes hispânicas. É natural que este novo sentimento se quisesse exprimir e justificar na historiografia, que em todas as épocas e em todos os tempos é inspirada pelos sentimentos de solidariedade e continuidade no tempo dos grupos étnicos e outros grupos sociais. Facilmente se compreende que tenha aparecido à de Aljubarrota o projeto de uma crônica exclusiva de Portugal.”³¹⁶

³¹² COELHO, Antônio Borges. **A Revolução de 1383: tentativa de caracterização**. Lisboa: Serra Nova, 1975. p. 13.

³¹³ “Quanto a autoria da crônica, ninguém a põe em dúvida. Em 1434 D. Duarte encarrega-o de “por em crônica as histórias dos reis que antigamente foram em Portugal e os feitos do rei D. João”. As cópias mais antigas do livro que nos restam são dois manuscritos do século XVII. Seguem provavelmente o original ou cópias do século XV”. Idem, p. 13.

³¹⁴ Idem, p. 14.

³¹⁵ Idem, p. 19.

³¹⁶ SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit**, p. 161 – 162.

Fernão Lopes seria o cronista mais adequado para consolidar essa afirmação histórica ao reinado do Mestre de Avis, agora, rei D. João I de Portugal e Algarves. O papel político de Fernão Lopes é deveras importante, pois a sucessão da nova dinastia fora dada por um processo político de deposição de um grupo político hegemônico precedente, e necessitaria de uma base legal e histórica que a firmasse ideológica e politicamente³¹⁷ na sociedade portuguesa. Fernão Lopes é um dos primeiros cronistas medievais a fazer uma história que compõe a narrativa de um grupo específico, e essa qualidade estava diretamente ligada às suas funções na corte da nova direção do reino de Portugal.³¹⁸

Os escritos de Fernão Lopes mostram o que é ser um “verdadeiro Português” dentro do contexto de guerra contra Castela. O cronista então articula a criação de uma identidade portuguesa com a nova monarquia regente, e dá ao seu texto uma ideia de grande ruptura entre a velha dinastia e a nova.

“Ser ‘verdadeiro português’, (...) é uma razão de coração, um sentimento natural. Justificar a legitimidade do fundador da dinastia de Avis, obrigava, portanto o cronista a justificar o direito novo, o direito da naturalidade, que era sentido sobretudo pela massa do povo não nobre. As crônicas de Fernão Lopes são a narração deste grande movimento”.³¹⁹

Pode-se observar que as crônicas de Fernão Lopes consolidam os primeiros escritos históricos lusitanos de maneira separada do resto da península Ibérica, que já tinha sua história escrita desde a *Crónica geral de Espanha de 1344*. Naquele momento, o reino português através de Fernão Lopes, precisou relatar os feitos lusitanos, pois existia a necessidade de compreender quem esses habitantes do reino eram diferenciando-os de seus inimigos castelhanos.³²⁰

³¹⁷ “Fernão Lopes é o cronista a serviço da corte de D. João I e de seus filhos. D. João deveu essa eleição ao facto de ter assumido a chefia do movimento popular que rejeitava o legítimo herdeiro do trono, D. João de Castela, casado com a filha do falecido D. Fernando. Pesava portanto um labél de ilegitimidade sobre a nova dinastia e a missão principal de Fernão Lopes como cronista, era justificá-la. São de sua autoria, com toda a probabilidade a *Crónica de Portugal de 1419*, a *crônica de D. Pedro I* e a *crônica de D. Fernando*, as duas primeiras partes da *crônica de D. João I*”. Idem, p. 166.

³¹⁸ “Fernão Lopes foi o primeiro dos cronistas medievais portugueses, não pela data em que escreveu mas por ter sido o primeiro a dar as suas obras, ou crônicas, o caráter de verdadeira história narrativa. A função conferia-lhe certo prestígio social, como uma espécie de grau de nobreza, mas eram sobretudo seus talentos de escritor que lhe granjeavam o acolhimento afectuoso da corte”. CIDADE, Hernâni; SELVAGEM, **Op. Cit.**, p. 130 - 131.

³¹⁹ SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.**, p. 170.

³²⁰ “Fernão Lopes deixou-nos na *crônica de D. João I* a verdadeira epopeia portuguesa, isto é, o poema étnico dos portugueses. O sentido étnico português é próprio, nessa época, da ‘gente pequena dos lugares’. A aristocracia tinha já a sua própria epopeia, que era a da luta dos povos hispânicos irmanados. contra o inimigo mouro. Os seus heróis chamavam – se Cid Campeador, conde Fernão Gonçalves e outros cavaleiros desta guerra santa, de que a crônica geral de Espanha de 1344 nos conserva a memória e cujo símbolo comum a toda península é o Apóstolo Santiago. Mas na guerra peninsular de 1383 – 1385, a ‘gente pequena dos lugares’ tomou consciência da sua identidade étnica particular; o inimigo com quem se defronta o povo eleito se chama Castela. E sob a epopeia hispânica tradicional nasce a epopeia propriamente portuguesa, que procura revestir – se do mesmo prestígio de santidade que tinha a guerra contra os Mouros. Naturalmente, a epopeia de Fernão Lopes

Conclui-se que a Batalha de Aljubarrota e as transformações políticas já supracitadas em Portugal inseridas na *Crónica de D. João I* contam com escrita e personagens inovadores para o período, iniciando um processo que será concretizado apenas com *Os Lusíadas* de Luís de Camões, que consiste em pontuar historicamente os personagens de importância dos portugueses: singularizando-os, demarcando-os e distinguindo-os de outros povos a partir dos embates com Castela. Fernão Lopes exalta as gentes portuguesas como um todo, porém, seus principais modelos lusos são o Mestre de Avis, D. João e o Condestável Nuno Álvares.

3.3 O Mestre e o Condestável

Na *Crónica de D. João I* o Mestre de Avis³²¹ é exaltado pelo cronista, mostrando a sabedoria e a paciência necessárias para lidar com as situações adversas, como por exemplo, o cerco de Lisboa. Inúmeras vezes é saudado pelas pessoas das cidades aonde chega, como nos casos de Lisboa e Coimbra como é possível observar abaixo. Fernão Lopes quer passar a imagem do Mestre como mais um português, aproximando às gentes portuguesas do monarca, entendendo o rei D. João I como um servidor dessas pessoas:

“Os da cidade fizeram-se prestes por ir receber o Mestre, a clerezia em procissão, e os leigos, com seus jogos e trebelhos, e desde os fidalgos e conselhos (...) e se corregendo uns e outros começaram muito cachopos de sair fora da cidade sem mandando ninguém, pelo caminho por onde viam o Mestre, com cavaleiros de canas que cada um fazia, e nas mãos canaveas com pendões, correndo todos e bradando: Portugal!Portugal! pelo Rei Dom João! E assim foram por muito grande espaço acerca de uma légua”.³²²

O outro é o Condestável Nuno Álvares Pereira³²³, braço direito de D. João de Avis e cérebro militar das forças portuguesas na luta contra os Castelhanos. Fernão Lopes o caracteriza como: “estrategista”, “valente” e “pragmático”, como é exposto na crônica.

assume formas que não cabem dentro do gênero épico, considerado sob o aspecto estritamente literário”. Idem, p. 202

³²¹ “Filho bastardo do rei D. Pedro e de uma dama galega de nome Teresa de Lourenço, João nasce em Lisboa aos 11 de abril de 1357. É depois entregue ao Mestre de Cristo, com o intuito provável de ser orientado para a carreira eclesiástica militar. Rei de Portugal. Percorre o país de lês à lês, não apenas durante o período da guerra civil ou da guerra com Castela, mas também depois de conseguida a paz.” SERRÃO, Joel (Org.). **Dicionário da História de Portugal**. Lisboa: iniciativas, 1963. p. 609.

³²² LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 390.

³²³ “Filho de Álvaro Gonçalves Pereira, Prior da Ordem do Hospital. Nasceu de Iria Gonçalves e foi legitimado por D. Pedro I. Educado pelo pai até os 13 anos foi criado na corte como escudeiro de Leonor Teles e instruído no ofício das armas por seu tio materno Martim Gonçalves, vassalo do Rei casou-se com D. Leonor Alvim. Em 1381 iniciada a guerra com Castela colaborou na defesa do Alentejo. Tomou parte nas cortes de Coimbra onde foi nomeado Condestável e mordomo-mor. A sua atuação na Batalha de Aljubarrota foi recompensada com generosas doações pelo rei e com o título de Conde de Ourém. A sua crônica atribui-lhe ainda o propósito de participar na expedição de defesa de Ceuta contra o ataque do rei Tunes. A crônica do condestabre, principal fonte para a sua biografia foi escrita entre 1431 e 1443, pois foi aproveitada por Fernão Lopes na *crônica de D.*

“Como Nuno Alvarez foi naquele lugar, sendo já certo que os castelhanos vinham à batalha, fez logo descer por terra todo os homens de armas; e dessa pouca gente que tinha, consertou suas batalhas da vanguarda, retaguarda, e alas direita e esquerda; e fez consertar os besteiros e homens de pé pelas alas, onde entendeu que melhor estariam pera bem pelejar”.³²⁴

Na *Crónica de D. João I*, o rei homônimo não poderia ter menor espaço na narrativa de Fernão Lopes. Deixar de falar do Mestre de Avis feriria uma relação de poder que permeia toda a escrita do cronista. O cronista devia seu espaço de atuação aos setores hegemônicos da sociedade portuguesa daquele período, pois entende-se que falar do rei D. João I na Batalha de Aljubarrota consistia, mais que uma obrigação, uma condição de possibilidade para a carreira de Fernão Lopes³²⁵ como cronista.³²⁶

Havia uma seleção por parte do cronista do que falar, de como falar. Era necessário não deixar espaço para qualquer questionamento feito ao rei D. João I, isso significaria dar ao texto uma omissão de certos episódios, a exaltação e até mesmo invenção de outros.³²⁷

A representação do Mestre de Avis conferida por Fernão Lopes é a de um rei que, apesar das adversidades no confronto castelhano e mesmo tendo que tomar decisões repentinas nas batalhas travadas, não teve problemas em lidar com sua situação, o monarca fora “preenchido” de muitas virtudes cristãs e modelares de um rei como a tolerância e a prudência.³²⁸ O cronista deixa claro a sua necessidade de aprovação da corte pelo que está escrevendo e como está escrevendo, construindo um rei exemplar para Portugal.

João I. Pretende certamente proprô-lo como modelo dos jovens cavaleiros, que, em virtude da reconstituição das linhagens, não podiam herdar e por isso se deviam dedicar a cavalaria”. **Dicionário Enciclopédico da História de Portugal**. Lisboa: Alfa, 1985. p. 101 – 102.

³²⁴ LOPES, Fernão. **Op. Cit**, p. 180.

³²⁵ “Para esse desenvolvimento contribuiu grandemente o rei D. Duarte com a criação do cargo de cronista-mor do reino de 1434 para o qual nomeou Fernão Lopes. Tal cargo oficial significava reconhecimento público dos méritos e utilidades da historiografia, facilidade de acesso aos arquivos e desafogo econômico para o cronista”. CIDADE, Hernâni. **Op. Cit**, p. 92-93.

³²⁶ “Escrever a história da tomada do poder pelo Mestre de Avis e dos primeiros vinte cinco anos do reinado de D. João I requeria, do ponto de vista da família régia que não podia deixar de ser o de Fernão Lopes, delicadas decisões quanto ao quadro de prioridades a estabelecer para os fatores, motivos, causas e meios em jogo, pois da pertinência com que estes fossem apresentados dependia a aceitação dos efeitos e resultados que estavam na própria origem da situação atual. Não era apenas uma questão de prestígio, mas mais profundamente de direito a glória”. SARAIVA, Antonio José. **Para a história da cultura em Portugal**. Lisboa: Bertrand, 1946. p. 23.

³²⁷ “O fato de o texto conter apenas referências muito sucintas a atitudes repressivas de D. João I sobre membros da nobreza é talvez dum interesse da família real, que poderia bem coincidir com as próprias convicções do cronista, em não acirrar desavença entre o rei e o grupo social que, apesar de tudo, continuava a ser seu principal apoio”. AMADO, Teresa. **Op. Cit**, p. 27.

³²⁸ “Dispondo de autoridade institucionalmente fraca e por isso demasiado dependente do apoio e aprovação dos próximos, o mestre de Avis viu-se obrigado a fazer face a situações de extrema gravidade e urgência cuja resolução tinha de ser rápida e ao mesmo tempo prevenida para o caráter irreversível das suas consequências no futuro país. Depois de investido com os plenos poderes da realza o cronista mostra um homem adaptado às novas responsabilidades, tanto mais quanto as suas qualidades de prudência, tolerância e liberalidade encontraram aí campo para os seus melhores frutos”. SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit**, p. 26.

Em suma, basicamente o que Fernão Lopes aspirava ao construir o Mestre de Avis da maneira como o construiu na sua *Crónica de D. João I* era representá-lo como rei de Portugal, servidor dos portugueses independentes e distintos dos castelhanos. Porém, grande parte da historiografia não percebe o monarca como um servidor das “gentes portuguesas”, e sim é observada apenas uma relação hierárquica de poder, onde D. João daria as ordens e os portugueses obedeceriam. Ou seja, uma inversão da relação escrita por Fernão Lopes entre os portugueses e seu rei. Essa inversão, observada por exemplo em Saraiva, demonstra também uma perspectiva ligada a ideia de nação portuguesa, onde o rei seria o “chefe do país”, como pode ser visto abaixo.

“A urgência de refazer na pessoa do rei a unidade simbólica de estatuto, poder e funções supremos, desfeita desde a morte de D. Fernando era também um dado da política externa. Só o rei representava verdadeiramente um país e qualquer outra autoridade não podia deixar de induzir uma imagem de inferioridade, fraqueza e divisão. Em última análise, a própria existência do reino pressupunha a existência do rei e Portugal tinha que preencher essa condição se pretendia afirmar a sua independência. Colocado perante a tarefa de escrever a crônica de D. João I, Fernão Lopes percebeu que o problema mais importante e mais complexo que se lhe deparava era a legitimação incontestável do investimento do poder real no Mestre de Avis, fundador da nova dinastia.”³²⁹

D. João I, Mestre de Avis, tem grande identificação com as gentes portuguesas, como pode ser visto em alguns importantes episódios da sua história. Por exemplo, ao adentrar em Coimbra. É notável a celebração dos portugueses pelos sucessos políticos do monarca. “O Mestre entra Coimbra no dia 3 de março de 1385, sendo recebido pelo clero, fidalgos cidadãos e muito povo.”³³⁰ Pode-se entender que a entrada de D. João I na cidade tem um elemento metafórico vinculado às gentes de Portugal. Quando o Mestre chega à cidade é possível, segundo os relatos de Fernão Lopes, escutar pessoas de diversas categorias sociais, principalmente as de baixa estirpe, saudando D. João, Fernão Lopes quer representar o novo monarca como a voz dos portugueses de baixa condição ao narrar este acontecimento. “Primeiro ouvimos as vozes, inocentes e livres, de crianças, mensageiros da vontade divina gritar por Portugal.”³³¹

O Mestre de Avis é o catalisador de toda independência lusitana, o personagem é entendido como uma liderança política dos desejos das gentes portuguesas, afastando a dominação política castelhana. Este personagem é construído com todas as qualidades necessárias para tal empreitada, qualidades essas “tipicamente lusitanas”, bastante próximas

³²⁹ Idem, p. 30-32.

³³⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz. **Op. Cit**, p. 60.

³³¹ Idem, p. 60.

aos portugueses sem grandes distinções sociais, como narradas por Fernão Lopes. “Mestre de Avis reúne a valentia à prudência, a dedicação patriótica ao cálculo dos efeitos. A decisão a tomar as perigosas responsabilidades da defesa e regência do reino, para melhor garantia, a sua estabilidade.”³³²

Dessa forma, observa-se um rei D. João I na crônica homônima muito “popular”, que, por onde quer que fosse, seria saudado e festejado pelas mais diferentes cidades portuguesas. Nessas ocasiões, apesar da crise política em que Portugal vivia, Fernão Lopes representa os portugueses como festivos e acolhedores ao monarca. Pode-se observar essa questão, quando o rei D. João chega na cidade do Porto em certa parte da crônica :

“Então começaram a erguer suas danças e jogos, nas quais muito amiúde em alta e clara voz bradavam, dizendo: Viva o Rei Dom João. Viva. O Rei ia muito passo pela cidade, que não podia doutra guisa porque a gente era tanta por todas as ruas pelo ver que parecia se queriam afogar A qual festa e recebimento desta guisa feito demovia delas a erguer suas formosas caras com dóceis e prasíveis lágrimas”³³³

D. João é representado por Fernão Lopes como espécie de libertador e servidor dos portugueses contra os invasores castelhanos. Esse momento emblemático de Portugal expõe a capacidade do monarca em representar as gentes, uma vez que fora eleito pela “Arraia miúda”:

“Faladas estão muitas razões por abreviar, deixar queremos; e vista assaz de certa prova, a desfazer aquilo sobre que eram em desacordo, foi ante eles determinado por mansa e pacífica concórdia, uma virtuosa e final intenção, convém a saber: que elegessem rei. E que Deus rogue de serdes em conhecimento, em como estes reinos são de todo vagos, e postos em nossa disposição para elegermos quem os defenda e governe ; não curemos mais de histórias antigas que a nosso propósito possamos trazer; mas pois sempre foram defesos e mantidos pelo rei, e nós isto como cumpre, por nos fazer não podemos, segundo a necessidade em que somos postos requiere, a nós convém em tal caso, por força elegermos rei que faça tudo aquilo que cumpre, para não cairmos em sujeição de nossos inimigos, cismáticos, que se dele trabalham quanto mais podem, não somente por nosso dano e perda, mais ainda a Santa igreja, e de nosso Senhor o Papa cujos inimigos capitães são”.³³⁴

Continua Fernão Lopes a citar a importância do Mestre de Avis em relação à causa dos portugueses contra a dominação castelhana. O cronista desenvolve um discurso expondo o porquê do rei D. João ter sido o eleito pelas gentes para reger Portugal, narrando as qualidades do monarca. A eleição de D. João I, Mestre de Avis pode ser interpretada não apenas como uma eleição jurídica e legal dos próprios portugueses, mas também como uma eleição sagrada pelo dote das características cristãs apontadas por Fernão Lopes:

³³² CIDADE, Hernâni. **Portugal Histórico Cultural**. Lisboa: Arcádia, 1972. p. 32.

³³³ LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 21.

³³⁴ Idem, p. 420.

“E pois não é menos de considerar a pessoa que há de ser elegida, que o proveito que se dela segue ao reino. E digo brevemente segundo os sábios recontam, que entre as outras coisas que em ele há de haver, deve se ser de boa linhagem, e de grande coração pera defender a terra; desde que haja amor aos súditos; e com isto bondade e devoção. Hora que estas condições sejam achadas no Mestre, nosso senhor, que temos em vontade para eleger, assaz é visto como todos bem sabeis. Alem disto, ordenar tão discretamente toda as cousas que a defesa deste reino pertencem, que nenhum outro melhor poderia. Assim pelas cousas que vimos até hora, este Dom João Mestre de Avis, que tanto trabalhou e trabalha por honra e defesa destes reinos, é apto e pertencente, e merece esta honra e estado de rei”.³³⁵

Por fim, Fernão Lopes descreve o momento da eleição.

“Nomeemos e escolhamos na melhor maneira que poder ser, este Dom João, filho do Rei Dom Pedro, por rei e senhor destes reinos; e outorguemos-lhe que se chame Rei, e mande fazer no regimento e defesa deles, todas as cousas que pertencem ao officio de rei, segundo costumaram de fazer aqueles que o até aqui foram”.³³⁶

Fernão Lopes enfatiza que lhe era cabido este cargo real para defender a autonomia política do reino contra os castelhanos, ou seja, para a defesa de suas pessoas, dos próprios portugueses que o elegeram:

“Quando o Mestre viu seus afincados rogos, e considerando as grandes necessidades do reino, e suas boas vontades e oferecimentos; entendendo que o prazia a Deus de o ser, pois se tanto afincavam a isto; como quer que lhe fosse grave de fazer, por as razões que dissera, houve em ele de consentir; e disse que pois se doutra guisa fazer não podia, que ele aceitava sua eleição, e nome, e dignidade real de rei pera defender o reino”.³³⁷

Luís de Camões também faz referência ao rei D. João I como o rei da independência portuguesa em *Os Lusíadas*. Camões apresenta-o como o “bastardo verdadeiro”, uma vez que, apesar de bastardo, o Mestre de Avis era oriundo de uma linhagem real que se fazia válida a partir da sua eleição protagonizada pelos portugueses, pelas gentes. Isso é visto quando o poeta começa a estrofe com o verso “Porque se muito os nossos desejaram”, expondo a aprovação das gentes portuguesas por D. João.

“Porque, se muito os nossos desejaram
Quem os danos, e ofensas vá vingando
Naqueles, que tão bem se aproveitaram
Do descuido remisso de Fernando;
Depois do pouco tempo o alcançaram,
Joanne, sempre ilustre, alevantando
Por Rei, como Pedro único herdeiro,
Ainda que bastardo, verdadeiro” (IV; 2).

³³⁵ Idem, p. 420 – 421.

³³⁶ Idem, p. 421.

³³⁷ Idem, p. 423.

Pode-se constatar também em *Os Lusíadas* as saudações das gentes portuguesas destinadas ao rei. Como na crônica de Fernão Lopes, Luís de Camões destaca o momento da eleição deste como regente de Portugal:

“Ser isto ordenação dos céus divina,
Por Sinais muito claros se mostrou,
Quando em Évora a voz de uma menina
Ante tempo falando, o nomeou:
E como coisa enfim que o céu destina,
No berço o corpo, e a voz levantou:
- ‘Portugal? Portugal! alçando a mão,
Disse pelo novo Rei D. João’” – (IV; 3).

Ele é mencionado também no poema como o libertador e servidor dos portugueses, seguindo a mesma lógica de Fernão Lopes. Quando Luís de Camões conta a história da Batalha de Aljubarrota em seus versos a referência ao monarca não poderia se manter ausente. Atenta-se para o último verso da seguinte estrofe do Canto IV em *Os Lusíadas*:

“Destarte a gente força, e esforça Nuno,
Que com lhe ouvir as últimas razões,
Removem o temor frio, importuno.
Que gelados lhe tinha os corações:
Nos animais cavalgam de Netuno,
Brandindo, e volteando arremessões;
Vão correndo e gritando a boca aberta:
- ‘Viva o famoso Rei que nos liberta’” – (IV, 21).³³⁸

Os discursos que reproduzem D. João I tanto na crônica homônima ao rei quanto no poema camoniano atribuem ao Mestre de Avis uma característica “messiânica”, segundo o qual o rei teria sido eleito não apenas pelos habitantes do reino, mas também por Deus. Dessa forma, o movimento político em que o rei esteve envolvido de independência de Portugal é visto consequentemente como sagrado.

Pode-se observar que Fernão Lopes constrói em seu enredamento textual da *Crônica de D. João I* um rei bastante alegórico. A escrita do cronista está necessariamente voltada para os interesses da causa portuguesa sobre os castelhanos ocorrida na Batalha de Aljubarrota, assim como em todo o processo dos embates existentes entre Castela e Portugal. Fernão Lopes apela para o direito, onde as gentes elegeram o monarca. O cronista também coloca a Divina Providência como sanção da nova dinastia, Luís de Camões em *Os Lusíadas* segue as influências do cronista nas estrofes relativas ao Mestre de Avis.

“As crônicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I apresentam – se claramente como uma justificação e legitimação da nova dinastia e do pessoal dirigente que saiu da insurreição de 1383. Estas crônicas desenvolvem a demonstração do direito

³³⁸(grifo meu).

que assistia aos portugueses na sua luta contra o rei de Castela. A par com essa demonstração jurídica, as crônicas de Fernão Lopes pretendem mostrar que Deus sancionava com milagres a causa portuguesa. São diversas, embora relativamente sóbrias, as maravilhas referidas nesse sentido na *crônica de D. João I* e sublinhadas ainda por sermões que o cronista reconstitui cuidadosamente. O chamado “Juízo de Deus” tinha nesta época grande importância no direito e na guerra, como o leito pode identificar lendo a discussão entre Nun’Álvares e os emissários castelhanos que precede a Batalha de Aljubarrota”.³³⁹

Nuno Álvares Pereira é exposto como aquele que serve o Mestre de Avis nas batalhas, levando o título de Condestável. O elemento que deve ser primeiramente destacado no personagem é sua fidelidade ao Mestre de Avis, chegando inclusive a lutar contra os próprios irmãos que se aliaram ao partido castelhano. O que lhe movia era o “direito de naturalidade”³⁴⁰, ou seja, a identidade portuguesa originada a partir do sentimento de pertencimento àquela gente de Portugal. Constata-se a identificação de Nuno Álvares com os portugueses. Apesar das diferenças sociais, o Condestável se via como parte de uma coletividade da mesma forma que a “Arraia Miúda” também assim se observava.

Nuno Álvares Pereira na *Crônica de Dom João I* é apontado como um personagem “santo” pelo cronista Fernão Lopes. O escritor da crônica cria um modelo ideal em Nuno Álvares, “heroico” e capaz de tomar as decisões certas no momento correto mesmo com todas as adversidades das batalhas. Outro ponto importante de sua figura representada por Fernão Lopes são seus discursos sobre a hoste portuguesa.³⁴¹ “Nun’Álvares não é tanto um homem de carne e osso mais ou menos simplificado, como um modelo. É moldado em material diferente do das personagens que o rodeavam, um pouco como cavaleiro Santiago que combatia ao lado dos cristãos.”³⁴²

O interessante da relação construída entre Nuno Álvares e Dom João I por Fernão Lopes é que os comportamentos dos dois são descritos de forma oposta e complementar, enquanto D. João I está voltado para as questões políticas na formação de alianças, Nuno Álvares volta-se para o campo de batalha como importante estrategista. “A partir da altura que se ofereceu ao Mestre, estando com ele para que o considerasse inteiramente ao seu serviço,

³³⁹ SARAIVA, Antônio José. **Op. Cit.**, p. 175 – 176.

³⁴⁰ “O direito de naturalidade não é uma mera convenção, tem raízes na afetividade humana. Por isso alguns fidalgos lhes foram sensíveis e seguiram o partido de Portugal, que por sua própria conta e risco destroçaram um exército castelhano em Trancoso, e sobretudo Nun’Álvares Pereira, que apoiou o Mestre de Avis contra os próprios irmãos, que seguiam o partido da legitimidade dinástica. Conforme o ponto de vista uns e outros eram traidores”. Idem, p. 169.

³⁴¹ “Da sua boca não saem os ditos saborosos tão frequentes nas páginas do cronista, mas frases ou discursos terminantes como a boa razão que vai direta ao alvo. Em relação a ele, F. Lopes utiliza, mais do que um estilo descritivo ou épico, uma retórica panegírica, onde não faltam acentos litúrgicos. Na realidade, Nun’Álvares é um herói hagiográfico, tratado à maneira dos sermões dos pregadores, das vidas de santos”. Idem, p. 193.

³⁴² Idem, p. 193

vemos Nun' Álvares dispor-se a ir onde ele não fosse, fazer o que ele não fizesse, comportar-se exatamente de maneira inversa a sua.”³⁴³

Nuno Álvares é narrado por Fernão Lopes como aquele capaz de “desbaratar” quantos inimigos fossem preciso em campo de batalha. Entende-se essa questão como se fosse a vontade divina manifestada no próprio personagem, algo próximo da Providência Divina protegendo-o para afirmar o poder da dinastia de Avis e a vitória portuguesa sobre os castelhanos. Muitas lendas em torno desse personagem são construídas principalmente no que se refere aos feitos no campo de batalha.³⁴⁴

Nuno Álvares coleciona sucessos em batalhas na *Crónica de D. João I*. Apesar da maioria das vezes o Condestável “pelejar” contra um maior número de castelhanos, estes não conseguem permanecer em batalha para serem derrotados “honradamente”, fugindo na primeira oportunidade. Fernão Lopes narra o Condestável como um personagem invencível nos confrontos contra os castelhanos, e estes fogem quando o temor por Nuno Álvares Pereira é despertado. Eis um exemplo abaixo:

“Como os castelhanos viram Nuno Álvares descer assim rijo com sua gente, foram torvados porem muito pouco, porque logo se começaram de defender como bons homens, mas sua defesa não prestou nada, porque muito asinha foram desbaratados; e entre mortos e presos ficaram pouco mais de oitenta, e alguns se esconderam pelos matos, que não puderam ser achados. E levaram os de Nuno Álvares muitas azemelas e outras bestas, e ouro e prata e dinheiros, e roupas de vestir e outras cousas”.³⁴⁵

Entende-se que o ideal de bravura em batalha, a Providência Divina e o sentimento da identidade portuguesa eram inerentes aos episódios que Fernão Lopes narrava sobre as batalhas de Nuno Álvares Pereira contra os castelhanos. O Condestável passa a ser o símbolo desses elementos heroicos portugueses valorizados pelo cronista. A forma comportamental heroica do Condestável passa a ser um importante elemento dessa noção de lusitanidade. Episódios como o seguinte são bastante representativos dessa imagem do Condestável construída por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*.

“Os castelhanos traziam vontade de pelejar por terra, e Nuno Álvares assim o entendia; e quando viram os portugueses postos daquela guisa, para morrer ou vencer, mudaram seu propósito e ordenaram de vir à batalha de cavalo; atrevendo-se que eram muitos e bem encavalgados, e que logo os desbaratariam como dessem em eles; a qual cousa a todo homem razoado parecia ser assim. Então moveram os castelhanos com grande esforço contra eles, as lanças só os braços muito rijo de

³⁴³ AMADO, Teresa. **Op. Cit**, p. 60 – 61.

³⁴⁴ “Os 250 castelhanos que Nun' Álvares defrontou sozinho saíram do barco cheios de desejo de combater – E notemos aqui que intercala ele os reparos de seu espírito crítico perante a humana impossibilidade da façanha, em tão desmesurada igualdade de forças, reparos que só se calam perante a consideração, consentânea com a sua crença, da proteção de Deus ao herói”. CIDADE, Hernâni. **Op. Cit**, p. 43.

³⁴⁵ LOPES, Fernão. **Op. Cit**, p. 250.

encontro, dando grandes vozes e alaridos, chamando Castela. Nuno Álvares e os da sua parte, chamando Portugal, abaixaram as lanças cada um ao seu; e os cavalos topando em elas, alguns deles caíram logo em terra com seus donos; outros antes que de todo chegassem topar na batalha, eram feridos de virotões e dardos que lançavam homens de pé por cima dos homens de armas. Nuno Álvares com os seus sobre eles matando, de guisa que rogue a Deus de os castelhanos serem desbaratados”.³⁴⁶

É frequente em Fernão Lopes após um confronto narrar os mortos em guerra. Aponta-se que sobre as hostes castelhanas as baixas no conflito eram numerosas e constantes, enquanto que nas portuguesas, principalmente as lideradas por Nuno Álvares, as mortes são quase sempre inexistentes:

“E posto que a batalha fosse pelejada de vontade, muito pouco espaço durou que se logo não venceu; e foram mortos ao primeiro juntar, quarenta homens de armas, e depois outros até setenta e sete; e dos portugueses nenhum morto nem ferido”.³⁴⁷

Nuno Álvares pereira é um personagem constante na literatura portuguesa, não se limitando apenas à *Crónica de D. João I*, e à *Crónica do Condestável*, mas também presente no poema de Luís de Camões, *Os Lusíadas*. O poema camoniano também faz referência à valentia do Condestável no Canto IV de seus versos, mostrando também suas habilidades em derrotar os castelhanos que se colocavam no caminho dos portugueses.

“Dom Nun’ Álvares, digo, verdadeiro
Açoute de soberbos castelhanos,
Como já o fero Huno o foi primeiro
Para franceses, para italianos.
Outro também famoso cavaleiro,
Que a ala direita tem os lusitanos” (IV, 24).

Esses episódios são fortemente marcados por um ritualismo cristão presente nas ações de Nuno Álvares Pereira e do Mestre de Avis. No que diz respeito ao Condestável pode-se observar essas práticas religiosas no anteceder das batalhas contra os castelhanos. Comprova-se essa questão na seguinte passagem, na qual o Condestável

“Fincou os joelhos em terra, e fez sua oração à imagem do crucifixo, e da sua preciosa madre que trazia pintada em sua bandeira; e isso mesmo todos os seus joelhos em terra com as mãos fizeram sua oração, e muitos deles choravam; e beijou a terra e alçou-se em pé; e pôs seu bacinete sem cara, e tomou a lança nas mãos que lhe trazia o Page, e disse contra os seus: ‘Amigos, nenhum não duvide de mim; e todos aqueles que me ajudardes, Deus seja aquele que vos ajude ; e se eu aqui morrer por vossas culpas e minguá, Deus seja aquele que vos demande minha morte’”.³⁴⁸

³⁴⁶ Idem, p. 181.

³⁴⁷ Idem, p. 182.

³⁴⁸ LOPES, Fernão. **Op. Cit**, p. 181.

Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes tem a intenção de alçar Nuno Álvares Pereira em patamar épico, ao de herói da guerra contra Castela. A vontade do cronista era que o Condestável fosse lembrado como personagem ímpar desse evento histórico, por isso Fernão Lopes separa um capítulo inteiro de sua crônica para expor os motivos que o levaram a falar dos feitos do Condestável, intitulado *Razões do autor desta obra ante que fale dos feitos de Nuno Álvares*, expondo o personagem como um grande modelo a ser seguido, justamente por sua notável honra e sua superioridade frente os demais. “E nós postos que já falássemos algumas cousas deste Nuno Álvares, seus gloriosos feitos adiante escritos convém que espertem perguntar do véu de sua linhagem, e qual foi seu primeiro começo”.³⁴⁹

A importância histórica do Condestável como modelo de português é refletida também em *Os Lusíadas*. Na Batalha de Aljubarrota o que está se decidindo é a independência de Portugal em relação aos castelhanos. O poeta atribui a fala de Nun’ Álvares um longo discurso político contra aqueles portugueses que não apoiavam o “novo rei” D. João I. Cleonice Berardinelli expõe o discurso persuasivo que Luís de Camões atribui à fala de Nuno Álvares Pereira:

“Em Aljubarrota ouvimos uma longa fala de Nun’ Álvares aos que hesitam em lutar pelo rei novo, fala em cuja a eloquência Camões pôs todos os recursos da persuasão: primeiro, o pasmo: “Como!” repetido três vezes a entrada de frases que se vão alargando (2 versos, 6 versos, 8 versos). Por fim a convicção de Nuno – teatralmente afirmada, até no arrancar da meia espada – de que, sozinho, será capaz de defender ‘A terra de nunca outrem subjulgada’” (IV, 19, v. 4)³⁵⁰

Abaixo a estrofe presente em *Os Lusíadas* em que o Condestável é representado por Camões, sendo a ele atribuído o forte discurso político exposto acima por Cleonice Berardinelli. Na primeira estrofe, pode-se observar o Condestável reprovando os portugueses indecisos sobre tomar parte ou não no conflito entre D. João I e D. João de Castela:

“Mas nunca foi que este erro se sentisse
No forte Dom Nun’ Álvares: mas antes,
Posto que em seus irmãos tão claro o visse,
Reprovando as vontades inconstantes
Aquelas duvidosas gentes disse
Com palavras mais duras, que elegantes,
A mão na espada, irado, e não facundo,
Ameaçando a terra, o mar e o mundo” (IV; 14).

Nas estrofes seguintes, Luís de Camões continua a dar poder de fala a Nuno Álvares Pereira, narrando seu inconformismo sobre a expectativa e a inércia de certos portugueses que não apoiaram o Mestre de Avis nos conflitos contra os castelhanos pela causa lusa:

³⁴⁹ Idem, p. 63.

³⁵⁰ BERARDINELLI, Cleonice. **Estudos Camonianos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 64.

“- Como? Da gente ilustre portuguesa
Há – de haver quem refusa o pátrio marte?
Como? Desta província, que princesa
Foi das gentes na guerra em toda parte,
Há de sair quem negue ter defesa?
Quem negue a fé, o amor, o esforço e arte
De português? E por nenhum respeito
O próprio reino queria ver sujeito?

- Como? Não sois vós inda os descendentes
Daqueles que debaixo da bandeira
Do grande Henriques, feros e valentes,
Venceram esta gente tão guerreira?
Quando tantas bandeiras, tantas gentes,
Puseram em fugida de maneira
Que sete ilustres lhe trouxeram
Presos, afora a presa que tiveram?

- Com quem foram continuo sopeados
Estes de quem o estais agora vós,
Por Dinis e seu filho, sublimados,
Senão com os vossos fortes pais e avós?
Pois se com descuidos, ou pecados,
Fernando em tal fraqueza assim vos pôs,
Torne-vos vossas forças o rei novo:
Sé é certo que com o rei se muda o povo” (IV ; 15 – 17).

Por fim, nas estrofes seguintes, Luís de Camões atribui ao Condestável em sua fala grande lealdade a “pátria mesta”, ou seja, aos portugueses urbanos, das corporações, aos mestirais do reinado, ou seja, as gentes portuguesas como um todo, e ao próprio D. João I, expondo a necessidade de resistência e defesa do reino frente aos castelhanos:

“- Rei tendes tal, que se o valor tiverdes
Igual ao Rei, que agora alevantastes,
Desbaratareis tudo o que quiserdes,
Quanto mais a quem já desbaratastes:
E se com isto enfim vós não moverdes
Do penetrante medo que tomastes,
Atai as mãos a vosso vão receio,
Que eu só resistirei ao jugo alheio.

- Eu só com meus vassalos, e com esta,
(E dizendo isto arranca meia espada)
Defenderei da força dura, e infesta
A terra de nunca outrem subjugada:
Em virtude do rei da pátria mesta,
Da lealdade já por vós negada,
Vencerei não só estes adversários,
Mas quantos o meu rei forem contrários” (IV; 18-19).

Deste modo, o condestável Nuno Álvares Pereira era o modelo de cavaleiro cristão e principalmente, de português, o qual nos escritos sobre ele passa-se uma forte ideia de autossuficiência e moralidade, assim, representando o personagem a ideia de lusitanidade.

Conclui-se que tanto o Mestre de Avis, D. João I, rei de Portugal, e seu Condestável, Nuno Álvares Pereira, foram construídos por Fernão Lopes como modelos de virtude e moral, e colocados a frente do movimento de independência de Portugal e do desenvolvimento da identidade lusitana. Essas imagens de D. João I e do Condestável foram mantidas em *Os Lusíadas*. Dessa forma, pode-se observar que Luís de Camões considerou na criação desses personagens em seu poema as influências literárias deixadas pelo cronista.

A Crónica de D. João I oferece um destaque para o Condestável Nuno Álvares Pereira em termos quantitativos muito superior ao do próprio D. João I. Luís de Camões em seu poema *Os Lusíadas* repete a desigualdade textual entre um personagem e outro. Como se observou, a crônica homônima ao rei é a principal fonte histórica do processo de independência português e da Batalha de Aljubarrota, e com isso a historiografia segue o mesmo padrão do cronista, dando maior lugar ao Condestável Nuno Álvares Pereira. Fernão Lopes já esperava críticas por essa preferência tendo-se em vista a aproximação das gentes portuguesas ao Mestre de Avis, sendo este o rei eleito, além do caráter recluso do Condestável. “Destacando excessivamente D. Nuno na própria crônica do Mestre, Fernão Lopes está certo que vai ser criticado, tanto mais que D. João vivera já um reinado muito frutuoso por todos.”³⁵¹ Outrossim, em questões de notoriedade política e hierarquia o autor cita que D. João I preencheu uma posição muito mais notável que o Condestável Nuno Álvares Pereira no processo de independência de Portugal.³⁵²

Por fim, ressalta-se que tanto Nuno Álvares Pereira como D. João I e vários outros personagens históricos de Portugal, vão ajudar na construção da lusitanidade, como figuras modelares, presentes nos escritos de Fernão Lopes como também nos de Luís de Camões. Pode-se julgar as gentes portuguesas como o cerne do surgimento da condição lusa, onde os “personagens notáveis”, o rei e o Condestável, vão representar as características típicas dos portugueses como um todo.

Posteriormente esses dois personagens vão ser construídos como símbolos nacionais, isso pode ser visto, por exemplo, na visão que Antônio José Saraiva estabelece do

³⁵¹ NUNES, Antonio Pires. **D. João e D. Nuno: chefes militares em Fernão Lopes**. Lisboa: Revista Militar, 1986. p. 8.

³⁵² “Não deve ser esquecido que há uma enorme diferença entre a posição de D. João, em quem recaiu a esmagadora responsabilidade política e militar de cuidar da defesa de um país em litígio contra uma potência europeia que, com toda probabilidade vai recorrer a guerra para resolver o conflito e a de D. Nuno Álvares, sempre muito mais confortável”. Idem, p. 11.

Condestável, como um ser “meta-social”, olhando tudo de cima e não se inserindo no contexto histórico do qual pertenceu. Se Fernão Lopes quer representar a lusitanidade, ou seja, as características portuguesas com esses personagens ímpares, na modernidade se quer elevar essas figuras a um nível quase sagrado.³⁵³

3.4 O castelhanismo como alteridade

Quando se fala do conceito de alteridade, pode-se observar que ele perpassa diretamente a questão da retórica. Essa retórica pode estar presente em obras literárias quando há uma separação de dois grupos de naturezas diferentes, como os castelhanos e os portugueses na *Crónica de D. João I* e em *Os Lusíadas*, fontes analisadas nesse capítulo. Em *Le miroir d’Herodote: Essai sur la représentation de l’autre* François Hartog debate esse conceito de alteridade na retórica usando o exemplo dos gregos e dos “não-gregos”:

“Dire l’autre, c’est le poser comme différent, c’est poser qu’il y a deux termes a et b et que a n’est pas b. Il existe des grecs et des non-Grecs. Dès lors que la différence é dite ou transcrite, elle devient significative, puisqu’elle est prise dans les systèmes de la langue et de l’écriture. commence alors ce travail, incessant et indéfini comme celui des vagues se brisant sur une greve, qui consiste à remener l’autre au même”.³⁵⁴

Dessa forma, Hartog define uma retórica da alteridade desenvolvida em narrativas, consolidando uma diferença de sentido dos grupos em oposição sobre vários aspectos: cultural, social, político e moral. Hartog ainda expõe que essa diferença é necessariamente construída pelo autor de uma determinada obra, delimitando esses dois grupos em oposição: geralmente o grupo ao qual o escritor pertence e o grupo oposto ao desse determinado autor, podendo então estabelecer uma ideia de “mesmo” e de “outro”.

Assim, Hartog define essa “*Rhetorique de l’alterité*” que consiste na caracterização do diferente: “A partir de la relation fondamentale qu’instaure entre deux ensembles la différence

³⁵³ “O herói de Aljubarrota era um cristão voluntarista, crente no poder das devoções e das obras, julgando que podia conquistar o céu a pulso, como tinha conquistado os cabeços de Valverde. Há por isso uma certa justiça em a igreja não ter posto Nun’ Álvares no catálogo dos santos. Mas nós temos razão para o inscrever no catálogo dos cavaleiros. Ele é o exemplar extremo daquilo que se poderia chamar o espírito senhorial, que, ao contrário do que se tem dito, não é simplesmente uma forma histórica própria de certo gênero de sociedade, mas, pelo contrário, uma realização de um tropismo próprio da natureza humana, uma forma extrema de individualismo, que nem se confunde com a acumulação de bens econômicos, nem com a conquista do poder propriamente político. O espírito senhorial consiste fundamentalmente em não depender de outro homem ou instituição, como quem está no alto monte e só vê abaixo de si vales e declives descendentes”. SARAIVA, Antonio José. **Op. Cit.**, p. 215.

³⁵⁴ “Dizer o outro é colocá-lo como diferente, é colocar que há dois termos a e b e que a não é b. Existe os gregos e os não-gregos. Uma vez que a diferença é dita ou transcrita ela é significativa, uma vez que é tomada nos sistemas de fala e escrita. Começa então o trabalho incessante e indefinido como ondas que quebram em costas, que consiste em trazer o outro ao mesmo”. HARTOG, François. **Le miroir d’Herodote: Essai sur la représentation de l’autre**. França: Gallimard, 1991. p. 331. (tradução minha).

significative, peut se developper une rhétorique de l'altérité que vont deployer les recits qui parlent avant tout de l'autre.”³⁵⁵

As narrativas de Fernão Lopes e de Luís de Camões sobre o processo de independência e sobre o conflito de Aljubarrota formam uma narrativa de alteridade, pois retomam uma diferenciação entre os portugueses e os castelhanos, característica do tempo deste evento histórico de Portugal, sendo afirmada uma oposição entre esses dois grupos. A noção de lusitanidade construída pelo cronista e pelo poeta se pauta, sobretudo, pelo que ela não é, por um não-ser castelhano. Claro que a identidade portuguesa tem seus sentidos próprios, mas foi marcada pela diferenciação e oposição à Castela. “Em 1384, por exemplo, ‘Portugueses’ tem conotação de oposição a Castelhanos e correlaciona-se ‘com bons e verdadeiros naturais’ e ‘fiéis naturais’, esses que tinham aderido ao mestre e se opunham ao rei de Castela.”³⁵⁶

Pode-se observar a diferença entre portugueses e castelhanos no contexto do processo de independência, quando aqueles usam como sinônimo dos mesmos o termo “nossos” e usam o termo “outros” para falar dos castelhanos: “A expressão “portugueses” aparece durante o período das guerras contra Castela. Essa expressão foi usada para os naturais de Portugal em relação aos inimigos castelhanos. Significou os “nossos” por oposição aos “outros”, os adversários.”³⁵⁷

Fernão Lopes consolidou uma imagem dos castelhanos oposta a dos portugueses, constituindo uma ideia de alteridade. Os castelhanos foram representados como covardes, como aqueles que fogem das batalhas, enquanto os portugueses foram expostos como bravos guerreiros que ultrapassam com coragem as desvantagens numéricas e materiais.

No enredo da *Crónica de D. João I* os castelhanos são descritos como bárbaros cruéis que ao entrar nas cidades portuguesas vão praticando atrocidades ao longo da tomada dos territórios lusitanos. A historiografia não retrata de forma numerosa essa imagem dos castelhanos construída por Fernão Lopes. Contudo, Jorge Tavares disserta sobre as atrocidades feitas pelos castelhanos a mando do rei ao longo do caminho percorrido no território português: “Desde sua entrada em Portugal, o rei ‘não deixou de usar crueldades’, talvez por vingança dos desastres sofridos por falta de apoio.”³⁵⁸

³⁵⁵ “A partir da relação fundamental que instaura a diferença significativa entre dois conjuntos pode se desenvolver uma retórica da alteridade que vão implantar as narrativas de quem falam em primeiro lugar do outro”. Idem, p. 331. (tradução minha).

³⁵⁶ MATTOSO, José & SOUZA, Armindo. **Op. Cit**, p. 368

³⁵⁷ Idem, p. 369.

³⁵⁸ TAVARES, Jorge. **Op. Cit**, p. 37.

Alguns historiadores, como o exemplo citado, que trabalham com essa questão da crueldade da hoste castelhana, na maioria das vezes foram influenciados pelo discurso de Fernão Lopes, atribuindo juízos de valor sobre a crônica. A passagem a seguir da *Crônica de D. João I* expõe todo “mal e dano” que os castelhanos se punham a fazer quando subjugavam os lugares os quais passavam, segundo o olhar do cronista:

“O Rei de Castela havia já enviada sua frota cercar Lisboa, e mandava a grão presa por todos os senhores e fidalgos e homens de armas que se viessem para ele, para entrar em Portugal, segundo tinha ordenado. E escreveu a dom Pedro bispo de Toledo, e a certos cavaleiros seus vassallos ajunta-se todos em Cidade Rodrigo, e que dali entrem-se no Reino de Portugal a talhar vinhas e pães e fazer todo mal e dano que pudessem. Os moradores do lugar quando os viram vir, porque a cidade não tem outra cerca nem fortaleza [salvo a Sé], colheram-se a ela e as igrejas muitos deles com aquele que levar puderam dos haveres que tinham, e outros fugiram por esses montes pondo-se a salvo cada um como melhor podia. Os castelhanos começaram de roubar e cativar e fazer todo [mal e] dano que podiam a sua vontade. Entravam nas igrejas e roubaram-nas de quanta prata e haver em elas achavam mas não cativavam nenhum dos que se a elas colhiam”.³⁵⁹

Outro exemplo dessa questão pode ser visto quando o rei castelhano entra em Portugal. Fernão Lopes vai narrando as atrocidades atribuídas ao monarca de Castela que incluem decepar mãos e línguas de mulheres e crianças até por fogo em igrejas.

“E as gentes começaram de se estender a roubar a toda parte, uns por beira do rio desde Montemor o velho e desde Aveiro e desde a Soure e acharam grande roubo, e com ele uns poucos de lavradores e mandou os todos decepar. Depois que o Rei de Castela desta vez entrou em o reino até que chegou a Leiria não cessou de usar de toda crueldade assim em homens como mulheres e moços pequenos, mandando-lhe decepar as mãos e cortar as línguas e outras semelhantes crueldades, isso mesmo por fogo a igrejas, especialmente a de São Marcos”.³⁶⁰

A imagem negativa castelhana nas passagens de Fernão Lopes são muitas vezes reforçadas com as constantes desvantagens numéricas e materiais que os portugueses enfrentavam em batalhas, singularidade que ajuda a ilustrar a bravura portuguesa e a covardia castelhana, essas características ajudam na diferenciação entre um grupo e outro, valorizando a identidade portuguesa e preenchendo de significado a noção de lusitanidade com a bravura e o heroísmo. A disparidade numérica e as diferenças nos armamentos³⁶¹ de ambas as hostes são questões de grande conhecimento e debate na historiografia sobre o evento histórico. Esse ponto ajuda na reprodução da valorização dos feitos portugueses pela historiografia,

³⁵⁹ LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 43.

³⁶⁰ Idem, p. 64.

³⁶¹ “O aparato do exército castelhano, com seus homens ‘armados com boas e esplandecentes armas, e todos plumões nos bacinetes, que lhes dava muito grande e formosa vista’, contrastando com as forças portuguesas, armados com as mais variadas armas: ‘solhas, cestas, faldões, panceiros, lanças, chuços, paus tortados. (...) machados quem os podia haver’” MONTEIRO, João. **Op. Cit.**, p. 37.

reprimando os números fornecidos pelo cronista.³⁶² Os números dados pelo cronista vão servir de reforço para aqueles historiadores de cunho nacionalista, transformando o sentido atribuído por Fernão Lopes de valorização da lusitanidade, para uma exaltação da nacionalidade portuguesa.

Fernão Lopes descreve numericamente as proporções entre as hostes da famosa Batalha de Aljubarrota, deixando clara a intenção de enaltecimento dos portugueses:

“Ora sabeis que quantos de batalhas estórias compilaram, deles mais e deles menos, todos em seus livros fazem menção das gentes que cada um Rei consigo tinham, por saber sua quantidade e dar o louvor a quem parecer que o merecer; doutra guisa os desbaratados e os vencedores não teriam gloria nem doesto. E assim fizeram muitos na estória desta batalha a que uns disseram pelo meúdo que o Rei de Castela trazia oito mil lanças e outros puseram nove mil; e de guinetes três mil; e quinze mil besteiros; e de homens de pé vinte mil. Outros diziam em soma que eram sessenta mil por todos; outros que chegaram a cem mil e outros contavam que por uns e por outros era tanta multidão que havia cem castelhanos para um português; e assim outros mais e menos”.³⁶³

O cronista expunha também o modesta hoste portuguesa, liderado pelo Mestre de Avis e seu Condestável: “O Rei de Portugal havia por todas mil e setecentas lanças e delas não bem corregidas, e de besteiros oitocentos e de homens de pé quatro mil, que eram por todos seis mil e quinhentos. Os castelhanos (...) se não podiam dar a conto.”³⁶⁴

Assim como Fernão Lopes, Luís de Camões também faz menção à desigualdade numérica da batalha entre os portugueses e os castelhanos, e ao expô-la demonstra a força bélica e os armamentos utilizados pelos castelhanos. Com isso, constrói-se uma imagem da força dos portugueses no superar das adversidades e do poder bélico do inimigo castelhano seguindo o modelo do cronista.

“Farpões, setas e vários tiros voam:
Debaixo dos pés duro dos ardentes
Cavalos, treme a terra, os vales soam:
Espedacem-se as lanças e as frequentes
Quedas com as duras armas, tudo atroam:
Recrescem os inimigos sobre a pouca
Gente de Fero Nuno, que os apouca” (IV, 31).

Destarte, ainda citando a questão da diferença numérica entre as hostes, Fernão Lopes prepara o leitor para a Batalha de Aljubarrota, chegando nesse momento a narração do ponto

³⁶²“A desproporção do número era grande entre os combatentes. O castelhano trazia consigo vinte mil homens de cavalo, nos quais estavam dois mil franceses, gascões e bearnêses; com a peonagem, o seu exército ia a mais de metade. Em volta de D. João I não havia mais de duas mil lanças, oitocentos besteiros e quatro mil peões: alguns elevam a dez mil o total”. MARTINS, Oliveira. **Op. Cit.**, p. 156 – 157.

³⁶³ LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 89

³⁶⁴ Idem, p. 91.

de maior tensão do confronto. Narra-se nesse momento um importante discurso do rei D. João I, exaltando os feitos e a coragem de sua hoste:

“O Rei (...) na retaguarda onde estava, depois de sua confissão muito cedo feita e recebido o santo sacramento e benção do Arcebispo tomou muito devotamente o sinal da Santa Cruz, pondo-a em seu peito de cor vermelha e mandou aos seus que assim o fizessem e então, começou a desforçar os seus, dizendo a todos: ‘Amigos senhores, não embargando que nossos inimigos venham em grande multidão como vedes, não queirais temer o espanto que põe, mas sede fortes e não temais nada, pois que ligeira cousa é ao senhor Deus colocar muitos em mãos de poucos. E pois ele vem a nós com grande soberba e desprezamento por nos destruir e roubar e tomar mulheres e filhos quanto nos acharem; e nós por nossa defesa e do Reino e da nossa Madre Sana igreja pelejamos com eles e vos vereis hoje como todos são vencidos e derribados entre nós’. Os Portugueses como os viram abalar, começaram a avivar os corações pera os receber, e com bom esforço, dando as trombetas, moveram passo e passo, em sua boa ordenança, o Condestabre ante a sua bandeira, e assim cada um como lhe fora mandado; seu apelido era Portugal e são Jorge e dos inimigos Castela e são Tiago”.³⁶⁵

Luís de Camões, em *Os Lusíadas* também retrata esse momento mais tenso da Batalha de Aljubarrota demonstrando a violência existente no embate, separando, assim como Fernão Lopes, um espaço descritivo de preparação para a Batalha a partir dos seguintes versos:

“Estavam pelos muros temerosas,
E de um alegre medo quase frias,
Rezando as mães, irmãs, damas, e esposas,
Prometendo jejuns e romarias.
Já chegam as esquadras belicosas
Defronte das inimigas companhias,
Que com grita grandíssima os recebem;
E todas grande dúvida concebem.

Respondem as trombetas mensageiras,
Pífaros sibilantes, e atambores;
Alferezes volteiam as bandeiras,
Que variadas são de muitas cores.
Era no seco tempo, que nas eiras
Ceres o fruto deixa aos lavradores;
Entra em Astrea o sol no mês de agosto,
Baco das uvas tira o doce mosto” (IV; 26 – 27).

No momento do início do conflito, Camões constrói os castelhanos como seres bárbaros, expondo o medo dos habitantes portugueses em relação à hoste inimiga, o que contribui para a imagem negativa do castelhano:

“Deu sinal a trombeta castelhana,
Horrendo, fero, ingente e temeroso:
Ouviu-o monte Artábrego; e o Guadiana
Atrás tornou as ondas de medroso:
Ouviu o Douro, e a terra transtagana;
Correu ao mar o Tejo duvidoso:

³⁶⁵ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, p. 103 – 105.

E as mães que o som terrível escutaram,
Aos Peitos os filhinhos apertaram.

Quantos rostos ali se vem sem cor,
Que ao coração acode o sangue amigo:
Que nos perigos grandes o temor
É menor, muitas vezes, que o perigo:
E se o não é, parece-o; que o furor
De ofender, ou vencer o duro inimigo,
Faz não sentir que é perda grande e rara,
Dos memboes corporais da vida cara” (IV; 28 – 29).

Por fim, o poeta marca em seu poema a incerteza do combate pelas vantagens do inimigo estrangeiro:

“Começa-se a travar a incerta guerra;
De ambas as partes se move a primeira ala;
Uns leva a defesa da própria terra,
Outros as esperanças de ganhá-la;
Logo o grande pereira em que se encerra
Todo o valor primeiro se assinala;
Derriba, e encontra, e a terra enfim semeia
Dos que tanto desejam sendo alheia.
Já pelo espesso ar os estridentes” (IV, 30).

Pode-se notar que Fernão Lopes e Luís de Camões tratam o conflito a partir de perspectivas antagônicas, porém complementares, pois enquanto o cronista ressalta a coragem dos portugueses sustentada pelo inflamado discurso de D. João I o poeta destaca a imagem negativa dos castelhanos e a ameaça que eles representam para os portugueses. Nessa passagem o poeta entende os castelhanos como uma ameaça à identidade portuguesa.

Fernão Lopes expõe outro elemento constituinte da alteridade dos castelhanos com os portugueses. O cronista evidencia a covardia e desonra castelhana. Em um longo processo discursivo, essa representação é trabalhada durante vários capítulos da *Crónica de D. João I*. Este estigma já se insere no final da Batalha de Aljubarrota, quando a bandeira castelhana é derrubada e o rei D. João de Castela foge. A fuga é construída como uma reação castelhana exhaustivamente repetitiva nas suas derrotas em campo de batalha.

“O Rei quando viu a vanguarda, com grande cuidado e todos com ele, abalou rijamente com sua bandeira, dizendo altas vozes com grande esforço: Avante, senhores! Avante, avante! São Jorge ! São Jorge! Portugal, Portugal, que eu sou o Rei! E sendo a batalha cada vez maior e muito ferida de ambas partes, prouve a Deus que a bandeira de Castela foi derribada e o pendão da divisa com ela, e alguns castelhanos começaram de voltar atrás; os moços portugueses que tinham as bestas e muitos dos outros que eram com eles começaram altas vozes bradar e dizer: Já fogem! Já fogem! E os castelhanos, por não fazer deles mentirosos, começaram cada vez de fugir mais”³⁶⁶.

³⁶⁶ LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p.107.

A fuga do rei castelhano mostra a situação “desonrosa” na qual D. João de Castela é representado por Fernão Lopes na crônica. “Desceu da mula onde estava montado, e ajudado pelos seus servidores, montou a cavalo; apavorado, tomou o caminho de Santarém, para não ver o fim da batalha, sua derrota total.”³⁶⁷

Fernão Lopes disserta sobre a fuga do rei castelhano após a derrota da Batalha de Aljubarrota, descrevendo o caminho do rei até Santarém, sendo o monarca ridicularizado pela narrativa construída pelo escritor da crônica.

“O Rei de Castela olhando a batalha e vendo que a fortuna de todo em todo era favorável aos portugueses, de guisa que sua bandeira era já abatida e muitos dos seus voltavam, (...) trigou-se como quem não sente dor por logo partir ante que mais visse como se perdia a batalha de todo; e desceu da mula em que estava e puseram-no em um cavalo em que a presa começou andar (...) cheio de temor e levou direita estrada caminho de Santarém. O Rei continuou seu caminho sem fazer detença e cansou aquele cavalo e deram-lhe outro e tendo andadas onze léguas e meia que havia de onde partiu até Santarém. O Rei entrou com o rosto coberto como vinha e assentou-se em um banco, muito casado, com gesto fora de toda ledice. E porque ele era doente de tremor, e aquele dia fora o da cessão, emanava a dor a sua tristeza muito mais nojoso semblante.”³⁶⁸

O rei chega à cidade e começa a admitir sua ausência de bravura frente ao conflito, e nesse momento o monarca assume seus atos de covardia, mostrando-se um rei fraco, uma vez que deixou seus companheiros para morrerem em batalha. Nesse trecho pode-se entender a própria função de “rei” que Fernão Lopes atribui aos monarcas daquele período histórico, tanto o de Castela, quanto o de Portugal. Entende-se que os monarcas daquele período, segundo o cronista, tinham a funcionalidade de servidores das suas respectivas gentes, assim quando o rei castelhano se vê como “rei sem gente” ele percebe que falhou na sua função, sendo um “mau Rei”, pois não pôde cuidar dos seus nos conflitos contra Portugal.

“Alçou-se rijo e começou andar rezando consigo, amaselando-se muito e dizendo: ‘Oh Deus, que mau Rei e sem ventura! O senhor dá-me a morte aqui onde estou, pois não houve ventura de morrer com os meus!’ E movendo-se só contra uma parede e chorando dizia assim: ‘Oh bons vassalos amigos, que mau Rei e mau parceiro tivestes em mim, que vos trouxe todos a matar e não vos pude acorrer e nem ser bom! Oh Deus, porque te rogue deixar um Rei tão só e tão desamparado de tantos e bons como eu perdido! Viverei lastimando em todos meus dias e mais me valera a morte que a vida! Bem poso dizer que em má hora vão a Portugal, pois que fiquei Rei sem gente!’”³⁶⁹

Com a fuga do rei castelhano, Fernão Lopes expõe também como ficaram os castelhanos em batalha. O cronista descreve-os fugindo desarmados para poder correr mais rápido, tentando de maneira malograda se disfarçar entre os portugueses, porém Fernão Lopes

³⁶⁷ TAVARES, Jorge. **Op. Cit**, p. 92.

³⁶⁸ LOPES, Fernão **Op. Cit**, p. 107 - 108.

³⁶⁹ Idem, p. 108.

escreve que a língua foi o elemento delator daqueles castelhanos que se escondiam. Aqui pode-se observar como a língua foi, na interpretação de Fernão Lopes, um grande agente diferenciador entre portugueses e castelhanos, sendo um importante elemento para a formação da lusitanidade.

“Vendo os castelhanos que seu senhor havia fugido e que a batalha em cada parte se vencia, perdida toda esperança sem vontade de mais ferir, começaram todos de voltar atrás e desamparar o campo, (...) tanta multidão de gente não durou a batalha espaço de meia pequena hora até mostrar-se toda ser perdida. Ali vireis uns cavalgar nas bestas que percalçar podiam, sem perguntando cujas eram, por se trigosamente pôr em salvo; outros se descarregavam das armas que vestidas tinham, por mais ligeiramente poder fugir; deles fugindo a pé iam-se desarmando por correr mais leve para poder escapar; muitos outros voltavam (...) de dentro para fora, por não, serem conhecidos, mas depois, o falar da língua, mostrando sua nação, era azo de seu acabamento. Os que eram mal encavalgados e outros com muito cansaço não podiam fugir à sua vontade e com grande medo saiam-se das estradas e metiam-se por esses matos; e porque não sabiam onde andavam de uma parte pera outra. E a gente da terra, que em o outro dia acudiu muita, faziam em eles grande matança”.³⁷⁰

Fernão Lopes termina por sintetizar na passagem a seguir a construção de alteridade feita entre castelhanos e portugueses, descrevendo que enquanto os lusitanos eram bravos e corajosos, seus rivais eram medrosos e covardes. O cronista mostra também o poder da Divina Providência agindo em prol dos portugueses como recompensa pela sua retidão cristã, expondo que a vitória se deu em grande medida porque eles eram os eleitos de Deus e os verdadeiros fiéis de Cristo.

“O que maravilha tão grande e que juízo do muito alto Deus, que aquele que com infinda multidão de hoste cuidou de gastar a terra e tomar o Reino que seu não era, fugiu assim dele desonradamente, que mais a presa ser não podia; e os portugueses cobraram de seus inimigos tão honrosa fama e boa nomeada, qual muito longa velhice já nunca tirara da memória. O Cristo Jesus, imagem de Deus padre, poderoso em virtude e forte em as batalhas, muitas graças e louvores te damos que por tua infinda piedade quiseste olhar por os portugueses o dia de seu grão trabalho, por lhe dar a honra de vencimento contra a sanha de seus cruéis inimigos”.³⁷¹

O rei D. João de Castela é construído como covarde também em *Os Lusíadas*, configurando uma continuidade sobre a tradição literária anticastelhana, ajudando, assim, a demarcar a própria ideia de lusitanidade, ou seja, construção dessa identidade portuguesa no poema. Camões expõe, assim como Fernão Lopes³⁷², o arrependimento e a frustração do rei D. João de Castela ao ter suas empresas bélicas malogradas devido à vitória lusitana.

“Aqui a fera batalha se encruece
Com mortes, gritos, sangue e cutiladas;

³⁷⁰ Idem, 114.

³⁷¹ Idem, p. 128.

³⁷² “Mais de cem anos depois de Fernão Lopes, a nostalgia de uma epopeia para os feitos notáveis dos portugueses inspirou *Os Lusíadas*”. SARAIVA, Antonio José. **Op. Cit.**, p. 203.

A multidão da gente que perece,
Tem as flores da própria cor mudadas:
Já as costas dão, e as vidas; já falece
O furor, e sobejam as lançadas;
Já de Castela o rei desbaratado
Se vê e de seu propósito mudado” (IV; 42).

Nesse momento, Luís de Camões cita a debandada castelhana, caracterizando a hoste inimiga como fraca e temerosa, destacando o sucesso português na Batalha de Aljubarrota:

“O campo vai deixando ao vencedor,
Contente do lhe não deixar a vida;
Seguem-no os que ficaram: e o temor
Lhes dá não pés, mas asas á fugida.
Encobrem no profundo peito a dor
Da morte, da fazenda despedida,
Da mágoa, da desonra, e triste nojo
De ver outrem triunfar de seu despojo.

Alguns vão maldizendo, e blasfemando
Do primeiro que guerra fez no mundo;
Outros a sede dura vão culpando
Do peito cobiçoso e sitibundo,
Que por tomar o alheio, o miserando
Povo aventura às penas do profundo:
Deixando tantas mães, tantas esposas
Sem filhos, sem maridos, desditosas” (IV; 43 – 44).

O poeta, no fim de sua narrativa sobre o confronto, exalta D. João I e Nuno Álvares, expondo as qualidades de ambos. Nas estrofes abaixo, Luís de Camões personifica as características das gentes portuguesas através do Mestre e do Condestável, colocando-os como modelos de portugueses e ajudando a expor a diferença entre o lusitano e o castelhano. Reafirma-se assim, a relação de alteridade entre ambos os grupos envolvidos no conflito e o significado da condição portuguesa através do poderio e da capacidade lusa representadas pelo sucesso em batalha:

“O vencedor Joane esteve os dias
Costumados no campo, em grande glória:
Mas Nuno que não quer por outras vias
Entre as gentes deixar de si memória,
Senão por armas sempre soberanas,
Para as terras se passar trastaganas.

Ajuda o seu destino de maneira,
Que fez igual o efeito ao pensamento;
Porque a terra dos Vândalos fronteira
Lhe concede o despojo, e o vencimento
Já de Sevilha a Bética bandeira,
E de vários senhores, num momento
Se lhe derruba aos pés sem ter defesa.
Obrigados a força portuguesa” (IV, 45 – 46).

Pode-se notar que Fernão Lopes iniciou e Luís de Camões ajudou a formar uma imagem anticastelhana em suas obras literárias referentes ao conflito em Aljubarrota. Essas imagens caracterizam o castelhano como um ser “fraco”, “covarde” e “desonrado”. O cronista e o poeta constroem uma relação de oposição entre os estrangeiros, vistos dessa maneira, e os portugueses, enaltecidos e caracterizados como “bravos”, “heroicos”, “honrados” e capazes de atravessar as atribulações impostas pelo destino. Ambas as narrativas consolidam uma relação de alteridade entre portugueses e castelhanos, ajudando a mostrar quem são as pessoas entendidas como lusas através da diferença pela comparação com o inimigo.

Outros cronistas posteriores a Fernão Lopes também adotam essa mesma imagem negativa dos castelhanos, como por exemplo, Duarte Galvão na *Crônica de Afonso Henriques* (1505). Nela é exposto o conflito do primeiro rei português com o rei Afonso de Castela. O monarca castelhano é representado com as mesmas características do rei D. João I de Castela. Nota-se que o elemento da fuga após a derrota da batalha permanece.

“O Rei de Castela (...) fez logo suas gentes de Castela, Leão, d’Aragão e de Galícia, e abalou com muito grande poder contra Portugal. Os portugueses que lhes souberam que o Rei de Castela ajuntava seu poder para vir conquistar Portugal, houveram todos seu acordo que tivessem com o príncipe Dom Afonso Henriques, e o ajudassem contra ele: então se vieram para o príncipe muito guarnecidos de suas armas, e esperaram o Rei de Castela. O qual tempo chegou, logo uns e outros ordenaram suas azes para batalha, em ambas as partes foi forte a peleja, e tão grande vencimento por parte do príncipe Dom Afonso, que o Rei de Castela foi ferido na perna esquerda de duas lançadas, e saiu-se da batalha em um cavalo branco fugindo, acolhendo-se o mais que pode em Toledo por haver medo de com este desbarato perder a cidade”.³⁷³

Cleonice Berardinelli disserta sobre essa tradição literária anticastelhana em *Os Lusíadas*, expondo as heranças de Fernão Lopes no episódio da fuga dos castelhanos na vitória de Aljubarrota.

“Esta referência à rapidez com que partem, lançando o ridículo sobre os castelhanos, é sugerida a Camões, pelo texto de Fernão Lopes, que visivelmente, tão próximo aos acontecimentos e a eles ligado como protegido do Mestre de Avis, maldosamente se diverte em acentuar o desaire da fuga”.³⁷⁴

Essa tradição literária não chega apenas na obra *Os Lusíadas*, mas em muitas outras literaturas referenciais de Portugal como vimos na crônica acima. O poema camoniano sem dúvida bebeu nas fontes das crônicas de Fernão Lopes, que ajudou a desenvolver em Portugal a ideia de identidade portuguesa. Observa-se que enquanto Fernão Lopes deseja construir a noção de lusitanidade com seus escritos, ou seja, preencher de sentido a condição portuguesa

³⁷³ GALVÃO, Duarte. *Crônica de El-Rei D. Afonso Henriques*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995. p. 29 – 30.

³⁷⁴ BERARDINELLI, Cleonice. *Op. Cit*, p. 67.

a partir da oposição ao castelhano, muitos intelectuais contemporâneos buscaram nos escritos do cronista uma lógica de construção nacional, delegando um sentido à escrita do cronista inexistente no período de Fernão Lopes. Entretanto, esse sentido nacional se encaixava muito bem no contexto histórico desses estudiosos da História de Portugal e da literatura portuguesa. Observa-se o exemplo de Saraiva, uma vez que este vivera no Portugal Salazarista, onde a nação era uma ferramenta usada a favor e contra o governo. Por essa ligação com o paradigma nacional português Antônio José Saraiva delega a alcunha de “epopeia nacional” à obra de Fernão Lopes.

“O autor sente-se realista, naturalmente, sem perplexidades ou hesitações, pelo simples fato de que a coletividade com que ele se identifica é portadora da razão. Para ele não há duplicidade entre sujeito e objeto. Vem daqui a grandeza de Fernão Lopes e a força que impulsiona a extraordinária criação que são as suas crônicas. Nele (muito mais do que em Camões) pode dizer-se que encontramos, na sua forma mais completa e acabada a epopeia nacional portuguesa. Em comparação com as crônicas, Os Lusíadas aparecem-nos como uma epopeia póstuma, inspirada pela nostalgia e pelo sentimento de uma ausência que quer negar-se”.³⁷⁵

A importância de Fernão Lopes para a consolidação da ideia de Portugal é grande, além da formação de toda uma tradição literária que pode ser atribuída ao cronista. A investida de Castela contra Portugal deu-lhe margem para modelar o próprio conceito de “português” através da diferença em relação aos castelhanos. Camões em seus *Lusíadas* incorpora essa ideia de castelhano que Fernão Lopes atribui na *Crônica de D. João I*. Pode-se observar uma confluência de imagens produzidas pelo cronista e pelo poeta ligadas ao anticastelhanismo nascido dos relatos sobre a Batalha de Aljubarrota.

Essa batalha é considerada um importante evento histórico para a consolidação da literatura portuguesa e para a formação da condição lusitana. A lusitanidade se pauta em algumas características centrais como: a oposição ao castelhano; a atribuição de alguns valores aos portugueses, tais quais: a bravura, o heroísmo e a verdadeira crença em Cristo; assim como uma dimensão de Portugal não apenas aristocrática valorizando não só os reis e cavaleiros, mas também as gentes portuguesas, ou seja, as pessoas mais humildes, englobando diversas categorias sociais que compunham o reino: pescadores, pequenos comerciantes, artesãos, donos de corporações entre outros grupos sociais. Atesta-se, por isso, a necessidade de Fernão Lopes em deixar um importante espaço em sua crônica para esses portugueses que não eram de uma aristocracia como Nuno Álvares e D. João I. O cronista apresentou uma

³⁷⁵ SARAIVA, Antônio José & LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 195., p. 140.

visão ampla dos portugueses, dando importância ao Condestável e ao Mestre, mas sobretudo, às gentes portuguesas.

CONCLUSÃO

Este trabalho expôs como a literatura portuguesa, a partir dos episódios históricos da Batalha de Ourique e Aljubarrota ajudaram a construir a identidade portuguesa. Essa questão pôde ser observada a partir das obras escritas por Fernão Lopes, Duarte Galvão e Luís de Camões.

A lusitanidade foi composta pelo conteúdo presente nas crônicas e no poema camoniano. A Batalha de Ourique, momento em que foi atribuído o nascimento da condição portuguesa, séculos após o ocorrido, marcou o início da identidade portuguesa no tempo. As crônicas dos séculos XV e XVI, principalmente Duarte Galvão com *a Crónica de D. Afonso Henriques* em 1505, vão remontar os conflitos existentes nos incertos campos de Ourique do século XII, lugar em que Afonso Henriques desbaratou os cinco reis mouros liderados por Ismar. Ressalta-se aparição de Cristo para o monarca, passando a ideia de que os portugueses haviam sido escolhidos por Deus para expandir sua fé. Essa aparição serviu para reforçar o valor dos portugueses ao longo do tempo, até mesmo usada politicamente para incentivar o movimento português de independência no período filipino em Portugal, como por exemplo, na obra do Frei Antônio Brandão, intitulada *Monarchia Lusitana*.

A Batalha de Aljubarrota foi o evento histórico ocorrido em Portugal que deu corpo à noção de lusitanidade supostamente originada em Ourique. Fernão Lopes expõe os diversos problemas sociais presentes no reinado de D. Fernando, mostrando que as gentes portuguesas sofriam. Na narrativa do cronista, um personagem providencial aparece no curso da História de Portugal, D. João Mestre de Avis. A *Crónica de D. João I* dá voz política aos setores da sociedade portuguesa não privilegiados, o Mestre de Avis é o líder do movimento, livrando os portugueses do julgo castelhano na Batalha de Aljubarrota. Nesse importante momento da história portuguesa a identidade lusitana se forma com a “gente pequena dos lugares” de Fernão Lopes. É o cronista que aponta quem são os “verdadeiros” portugueses, criando a lusitanidade.

A lusitanidade se forma com esses dois momentos históricos. Ao longo das crônicas os portugueses vão sendo construídos pelos seus elementos característicos. A bravura nas batalhas, a devoção a Deus, a capacidade de atravessar as adversidades encontradas no caminho.

A identidade portuguesa não se forma apenas por si, mas também a partir de um não-exemplo, de um modelo antagônico, presente nos dois episódios discutidos ao longo desse trabalho.

Na Batalha de Ourique, os sarracenos são vistos como inimigos da fé cristã, são os infiéis. Em oposição aos mouros, os portugueses são aqueles que promovem a fé de Cristo a partir da Reconquista. Ourique faz parte deste processo. Ourique é o episódio que firma que os portugueses serão cristãos, afinal o próprio Cristo lhes apoiou na luta contra os infiéis a partir de sua aparição a Afonso Henriques. Em Ourique o triunfo do rei português sobre os mouros é o ponto que abre espaço para esse episódio se tornar o mito de fundação do reino de Portugal.

Na Batalha de Aljubarrota a coragem heroica dos portugueses foi representada pelas gentes de Portugal, pegando em armas para derrotar o inimigo castelhano. Nesse evento os próprios portugueses mostram, a partir de Fernão Lopes, que são capazes de decidir os seus próprios rumos históricos, porém o cronista só conseguiu demonstrar a audácia lusa com um contraponto. Esse é o castelhano, temeroso em batalha, foge se acovardando nos momentos finais de Aljubarrota.

Além de seus elementos acima elencados, a lusitanidade será construída através de oposições do mouro e do castelhano. Na construção da identidade portuguesa tanto o evento da Batalha de Ourique, quanto o evento da Batalha de Aljubarrota expõem um elemento em comum que grande parte da historiografia interpreta de forma pouco adequada, a representação dos reis portugueses. A partir dos relatos sobre esses personagens, o Mestre de Avis e D. Afonso Henriques, modelos de portugueses, ajudaram a congregar os seus e com suas figuras políticas a criam a lusitanidade. Porém, esses monarcas são interpretados pela historiografia como grandes senhores que detêm o poder sobre suas gentes, oprimindo-as, quando na verdade, nas crônicas em que aparecem se portam como servidores dos portugueses, figuras políticas que trabalham para a proteção e o bem luso, e não como figuras políticas isoladas das gentes portuguesas. Afonso Henriques e D. João I faziam parte da lusitanidade, assim como todo o resto de seus seguidores, sendo nesse aspecto iguais aos seus. Segundo as crônicas, são os reis que servem os portugueses e não o oposto.

Luís de Camões em *Os Lusíadas* finalizou o processo de construção da lusitanidade iniciada nos cronistas Duarte Galvão e Fernão Lopes; sendo no poema quinhentista que foram reunidos os principais elementos da História de Portugal. Camões cruzou os principais elementos da lusitanidade, congregando-os em *Os Lusíadas*. O poema é o produto final de uma longa tradição literária de formação da identidade de seus próprios escritores. A obra foi símbolo do Portugal do quinhentos, lembrando os sucessos históricos do reino. É na obra camoniana que a lusitanidade torna-se completa, e é a partir da mesma que a condição portuguesa passou a ser utilizada para usos políticos posteriores, seja no século XVII com a

Restauração de 1640, seja no século XIX com o surgimento da nacionalidade de Portugal, ou seja no século XX, momento em que Camões serviu de instrumento político pró e contra Salazar.

Como se observou em uma série de passagens das obras que interpretaram as crônicas e o poema em questão, os escritos de Camões e Fernão Lopes foram vistos a partir do paradigma nacional ao longo de toda modernidade. Este trabalho buscou trazer uma nova interpretação dos estudos históricos e da literatura portuguesa, fugindo dos labirintos conceituais postos por uma visão, reinante em todo século XX, anacronicamente nacionalista de *Os Lusíadas* e das crônicas aqui analisadas. Dessa forma, deseja-se mudar o eixo interpretativo da ideia de “nação portuguesa” no século XV e XVI, pela noção de lusitanidade, ou seja, a condição portuguesa no mundo.

Busca-se também fugir das análises generalistas da política empregadas na Península Ibérica, que atualmente ganham espaço no cenário acadêmico, como, por exemplo, a visão de Antônio Manuel Hespanha. Segundo o historiador português o rei, poder central, negociaria com as localidades, existindo tensões e alianças entre as elites ibéricas. O problema dessa interpretação consiste na exclusão dos setores sociais menos poderosos, aqueles que Fernão Lopes entende como “Arraia Miúda”, principal elemento para a formação da lusitanidade na Batalha de Aljubarrota.

DOCUMENTAÇÃO ESCRITA

- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Porto: Livraria Lello & irmão, S/d.
Crónica de cinco Reis de Portugal. Porto: Livraria civilização, 1945.
Crónica de Portugal de 1419. Edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Universidade de Aveiro, 1998.
Fontes Medievais da História de Portugal: anais e crônicas. Seleção Prefácio e Notas de Alfredo Pimenta. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1982.
GALVÃO, Duarte. **Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
LOPES, Fernão. **Crônica de D. João I**. Minho: Livraria Civilização editora, 1983. Vols I e II.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Martim de. **A expressão do poder em Luís de Camões**. Lisboa: Imprensa nacional da casa da moeda, 1988.
AMADO, Teresa. **Fernão Lopes contador de História: Sobre a crónica de d. João I**. Lisboa: editorial Estampa, 1991.
AMEAL, João. **História de Portugal: das origens até 1940**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1958.
_____. **História de Portugal**. Porto: Tavares Martins, 1958.
ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
AUERBACH, Erich. **Mimesis: La representación de la realidad en la literatura occidental**. México: Fondo de cultura econômica, 1942.
BARRETO, Luís Filipe. **Descobrimentos e Renascimento: Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI**. Lisboa: Imprensa nacional-casa da moeda, 1983.
BARROS, José D'Assunção. **História Comparada – Um novo modo de ver e fazer história** – Revista de História Comparada. Vol. I nº I, 2007.
BASTO, Arthur. de Magalhães. **Estudos: Cronistas e Crônicas antigas – Fernão Lopes e a Crónica de 1419**. Porto: Universidade do Porto. 1959.
_____. **Fernão Lopes: Suas “crônicas perdidas” e a crônica geral do reino – a propósito duma crônica quatrocentista inédita dos cinco primeiros reis de Portugal**. . Porto: Progredior, 1943.
BAUDRILLARD, Jean & GUILLAUME, Marc. **Figures de l'altérité**. Marché-Sainte-Catherine: Descartes & Cie, 1994.
BELL, Aubrey. F. G. **Luís de Camões**. Porto: educação Nacional, 1936
BERARDINELLI, Cleonice. **Estudos Camonianos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
_____. **Os Excursos do Poeta n' “Os Lusíadas”**. In: Separata da Revista Ocidente. Lisboa: 1972.
BESSELAAR, José Van Den. **A propósito do Título de “Os Lusíadas”**. In: Separata da Revista de História da Literatura de Portugal. Coimbra: Universidade Católica de Nijmegen, 1964.
BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. Vol 4.
BOXER, Charles. R. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
BRANDÃO, Antônio. **Monarchia Lvsitana**. Lisboa: Pedro Craesbeck, 1632.
BRAGA, Teófilo. **História da Literatura Portuguesa: Renascença**. Lisboa: Casa da Moeda, 2005.

BRANCO, Camilo Castelo. **Notas biográficas de Luís de Camões**. Porto e Braga: Livraria Ernesto Chadron, 1880.

BUESCU, Ana Isabel Carvalhão. **O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano: Uma polêmica oitocentista**. Lisboa: Instituto nacional de investigação científica, 1987.

BURKE, Peter. **O Renascimento Italiano: Cultura e Sociedade na Itália**. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

_____. **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 2012.

CALMON, Pedro. **O direito e o Estado n'Os Lusíadas**. Rio de Janeiro: Dois mundos, 1945.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido, História**. São Paulo: Papirus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **L'étranger ou l'union dans la difference**. Paris: Éditions du Seuil, 2005.

CESAR, Vitoriano José. **Ainda a batalha de Ourique**. Porto: Emp. Industrial gráfica do Porto, 1934.

CIDADE, Hernâni. **A literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina: As ideias – os Factos e a formas de Arte**. Coimbra: Arménio Amado editor, 1963.

_____. & SELVAGEM, Carlos. **Cultura Portuguesa**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, S/d.

_____. **Lições de Cultura e literatura Portuguesas (séculos XV, XVI e XVIII)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1968.

_____. **Luís de Camões - O Épico**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1968.

_____. **Luís de Camões – O Lírico**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1967.

_____. **O Conceito de poesia como expressão da Cultura: Sua evolução através das literaturas portuguesa e brasileira**. Coimbra: Arménio Amado Editor, 1945.

_____. **Os mitos d'“Os Lusíadas”**. In: Separata do boletim da academia nacional da Cultura Portuguesa, Nº 8, 1972

_____. **Portugal Histórico Cultural**. Lisboa: Editora Arcadia, 1972.

_____. **Vida e Obra de Luís de Camões**. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1957.

COELHO, Alexandre. **Os Lusíadas e a Pátria**. Braga: Pax, 1972.

COELHO, António Borges. **A Revolução de 1383: Tentativa de caracterização**. Lisboa: Serra Nova, 1975.

COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I o que re-colheu boa memória**. Lisboa: Circulo de Leitores, 2012.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Camões no Portugal de quinhentos**. Lisboa: Ministério da educação e ciência, 1981.

_____. **Portugal e a Cultura Européia (Sécs. XVI a XVIII)**. Coimbra: Coimbra Editora LTDA, MCMLIII.

_____. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. Lisboa: Presença, 1973.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines. 27 de julho de 1214**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.

FARIA, Manuel Severim de. **A Vida de Camões. Estudo introdutório e nota de Manuel Reis**. Portugal: Publicações Europa – América, sd.

FIGUEIREDO, Fidelino de. **A épica Portuguesa no século XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.

_____. **História Literária de Portugal**. Coimbra: Editora Nobel, 1944.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARTOG, François. **Le miroir d'Herodote: Essai sur la représentation de l'autre**. França: Gallimard, 1991.

HECTOR Pérez & CARDOSO, Ciro Flamarion. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal: Desde o começo da Monarquia até o fim do Reinado de Afonso III**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980.

_____. **A Batalha de Ourique e a História de Portugal**. Lisboa: typographia G.M. Martins, 1854.

HOWORTH, A.H. D'Araújo Stott. **A Batalha de Aljubarrota (Dúvidas, certezas e probabilidade inerente)**. Lisboa: Anuário comercial Português, 1960.

JAKOBSON, Roman. **Essais de Linguistique generale**. Paris: Minuit, 1973.

KARVAT, Erivan Cassiano. **História & Literatura: Reflexões sobre a História da História a partir de notas da literatura**. In: DE NIPOLI, Cláudio ; GRUNER, Clóvis. (ORG). **Nas tramas da ficção: História, Literatura e Leitura**. São Paulo: Ateliê, 2008.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das letras, 2006

KRISTELLER, Paul. **Tradição Clássica e pensamento do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 1995.

LIMA, Luís Felipe Silvério. **O Império dos Sonhos**. São Paulo: Alameda, 2010.

LIVERMORE, H.V. **Epic and history in the Lusiads**. In: Separata de Actas da I reunião internacional de Camonistas. Edição da Comissão Executiva do IV centenário da publicação de Os Lusíadas. Lisboa: 1972.

LUKÁCS, György. **O Romance Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**. Palas editores: Lisboa. 1976.

MARTINS, Cristiano. **Camões: Temas e motivos da obra lírica**. Americ=Edit, 1944.

MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Livraria, 1942.

MATTOSO, Antônio G. **História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1939.

MATTOSO, José. **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

_____. **Fragmentos de uma composição Medieval**. Lisboa: Estampa, 1987

_____. **História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade**. Circulo de Leitores: Lisboa. 1993.

_____. **História de Portugal: A monarquia Feudal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

_____.& SOUZA, Armindo. **História de Portugal: A monarquia Feudal: (1096 – 1480)**. Lisboa: Estampa, 1997.

MONTEIRO, João Gouveia. **Aljubarrota 1385: A batalha real**. Lisboa: Tribuna da História, 2003.

MONTEIRO, Rolando. **As edições de “Os Lusíadas”: Pesquisa e Análise**. Rio de Janeiro: s/e, 1979.

MORENO, Humberto Baquero. **História de Portugal Medieval: Político e Institucional**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

NORA, Pierre. **Le lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.

OLIVEIRA, Miguel de. **Ourique em Espanha: Nova solução de um velho problema**. Lisboa: Pro Domo, 1944.

PEIXOTO, Afrânio. **Ensaio Camonianos**. Lisboa: Instituto nacional do Livro, 1981

PEREIRA, José Costa. **Dicionário Enciclopédico da História de Portugal**. Lisboa: Alfa, 1990.

PIMENTA, Alfredo. **Elementos da história de Portugal**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1934.

PIMPÃO, Antônio G. da Costa. **História da Literatura Portuguesa: Idade Média**. Coimbra: Atlanta, 1959.

PIVA, Luís. **Do antigo e do Moderno na épica camoniana**. Brasília: Clube de poesia e crítica, 1980.

RODRIGUES, José. Maria. **Fontes dos Lusíadas**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905.

_____. **Estudos sobre Os Lusíadas**. In: BECHARA, Evanildo. José Maria Rodrigues e os Lusíadas anotados por Epifânio. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.

SANTOS, Nunes Valdez dos. **Certezas e incertezas da batalha de Aljubarrota**. Lisboa: Separata da Revista Militar, 1979.

SARAIVA, Antonio José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Publicações Europa – América. 1950.

_____. **A épica Medieval portuguesa**. Portugal: Bertrand, 1979.

_____. e LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto editora, 1955.

_____. **Luís de Camões**. Lisboa: Gradiva, 1997

_____. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1995

_____. **Para a história da cultura em Portugal**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1946. Vols. I e II

SARAIVA, José Hermano. **Vida Ignorada de Camões**. Lisboa: Europa – América, S/d.

SENA, Jorge de. **A estrutura de “Os Lusíadas” e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI**. São Paulo: edições, 1980.

SERGIO, Antonio. **Ensaio**. Rio de Janeiro: anuário do Brasil, 1920.

SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativas, 1968.

SERRÃO, Joel. **O caráter social da Revolução de 1383**. Lisboa: Horizonte, 1978.

SILVA, Vitor Emanuel de Aguiar. **Significado e Estrutura de “Os Lusíadas”**. In: Comissão executiva do IV centenário de publicação de Os Lusíadas. Lisboa: 1972.

_____. **Dicionário de Luís de Camões**. São Paulo: Leya, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SMITH, Antony D. **Ethno-symbolist and nationalism: A cultural Approach**. London And New York: Routledge, 2009.

SPINA, Segismundo. **Estudos de Literatura Filologia e História**. São Paulo: Unifio, 2001.

TAVARES, Jorge. **Aljubarrota: A Batalha Real**. Porto: Lello & Irmão, 1985.

TENGARRINHA, José (org.) **História de Portugal**. São Paulo: UNESP, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: A questão do Outro**. Martins Fontes: São Paulo, 2010.

_____. **Estruturalismo e poética**. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. **As estruturas narrativas**. São Paulo: perspectiva, 1979.

TREANOR, Brian. **Aspects of Alterity: Levinas, Marcel and a Contemporary debate**. New York: Fordham University Press, 2006.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. **Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade.** Dossiê: A justiça no Antigo Regime. TEXTOS DE HISTÓRIA, VOL.11, nº 1/2, 2003.